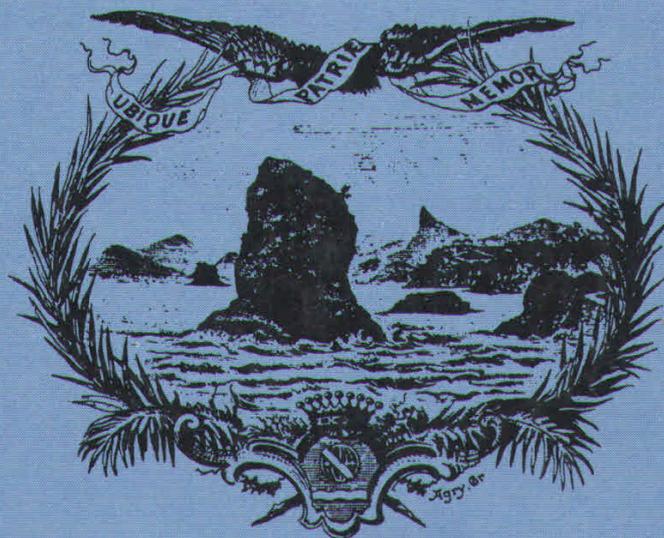


ESBOÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL

José Maria da Silva Paranhos
Barão do Rio Branco



José Maria da Silva Paranhos
Barão do Rio Branco



Rio-Branco

**José Maria da Silva Paranhos
Barão do Rio Branco**

ESBOÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Prefácio de Celso Lafer

**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG
INSTITUTO DE PESQUISA DE REL. INTERNACIONAIS - IPRI**

**Brasília,
1992**

O IPRI - Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais - é um dos órgãos da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), entidade que tem entre seus objetivos contribuir, através de suas atividades, para a formação e aprimoramento no Brasil de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional. Neste contexto compete ao IPRI promover e divulgar:

- I - estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais;
- II - a coleta e sistematização de documentos relativos a seu campo de atuação;
- III - o intercâmbio científico e colaboração com instituições congêneres nacionais;
- IV - cursos, conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

O IPRI tem sua sede à Rua dos Engenheiros, casa 2
Vila Planalto - Brasília, DF CEP 70800-000

R 585 Rio Branco,
José Maria da Silva Paranhos, Barão do
1845-1912

Esboço da História do Brasil

Tradução de Sérgio F.G.Bath
Brasília, MRE-FUNAG, 1992, 132 págs.

Tradução de: "Esquisse de l'Histoire du Brésil", em
"Le Brésil en 1889" (Paris, Charles Delagrave, 1889, edit. F.J.
de Santa-Anna Nery)

1. Brasil - história, 1500-1889 I. título

CDU: 981 "1500-1889"

Nota Sobre a Presente Edição

Esboço da História do Brasil constitui o quinto Capítulo (págs. 105-188) de **Le Brésil en 1889**, publicado no ano da proclamação da República sob o patrocínio do Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris. Coletânea de artigos sobre o Brasil, de vários autores (MacDowell, Leitão da Cunha, Eduardo Prado, Ladislau Neto, Barão de Tefé, Ferreira de Araujo, Gorceix, Fávila Nunes, Rio Branco), a obra foi organizada por Francisco José de Santa-Ana Nery, Barão de Santa-Ana Nery (1848-1901), um paraense que morou em Roma e Paris e foi correspondente do “Jornal do Comércio” na Europa, onde se dedicou a divulgar as coisas do Brasil.

O título anuncia um mero resumo, mas o trabalho nos oferece, de forma compacta, desenvolvimento preciso dos fatos da história brasileira, desde o descobrimento até o fim do Império, o que justifica sua reedição e leitura atenta, pois apresenta o perfil histórico do Brasil visto às vésperas daquela importante transformação política. Expõe com concisão e desenvoltura a história da Colônia (privilegiando, como é natural, os contatos com a França); a questão cisplatina; a guerra do Paraguai; a vitória dos abolicionistas. O trabalho revela a familiaridade de Rio Branco com a história militar e da formação das nossas fronteiras, de que era profundo conhecedor.

O objetivo do autor não é interpretativo, mas sobretudo de divulgação. Abundam nomes, datas e outros fatos, baseados em pesquisa cuidadosa. Há 120 notas explicativas, em certos pontos até excessivas na sua minúcia, tendo em vista o propósito da publicação. Isto faz do livro, além de testemunho importante da época, uma breve mas excelente fonte de referência, que ainda tem utilidade.

Do capítulo original, em francês, foram tiradas duas edições separadas, com correções e acréscimos. Em 1948, o Ministério das Relações Exteriores reeditou o texto no Vol. VIII das **Obras Completas** de Rio Branco. Em 1958, o Instituto Rio Branco patrocinou nova reedição, preparada e prefaciada por José Honório Rodrigues, com base no chamado "exemplar Nabuco", que contém notas e correções do próprio autor.

A primeira tradução para o português foi a do filólogo João Vieira de Almeida (São Paulo, Teixeira & Irmão, 1894), a qual foi revista por Hélio Damante e reeditada em 1964 pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo. Em 1930, José Bernardino Paranhos da Silva, um sobrinho do Barão, preparou outra tradução, a qual foi publicada pelo Ministério das Relações Exteriores, com acréscimo, de Max Fleiuss, sobre a história republicana até as eleições daquele ano. Os três livros, especialmente os de 1894 e de 1930, são difíceis de encontrar.

Para a presente edição, que não é erudita mas pretende apenas lembrar e divulgar o **Esboço**, o Embaixador Sérgio F. Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio Branco, preparou nova tradução, dirigida ao leitor contemporâneo, em especial o estudante de história. A grafia dos nomes foi atualizada, e em alguns pontos a linguagem foi tornada mais clara, quando isto era indispensável, sem desrespeito à intenção original do autor.

O prefácio, do Chanceler Celso Lafer, situa o trabalho na obra de Rio Branco, que analisa.

Prefácio

Em 1876, com 30 anos, após dois mandatos de Deputado, uma missão diplomática transitória no Rio da Prata e uma vida boêmia no Rio de Janeiro - era o Juca Paranhos, o alto, forte e bem apessoado filho de um dos maiores políticos do Império, o Visconde do Rio Branco - o autor deste magnífico **Esboço da História do Brasil** inicia uma longa e relativamente obscura carreira diplomática em Liverpool.

Foi Cônsul ali durante 24 anos e, depois, nos dois últimos antes de voltar ao Brasil, Ministro em Berlim (Embaixador, diríamos hoje). Na verdade viveu a maior parte dos seus anos de exterior em Paris, onde instalou sua família. Cumpria com seus deveres consulares, mas todas as horas livres eram dedicadas ao estudo do Brasil, fiel ao lema que adotara: **Ubique Patria Memor** (em todo lugar me lembro da Pátria). A vocação, aliás, começara cedo: aos 23 anos, já era professor de História do Brasil no prestigioso Colégio Pedro II.

Estudou nossa História, nossa Geografia, os homens e as circunstâncias que marcaram a vida nacional não só nos melhores livros de então - sobre o Brasil no século XIX, que já foi chamado o século da História, publicaram-se os livros do inglês Southey, do alemão Handelman e do nosso Varnhagen - mas também em obras raras, em todos manuscritos e mapas que encontrasse nas bibliotecas européias, principalmente nas de Paris e Londres. Em 1891, começou a escrever para o "Jornal do Brasil", nesse ano fundado por seu amigo, o Conselheiro Rodolfo Dantas, "Efemérides Brasileiras", isto é, pequenos artigos sobre fatos históricos

ocorridos naquele dia do mês. E já antes de deixar o Brasil anotava eruditamente a **História da Guerra da Tríplice Aliança**, ao alemão Schneider. Não foi sem razão que adquiriu a fama entre seus amigos de ser o brasileiro que mais conhecia seu país: “O que o Barão do Rio Branco sabe sobre o Brasil é uma coisa vertiginosa”, diz, por exemplo, Eduardo Prado.

Capristano de Abreu, talvez o maior historiador brasileiro deste século, reconhecidamente parco ao elogiar, chama-o “mestre” e informa que não ousa escrever sobre o Sul do Brasil porque Rio Branco conhecia muito melhor do que ele aquelas interrelações complexas entre jesuítas e bandeirantes, Buenos Aires e Colônia do Sacramento.

Em 1889, ano da Proclamação da República, houve um grande evento internacional: a Exposição Universal de Paris. Nesse ano o Barão saiu do relativo anonimato com a publicação de artigos de Rui Barbosa sobre o papel protagônico que teve na redação do verbete “Brésil”, da **Grande Encyclopédie**, então publicada sobre a direção do sábio Levasseur. Coordenada pelo jornalista Santan-Nery, outro brasileiro que há muito vivia na Europa, foi publicado igualmente em Paris o livro **Le Brésil en 1889**, do qual a parte histórica - que acabou em separata se transformando na **Esquisse de l'Histoire du Brésil** - coube a Rio Branco.

Dizem que escreveu o pequeno livro de pouco mais de cem páginas em quinze dias. É possível, há bem mais de 15 anos estudava intensamente o assunto. Depois, seu método de trabalho era acumular informações, anotar pormenores sobre qualquer espaço de papel branco que achasse e deixar a redação final para os últimos momentos, quando trabalhava sem limite de dia e noite. A **Esquisse** foi um sucesso imediato: a seriedade do trabalho - que já tinha a simplicidade e a clareza que seriam a marca do estilo do Barão - contrastava com os resumos de então, superficiais, declamatórios, infantilmente patrióticos. Era na verdade mais que um **Esboço**, pois trazia muitos fatos inéditos, corrigia datas, dava interpretações novas, que seriam, aliás, sempre repetidas nos manuais posteriores, como

esta: “Desde 1836, toda história política do Brasil se resume na luta dos dois grandes Partidos Constitucionais, o Conservador e o Liberal”.

Apesar dessas seguras visões de conjunto é mais um livro que chamaríamos, hoje, de “história factual”, pelo número elevado de nomes, datas e fatos citados. Gostaríamos hoje que houvesse mais comentários interpretativos, sobretudo por conhecermos a largueza e a segurança destes, demonstradas nas memórias sobre fronteiras que escreveu depois. Talvez o acúmulo de fatos da **Esquisse** se pudesse explicar até certo ponto por ter sua origem em verbete de enciclopédia, mas cabe lembrar também que o século XIX é o século do amor entranhado aos documentos, o século de Ranke, que dizia ser a missão do historiador apenas a de mostrar os fatos “tal como efetivamente ocorreram”.

Este apego aos fatos pôs Ranke em contraste direto com Hegel, seu contemporâneo, para quem a razão preside o curso da história. A opção pela modesta tarefa de apurar a verdade factual implica renúncia a buscar dar um fim - entendido seja como término, seja como propósito - à história. Hoje, ao final do século XX estamos mais conscientes de que todo fato permite diversas leituras. Aprendemos isso com Marx, Nietzsche e Freud, como apontou Michel Foucault. No entanto, sabemos também que a **condição de possibilidade** dessas leituras é a existência de fatos, ou seja, o reconhecimento de que a verdade factual tem um estatuto epistemológico próprio. A preocupação do século XIX com os documentos e sua recusa de uma história baseada na imaginação, ou na razão ou espírito universal que comanda os fatos, se expressa plenamente em Rio Branco.

O Barão não era um historiador puro, só interessado na verdade factual, nem se colocava à Kant, como um observador interessado no progresso da Humanidade. Sem ser infiel aos fatos, era um apaixonado por sua terra, que achava que a obrigação primeira era defender os interesses nacionais em tudo que escrevia. Por exemplo, no artigo sobre o Brasil na **Grande Enciclopédia** apresen-

ta a Questão do Amapá de modo favorável ao Brasil; nos comentários a Schneider o que procura é divulgar na Europa uma visão simpática à participação brasileira na Guerra do Paraguai (pretendia, aliás, escrever um livro sobre o episódio).

Foi então Rio Branco um grande historiador? Na verdade foi um grande conhecedor da História do Brasil, que não escreveu a grande obra que poderia ter escrito, comparável, para mencionar livros de diplomatas seus contemporâneos, a **Um Estadista do Império**, de Joaquim Nabuco, ou a **D. João VI no Brasil**, de Oliveira Lima. Não há no **Esboço**, pela própria natureza concentrada do trabalho, aqueles largos perfis que tanto valorizam estas duas obras. Aqui o Barão se aparenta mais a Varnhagen, no respeito ao fato e ao documento. Aliás, com este historiador ele também compartilha a visão “política” (por oposição a “social”) da História e a mística da unidade nacional feita em torno da monarquia legítima e centralizadora.

Quando estava pronto a fazer seu livro, foi convidado a estudar as questões de fronteira que eram os problemas básicos da diplomacia brasileira da época: foi feito o advogado do Brasil, em 1893, na Questão de Palmas, com a Argentina, e, em 1895, na questão do Amapá, com a França. Redigiu também, em 1896, um importante estudo sobre nossos limites com a Guiana Inglesa, muito elogiado por Joaquim Nabuco, o advogado brasileiro no arbitramento de 1904. A erudição histórica, que lhe teria permitido escrever uma grande obra sobre o Brasil, foi, portanto a base com que advogou com sucesso as causas nacionais.

Note-se que História e Geografia são instrumentos fundamentais da política externa sobretudo quando se trata dos temas clássicos da diplomacia, como as fronteiras. Rio Branco, porque tinha vastos conhecimentos nessas duas disciplinas e foi negociador diplomático e Chanceler, num período em que fronteira era o tema básico da agenda internacional do país, foi o homem indispensável daquela hora. A “virtù”, no sentido maquiaveliano, Rio Branco já tinha; agora a “fortuna” lhe dá a oportunidade de usar

todo seu saber específico na ação diplomática. Ao longo de sua atuação parece ter descoberto aquilo que Hannah Arendt chama, com ironia filosófica, a “feliz coincidência entre a verdade e o interesse”.

Em 1902 foi convidado por Rodrigues Alves para ser Ministro das Relações Exteriores. Já se sabia antes que era um grande conhecedor das coisas de seu país e grande advogado das causas que lhe foram dadas a defender. Agora emergia o homem de Estado. Em Rio Branco, aliás, o homem de pensamento nunca submergiu o homem de poder.

Permaneceu no cargo durante quase 10 anos, servindo a mais três Presidentes: Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Aí sim teve oportunidade de realizar seu grande trabalho, não de historiador, mas de estadista: o fechamento definitivo, através de acordos solenes e indiscutíveis, das fronteiras do Brasil. Assinou tratados de limites com a Bolívia (1903), Equador (1904), Suriname (1906), Colômbia (1907), Uruguai (1909) e Peru (1909). No caso da Bolívia - a “Questão do Acre” - sua atuação desdobrou-se em múltiplos planos: mudou a interpretação brasileira do Tratado de 1867; criou fatos novos ao denunciar o arrendamento da região a um sindicato anglo-americano; e conseguiu, finalmente, com grande habilidade negociadora, chegar a uma solução satisfatória de um problema que parecia a muitos sem saída pacífica. Álvaro Lins sintetiza com precisão o papel do grande Chanceler: “Foi no caso do Acre, sem dúvida, que o Barão do Rio Branco encontrou ao mesmo tempo a sua questão mais difícil e obteve a sua vitória mais importante. Ultrapassou as de Washington e Berna. Nas duas anteriores havia alguma coisa que não dependia dele, que estava em poder dos árbitros. Agora, ao contrário, tudo viera dele próprio: a competência em Geografia e História, a sagacidade e a firmeza diplomáticas, a visão política”.

Oliveira Lima, crítico de Rio Branco, mas que reconhecia a superioridade de sua erudição histórica e sua inteligência “toda banhada de luz”, em artigo que escreveu dias após sua morte, soube encontrar o tom justo:

“Mais feliz do que outros homens de Estado, Rio Branco lega à sua pátria uma obra duradoura que o ocupou toda sua vida e que foi a fixação dos limites do imenso país que é o Brasil. Esta obra, ele a iniciou como erudito e a concluiu como Secretário de Estado, quer dizer que emprestou à sua ação oficial a base segura da sua capacidade intelectual.” Com isso liberou as energias nacionais para outras atividades. Lembre-se que o Brasil limita-se com todos os países do continente, à exceção do Chile e do Equador, e que é o único país da América do Sul que desde então não teve nem tem problema de fronteira com seus vizinhos.

O Barão do Rio Branco faleceu em 1912 em sua sala de trabalho no Itamaraty, que era também seu quarto de dormir. Numa fotografia famosa, tirada no dia seguinte ao de sua morte vêm-se várias mesas, abarrotadas de livros, mapas e papéis; atrás delas, encostada numa parede, uma cama simples, isolada do resto da sala por uma cortina semi-aberta. Não é difícil imaginar o assunto de todos aqueles escritos: era o Brasil.

CELSO LAFER

Brasília - setembro de 1992

Descoberta do Brasil

Em 9 de março de 1500 uma esquadra portuguesa partia de Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, tendo por destino as Índias. Subordinados a Cabral, chefiavam-na navegadores conhecidos, como Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho. Redigidas por Vasco da Gama, suas instruções determinavam que, depois de ultrapassar a ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, os navios deveriam singrar continuamente rumo ao Sul, enquanto o vento soprasse da popa. Durante todo o tempo em que fosse necessário bordejar, tomariam a direção do Sudoeste, navegando com o vento de bombordo, fazendo-se ao largo, até a latitude do cabo da Boa Esperança; depois seria preciso rumar diretamente para o Leste. Desta forma Vasco da Gama pretendia afastar a esquadra de Cabral das calmarias da costa da Guiné, favorecendo-a com os ventos alísios e a corrente equatorial. Por outro lado, é muito provável que tivesse como certa a existência de uma terra na direção do Brasil, pois, no dia 22 de agosto de 1497, quando se encontrava perto do penedo de São Pedro, Vasco da Gama tinha avistado pássaros – registra seu roteiro –, que, “ao cair da tarde, se dirigiram celeremente

na direção do Sul-Sudoeste, como aves que voam rumo à terra”.

No dia 21 de abril, Cabral encontrou plantas marinhas, e no dia 22 avistou uma montanha, a qual chamou de Monte Pascoal, denominando o país de Terra da Vera Cruz, nome com que o tratou na carta de Caminha, de primeiro de maio, dirigida ao Rei Dom Manuel. A 23, a esquadra lançou âncora a meia légua da costa, em frente do rio Caí; no dia 25, os navios ancoraram numa baía que foi denominada Porto Seguro, mas que tomou o nome de baía de Santa Cruz quando ali se fundou uma vila, no século XVI.

A 2 de maio Cabral retomou seu caminho, prosseguindo viagem depois de ter despachado para Lisboa a caravela do Capitão André Gonçalves, com a notícia do descobrimento. Gonçalves seguiu para o Norte costeando o litoral, provavelmente até Pernambuco ou a Paraíba.

Antes de Cabral, um espanhol, companheiro de Colombo – Vicente Yañez Pinzon – tinha descoberto todo o litoral setentrional do Brasil, desde o cabo que batizou como Santa Maria da Consolação, em 26 de janeiro de 1500 (nome trocado pelos portugueses, o ano seguinte, por Santo Agostinho) até o de São Vicente, hoje conhecido como cabo de Orange. Pinzon descobriu as bocas do rio Amazonas (o “Mar Doce”) e acompanhou a costa até o golfo de Paria. Aquele mesmo ano, outro espanhol, Diego de Lepe, chegava ao cabo de Santo Agostinho, fazendo o reconhecimento do litoral até o rio São Juliano (possivelmente o rio das Contas)⁽¹⁾, rumando para o Norte pela rota já percorrida por Pinzon.

O nome de Vera Cruz, atribuído ao país por Cabral, foi substituído por Terra de Santa Cruz na notificação feita pelo rei Dom Manuel aos soberanos católicos, datada de Cintra, aos 25 de julho de 1501. Mas a terra não tardaria a ser conhecida como “Brazil”, nome já empregado no

(1) “San Giano, isto é, rio de São Juliano” (Capítulo X da “Descrição da América”, que acompanha a “História da Navegação” de Jean H. Van Linschoten, e a carta do mesmo autor. A primeira edição desta obra, em holandês, é de 1601).

comércio para designar uma madeira de cor vermelha (**ibirá pitang** dos indígenas), que se encontrava em abundância nessa parte do continente americano. A nova terra já é denominada “Brasil” no relato de Empoli, que acompanhou Albuquerque e Pacheco às Índias, em 1503, bem como em um livreto da biblioteca de Dresden (**Presil, Presillig Landt**), que parece datar de 1506, e no roteiro do navio português “Bretoa”, que foi ao cabo Frio em 1511.

Uma bula do Papa Alexandre VI, de 4 de maio de 1493, tinha distribuído entre portugueses e espanhóis os países a serem descobertos, dividindo o mundo por um meridiano que passava cem léguas a Oeste do cabo Verde. Todas as terras a Oeste desse meridiano eram atribuídas à Espanha; as que se encontravam a Leste, a Portugal. Contudo, no ano seguinte os dois países modificaram a linha de demarcação, pelo tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, deslocando-a para 370 léguas a Oeste das ilhas do cabo Verde. Por bula de 24 de janeiro de 1506, o Papa Júlio II aprovou esse acordo.

Primeiras Explorações

De 1501 a 1502 e de 1503 a 1504, houve duas expedições portuguesas, de que participou Amerigo Vespucci. A primeira, sob o comando de André Gonçalves, fez o reconhecimento da costa entre o cabo de São Roque e Cananéia, rumando depois para o Sudeste, até um lugar que se acredita ter sido a Georgia do Sul. Sob as ordens de Gonçalo Coelho, a segunda visitou a mesma costa, da Bahia para o Sul. Em Fernando de Noronha o chefe desta segunda expedição e Vespucci se separaram, e não puderam se reencontrar. Dois pequenos fortes foram edificados: um em cabo Frio, por Vespucci, que serviu como base para uma viagem de quarenta léguas terra a dentro. O outro, por Coelho, no Rio de Janeiro, baía descoberta por André Gonçalves e Vespucci em primeiro de janeiro de 1502. Mas esses estabelecimentos foram logo destruídos pelos índios Tamoios (**tamoi**, os avós), que ocupavam o território entre o cabo Frio e a parte oriental de São Paulo. Vespucci retornou a Lisboa no mês de setembro de 1504;

ignora-se a data do regresso de Coelho⁽²⁾. Publicada em 1504, traduzida e muitas vezes impressa nessa época, uma das cartas de Amerigo Vespucci foi o primeiro documento a tornar conhecidas na Europa as maravilhas da natureza brasileira. Dizia: “e se nel mondo e alcun paradiso terrestre, senza dubio dee esser non molto lontano da questi luoghi.”

Outras expedições portuguesas foram enviadas ao Brasil, sobre as quais não conhecemos pormenores. Em 1503 Fernando de Noronha descobriu a ilha que tem seu nome. Naquele mesmo ano, ou pouco depois, João Coelho explorou a costa ao Norte do cabo São Roque. Em 1504, um francês de Honfleur – Paulmier de Gonneville – abor-dava em três pontos a costa já visitada por Gonçalves, Vespucci e Gonçalo Coelho. Em 1505, uma expedição portuguesa que parece ter sido chefiada por Dom Nuno Manuel (com João de Lisboa e Vasco Gallego) percorreu o litoral meridional, descobriu o Rio de Janeiro e avançou até a baía de San Matias, na Patagônia. Por volta de 1512 ou 1513, Afonso Ribeiro, empenhado em nova exploração da costa setentrional do Brasil, foi morto pelos indígenas. Depois de 1506 quase todas as esquadras portuguesas que se dirigiam às Índias começaram a fazer escala no Brasil, que foi visitado, naquele ano, por Albuquerque e Tristão da Cunha.

Em 1508, Solis e Pinzón, os primeiros exploradores espanhóis dos mares do Sul, percorreram as costas do Brasil; depois, em 1516, Solis; em 1519, Fernão de Maga-

(2) Varnhagen pretende que Coelho permaneceu por longo tempo na baía do Rio de Janeiro. Isto porque numa carta de Ptolomeu, de 1513, encontra-se nesse lugar duas palavras que Majolo, no séc. XVI, tinha lido como “pinaculo detentio”, e que ele próprio lia “pina chullo detetio”, interpretando-as assim: “gonc. choelho detetio (detentio)”. Esta interpretação é hoje geralmente aceita no Brasil, com base em um mau *fac simile* publicado nas “Novas Pesquisas sobre Amerigo Vespucci”. Nos dois exemplares do livro de Ptolomeu de 1513 que examinamos, as palavras em questão são perfeitamente legíveis: “portogallo detetio”. A primeira (Portugal) se explica por si mesma; a segunda é evidentemente “detectio”, “descoberta”, muito usada nos portulanos e nas geografias da época (“terra detecta”, etc.). Nas velhas gravuras em madeira há com freqüência palavras mal ortografadas e letras que faltam.

lhães, que permaneceu 14 dias no porto do Rio de Janeiro; em 1526, Diogo Garcia e Sebastião Caboto.

Desde a expedição de 1501 que Portugal deportou para o Brasil alguns criminosos, entre os quais um bacharel que se fixou em Cananéia, e cujo nome – Duarte Peres – nos foi transmitido por Rui Díaz de Guzmán. Na mesma época, outros portugueses se estabeleceram no Brasil. Os mais conhecidos são: Francisco Chaves e Aleixo Garcia, no litoral de Cananéia, o primeiro deles desde 1502, como Peres; Diogo Alvares, que, tendo escapado de um naufrágio na ilha de Itaparica, em 1510, casou-se com a princesa indígena Paraguaçu, tornando-se um chefe poderoso entre os índios da Bahia, sob o nome de Caramuru; João Ramalho, que cerca de 1512 se estabeleceu em Piratininga, nos planaltos de Paranapiacaba, onde teve numerosos filhos do seu casamento com a filha do chefe indígena Tibiriçá; e Antônio Rodrigues, que tomou por esposa uma filha do chefe Caaobi, fixando-se perto do rio Geribatiba, no litoral de São Paulo. Quase todos prestaram grandes serviços a Portugal, durante as primeiras tentativas de colonização.

Aleixo Garcia, que com três outros portugueses e um exército de indígenas cruzou o rio Paraná (1526), acrescentou ao seu grupo muitos guaranis do Paraguai, e prosseguiu até as fronteiras do império Inca. Atravessou a cordilheira de Mizque, apropriou-se de numerosas vilas e alcançou as vizinhanças de Tarabuco (Bolívia), retornando ao Paraguai com muitos objetos de prata e ouro. Tendo enviado a Cananéia ou a Piratininga a notícia da descoberta dessas riquezas, foi assassinado pelos guaranis⁽³⁾.

Em 1526 Portugal enviou uma esquadra, sob as ordens de Cristóvão Jacques, com a missão de combater os navios franceses que desde 1504 traficavam com os índios.

Jacques instalou uma feitoria em Pernambuco, e visitou os portos principais, até o Prata, incendiando os navios que encontrava. Em 1527 atacou três navios bretões, no

(3) Rui Díaz de Gusmán, "La Argentina", Liv. I, Cap. V. O autor, que conheceu no Paraguai um filho de Aleixo Garcia, acabou esta história em 1612. Ver também, sobre Garcia, os Capítulos 50, 55 e 57 dos "Comentários" de Alvar Nunez (Cabeza de Vaca), Valladolid, 1555.

Paraguaçu. Mas a feitoria de Pernambuco foi tomada e saqueada, em dezembro de 1530, por um galeão francês⁽⁴⁾. William Hawkins, de Plymouth, foi o primeiro inglês a chegar ao Brasil, em 1530⁽⁵⁾.

-
- (4) Essa feitoria tinha a direção de Diogo Dias, como “feitor” (gerente). Gaffarel (“Histoire du Brésil Français”, pág. 96) se engana ao dizer que era um forte comandado por Duarte Coelho – que só chegaria ao Brasil cinco anos mais tarde.
- (5) É por volta desse ano que se deveria datar um pretendido bloqueio do Tejo por Anjo. Esta fábula já foi julgada por vários escritores franceses. Vide Ferd. Denis, “Le Génie de la Navigation” (Paris, 1847) e Guérin, “Histoire Maritime de France”, t. II.

Começo da Colonização

Em 1531, tendo recebido os poderes necessários para ocupar o país, Martim Afonso de Souza chegou com uma esquadra e quatrocentos colonos. Apoderou-se de quatro navios franceses que se encontravam na costa de Pernambuco. Visitou a Bahia, estacionou três meses na baía de Guanabara e depois, tendo perdido seu navio diante da embocadura do Chui, retornou com a esquadra para o Norte, tendo enviado ao Prata seu irmão Pero Lopes de Souza. Em 22 de janeiro de 1532 fundou a colônia de São Vicente, na ilha que os índios chamavam de Güirapirã, ou Uirapirã⁽⁶⁾. Nomeou o velho Ramalho “grande guardião do campo” e instalou uma parte dos colonos no aldeamento indígena que chefiava em Guapituba, no lugar conhecido como Borda do Campo, sobre o planalto ao Norte da serra de Paranapiacaba – colônia mais tarde designada Santo André. De Cananéia, Martim Afonso de Souza tinha expedido para o interior, em busca de ouro, um pequeno grupo

(6) “Morpion”, segundo Thevet; “Urbioneme”, “Orbionem” ou “Orpiomma”, segundo Stade; “Warapisumama”, segundo Purchas.

que, cruzando o rio Paraná, foi repellido pelos guaranis e, durante sua retirada, foi destruído em Iguaraçu⁽⁷⁾.

Lopes de Souza, que escreveu o diário da sua viagem marítima, explorou o rio da Prata, o Uruguai e o Paraná; chegou a São Vicente e foi recambiado para a Europa. A caminho, capturou dois navios franceses em Pernambuco e tomou um forte construído na ilha de Itamaracá por Jean du Péret, Capitão de um navio pertencente ao Barão de Saint-Blancard, comandante geral das galeras francesas no Mediterrâneo. Nesse forte deixou uma guarnição.

Entre 1532 e 1535, o país, que só fora explorado no seu litoral, foi dividido, por linhas paralelas ao Equador, em quinze seções, formando doze capitanias hereditárias, de 600 a 12.000 léguas quadradas. O Rei D. João III doou essas capitanias a diversos nobres portugueses, para que nelas instalassem colônias. Martim Afonso de Souza foi um dos donatários, tornando-se, em 1532, Senhor da Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Ele partiu do Brasil em 1533, ganhando notoriedade nas guerras das Índias; contudo, embora ausente, continuou a se ocupar da Capitania, enviando colonos a São Vicente e implantando ali a cana de açúcar da ilha da Madeira, introduzida na mesma época em Pernambuco por Duarte Coelho.

Alguns dos donatários não conseguiram colonizar seus domínios. Por meio de representantes, Pero Lopes de Souza fundou a colônia de Santo Amaro, na ilha de Guaimbé (litoral de São Paulo), e outra colônia na ilha de Itamaracá (1532). Vasco Fernandes Coutinho fundou Espírito Santo (1535), hoje Vila Velha, capitania onde Duarte de Lemos começou, em 1540, uma colônia que se tornaria, a partir de 1558, a cidade de Vitória. Pero do Campo Tourinho criou Porto Seguro (1536), algumas milhas ao Sul da baía visitada por Cabral, bem como Santa Cruz, na baía de Cabral (antiga Porto Seguro), e outra colônia, Santo Amaro, que foi destruída pelos índios em 1564. Figueiredo Corrêa enviou colonos que fundaram a cidade de Ilhéus. Duarte Coelho fundou Olinda (1535) e Iguaraçu.

(7) "La Argentina", de R. Díaz de Guzmán; "Comentarios", de A.N. Cabeza de Vaca; e "Diário da Navegação", de Pero Lopes de Souza.

Duas outras colônias tinham sido estabelecidas, uma na Bahia (1536) por Pereira Coutinho, a outra nas margens do rio Paraíba do Sul (1540), por Pero de Góes da Silveira, mas as duas foram logo evacuadas, devido aos ataques dos índios, a que os colonos não puderam resistir. Outras Capitânicas foram criadas posteriormente (Itaparica, em 1556; Recôncavo, em 1566; etc.); pouco a pouco, porém, os Reis de Portugal recuperaram todas essas concessões, por herança, compra ou outros meios. As últimas que ainda se encontravam sob regime feudal foram adquiridas pela Coroa no século XVIII, nos tempos de D. José I e Pombal.

Em 1540, o espanhol Francisco Orellana, procedente do Peru, descia pela primeira vez o rio Amazonas, que só era conhecido no seu estuário. Em 1541, a expedição espanhola de Alvar Nunez Cabeza de Vaca desembarcou diante da ilha de Santa Catarina (conhecida então como ilha dos Patos), marchou rumo ao interior e chegaria, no ano seguinte, a Assunção do Paraguai.

Em 1549, Tomé de Souza foi enviado ao Brasil como Governador Geral e fundou, no mesmo ano, a cidade de São Salvador da Bahia, que foi sua residência e, durante mais de dois séculos, a capital do Brasil, tendo sido elevada a bispado em 1551. O primeiro Bispo do Brasil, Sardinha, foi morto por índios antropófagos, com vários padres, na margem esquerda do São Miguel, em Alagoas.

Os jesuítas tinham chegado ao Brasil com Tomé de Souza, em 1549. Empenharam-se em catequizar os índios, agrupando-os sob sua autoridade exclusiva. Entre eles se distinguiram os padres José de Anchieta, que enviou os primeiros jesuítas ao Paraguai, e Manuel da Nóbrega, conhecidos como “os apóstolos do Brasil”. Em 1554 o padre Manuel de Paiva criou uma missão na vila indígena de Piratininga, que tomou o nome de São Paulo. Aos poucos os habitantes da antiga colônia de Santo André, dirigida por João Ramalho, a abandonaram para fixar-se em São Paulo. Santo André ficou deserta e, elevada a cidade, em 1560 São Paulo ganhou sua Prefeitura.

Desde 1539 um fidalgo português, Braz Cubas, tinha fundado na Capitania de São Vicente uma colônia cuja

população cresceu, transformando-se na cidade de Santos (1545). Os habitantes da Capitania eram chamados “vicentistas”; mas a cidade de São Paulo, cujos moradores eram conhecidos como “paulistas” se tornara preponderante: por isso todos os naturais da região começaram a receber esta última designação.

A sede do governo da Capitania só foi transferida de São Vicente para São Paulo em 1683. A população se compunha de brancos - portugueses, ou de origem portuguesa -, índios civilizados e mestiços de pai europeu e mãe indígena. Os mestiços eram apelidados de “mamelucos”, nome derivado de **membyruca** (“filho de mulher indígena”, segundo Almeida Nogueira), que se tornou célebre na América do Sul durante os séculos XVII e XVIII, quando os jesuítas e os historiadores do Paraguai e do Prata difundiram muitas fábulas sobre a origem dos paulistas, e sobretudo dos mamelucos de São Paulo, que tomavam por descendentes de italianos, franceses e holandeses.

Pouco depois da fundação dessas colônias teve início a introdução de escravos negros no Norte do Brasil, em Pernambuco e na Bahia.

Os Franceses no Rio de Janeiro. A Fundação da Cidade

Os navios franceses continuaram a freqüentar o litoral brasileiro mesmo depois da fundação das primeiras colônias portuguesas – ainda pouco numerosas e afastadas umas das outras. Era sobretudo entre o cabo de São Roque e o Paraíba do Norte, conhecido então como São Domingos, na costa de Alagoas, de Sergipe e do Rio de Janeiro que eles vinham comerciar com os indígenas. No Rio de Janeiro tinham como aliados os tamoios, cujas flotilhas atacavam muitas vezes os navios portugueses, interceptando as comunicações entre as colônias de São Vicente e Santo Amaro, no Sul, e o Norte do país. Cunhambebe, o “grande e poderoso rei Quoniambek”, cujo retrato foi publicado por Thevet em duas das suas obras (**Vies des Hommes Illustres** e **Cosmographie**), era um chefe tamoio, cuja aldeia fortificada, Arirab, se encontrava no rio Ariró (“riviere des Vases”, no mapa de Thevet), em Angra dos Reis⁽⁸⁾.

(8) Este Cunhambebe de que falam Thevet e Hans Staden (este último foi seu prisioneiro), não é certamente o indígena do mesmo nome mencionado em

Em 1550, perto de Macaé, Pero de Goes atacou, sem resultado, um navio francês⁽⁹⁾. Naquele mesmo ano, o Rei Henrique II da França e Catarina de Médicis assistiram, em Rouen, a uma festa brasileira onde figuravam cinquenta índios tabajaras.

Em 1555, um cavalheiro de Malta, já conhecido por suas explorações e escritos, Nicolau Durand de Villegaignon⁽¹⁰⁾, obteve o apoio de Henrique II e do almirante Coligny ao projeto de fundar uma colônia no Brasil, e veio se estabelecer na ilha de Serigipe, na baía do Rio de Janeiro. Deu à colônia o nome de França Antártica e construiu na ilha um forte, que denominou Coligny. Suas exigências religiosas criaram dificuldades que prejudicaram a colônia, composta de católicos e calvinistas. Em

uma das cartas de Anchieta. O Cunhambebe de Anchieta é provavelmente um filho do primeiro, que tinha na sua aldeia seis canhões retirados de duas caravelas portuguesas, e guardava como trofeu a vestimenta completa e a cruz de Cavaleiro de Cristo de um fidalgo português (Ruy Pinto, de São Vicente), morto num combate naval (1549) onde seis pequenas embarcações portuguesas foram tomadas. Thevet fala desta vitória de Cunhambebe sem contudo citar o nome de Ruy Pinto, na época o único Cavaleiro de Cristo da Capitania de São Vicente, e que efetivamente morreu naquela ocasião. Cf. Gaspar da Madre de Deus, "Memórias de São Vicente", 54 e 55; Thevet, "Histoire de Deux Voyages par lui Faits aux Indes Australes et Occidentales", Cap. "De la Bée des Roys et de Beau-repaire" (manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, fundo francês, 15.454).

(9) No mês de agosto de 1550, e não em 15 de abril de 1551, em Cabo Frio, como acreditavam Varnhagen e Gaffarel. O combate durou um só dia.

(10) Nascido em Provins em 1510, falecido em Beauvais em 1571, Villegaignon era sobrinho de Villiers de l'Isle Adam, Grão Mestre da Ordem de Malta. "Um dos melhores homens da sua época, o espírito ornado de conhecimentos raros, cujo valor era respeitado até mesmo pelos mais corajosos capitães do seu tempo." (Vertot, "Hist. des Chev. de Malte", III, 251). Tinha sido gravemente ferido na expedição de Argel, sob as ordens do Imperador Carlos Quinto; comandara esquadras nas costas da Inglaterra; transportou Maria Stuart à França (1518), a despeito dos cruzadores ingleses; havia adquirido reputação nas guerras de Malta. Quando partiu para o Brasil já tinha publicado dois livros: "Caroli V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argieram" (Paris, 1542) e "De Bello Melitensi ad Carolum Coesarem et Ejus Eventu Gallis Imposito Commentarius" (Paris, 1553). A consultar: "Relation de l'Expédition de Charles-Quint Contre Alger", por Villegaignon, publicado em 1874 por H. de Gramont, com nota biográfica.

1559, Villegaignon viajou à Europa para solicitar reforços, e lá participou de longas controvérsias religiosas com Calvino e seus adeptos, tendo deixado à frente da colônia um sobrinho, Bois le Comte. Alguns meses mais tarde, o Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, chegava ao Rio com uma esquadra, tomando o forte Coligny (16 de março de 1560), que arrasou, sem contudo ocupar a colônia⁽¹¹⁾. A ilha passou a ser conhecida, desde essa época, como ilha de Villegaignon⁽¹²⁾.

Em 1561, quatro navios franceses – e um quinto no ano seguinte – foram repelidos no Espírito Santo por Belchior de Azevedo.

Em 1562, uma aliança ou confederação das tribos de tamoios do Rio de Janeiro ameaçou os estabelecimentos portugueses da Capitania de São Vicente. A cidade de São Paulo repeliu um ataque dos índios, provocado pelos franceses que haviam permanecido no Rio de Janeiro. Visitando sozinhos o acampamento tamoio, os padres Anchieta e Nóbrega conseguiram desarmar os principais chefes indígenas.

Depois disso, Estácio de Sá chegou de Lisboa com alguns navios, reuniu voluntários na Bahia, no Espírito Santo, em São Vicente e São Paulo, penetrou na baía do

(11) Segundo Mem de Sá, só havia no forte 114 franceses e algumas centenas de índios, mas o número destes foi certamente exagerado, pois a ilha não é grande. Depois do bombardeio do forte pela esquadra, composta de onze navios, Mem de Sá ordenou (15 de março) o desembarque de 260 homens, sendo 120 portugueses e brasileiros e 140 indígenas. Não houve capitulação, como dizem Thevet, La Popelliniere, Varnhagen e vários outros autores. A carta de Mem de Sá sobre a tomada do forte foi publicada por alguns cronistas com uma frase alterada: “ao tempo em que negocieei” deve ser lido “ao tempo em que cheguei”. Vide as “Cartas do Brasil” do Padre Manuel da Nóbrega (Rio, 1886: notas de Vale Cabral, págs. 172-5) e a Primeira Parte, Cap. LVIII, de Gabriel Soares. O Padre Nóbrega esteve presente. Dois escritores franceses contaram essa tentativa de colonização francesa: André Thevet, que visitou o Brasil duas vezes nessa época, e Jean de Léry, chegado ao Rio em 1557.

(12) Pode-se ver a ilha no “Panorama do Rio de Janeiro” que o pintor brasileiro Victor Meireles expõe atualmente em Paris. No tempo de Villegaignon havia um rochedo em cada uma das duas extremidades da ilha.

Rio de Janeiro e instalou ali, perto do Pão de Açúcar, um acampamento fortificado que batizou com o nome de São Sebastião. Nos anos de 1565 e 1566 houve combates contínuos contra tamoios e franceses. Em 1567, o Governador Geral Mem de Sá chegou trazendo reforços e erradicou (20 de janeiro de 1567) as duas posições inimigas, em Uruçumirim (praia do Flamengo) e Paranapucuí (ilha do Governador). Estácio de Sá morreu de um ferimento recebido em Uruçumirim.

Mem de Sá mandou demolir as instalações próximas do Pão de Açúcar, para erigir a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro numa colina conhecida como morro do Castelo, devido ao castelo de São Sebastião⁽¹³⁾.

Em 1568, quatro navios franceses entraram na baía do Rio de Janeiro e tentaram apoderar-se da vila de São Lourenço, do lado oposto a São Sebastião, ocupado pelo chefe indígena Araribóia, aliado dos portugueses, mas foram repelidos. Aquele mesmo ano, em 8 de junho, Salvador Corrêa, o Governador do Rio, e Araribóia apre-

(13) Gaffarel, em sua "Histoire du Brésil Français", págs. 350-1, fala de Jean Boles, erudito francês que teria sido executado no Rio em 1567 como herege: "... Mem de Sá entregou a seus rancores [fala dos jesuítas] o infeliz Boles, que foi julgado **pro forma**, condenado e logo executado. Este ato bárbaro de intolerância marca os primeiros dias da nova capital." Foi um jesuíta, Simão de Vasconcelos, que, acreditando fazer o elogio de Mem de Sá e do Padre Anchieta, mencionou essa execução em duas obras de crônica que publicou em 1663 e 1672. Segundo Simão de Vasconcelos, Anchieta pode ter assistido à execução. Felizmente não se encontrará esta nódoa na vida do Padre Anchieta, pois ele próprio se referiu a Boules em sua "Informação do Brasil", escrita em 1585. Segundo Anchieta, Boules foi enviado à Bahia, da Bahia a Lisboa (1562) e de Portugal às Índias. Não voltou ao Brasil (vide o documento na pág. 11 das "Informações e Fragmentos Históricos do Padre José de Anchieta, S.J., 1584-1586", publ. no Rio de Janeiro em 1886 por Capistrano de Abreu e Vale Cabral). O Barão de Ramiz (tomo XLVII, 2a. Parte, "Revista do Instituto Histórico do Brasil") encontrou na Biblioteca Nacional do Rio dois exemplares de uma brochura publicada em português, em Lisboa (1566), por esse erudito, cujo nome e títulos eram: Jean Cointha, Senhor des Boules, Fidalgo francês, Doutor na Sorbonne. Além da "Informação" de Anchieta e da comunicação citada, do Barão de Ramiz, há sobre esta questão uma memória muito erudita de C. Mendes de Almeida, publicada na "Rev. do Inst. Hist. do Brasil", t. XLII, 2a. Parte.

saram no cabo Frio um navio francês⁽¹⁴⁾, cujos canhões foram colocados no pequeno forte da Guia, construído na margem oriental da entrada do Rio de Janeiro, onde se encontra hoje a fortaleza de Santa Cruz. Em 1570 (15 de julho), o corsário francês Jacques Sore, Senhor de Flocques, apresou, perto das Canárias, o navio português “Santiago”, que levava para o Brasil trinta-e-nove jesuítas, dentre eles o padre Inácio de Azevedo. Sore, um huguenote, obrigou os religiosos a se jogar no mar⁽¹⁵⁾. No ano seguinte, no mesmo lugar, Jean Capdeville se apossou de outro navio (13-14 setembro), que transportava para a Bahia o Governador português e doze jesuítas. Os prisioneiros foram massacrados. Em 1576, Salema, Governador do Rio, empreendeu uma guerra de extermínio contra os tamoios, tomando o forte que os franceses tinham construído no cabo Frio.

(14) Voluntários de São Vicente (em São Paulo) tinham chegado para essa expedição, comandados por um colono, Heliodoro Eoban, que perdeu a vida no combate. Era filho do poeta e historiador alemão conhecido pelo nome de Helius Eobanus Hessus.

(15) Barbosa Machado, “Mem. de D. Sebastião”, P.III, 1, prim., Cap. 2, pág. 239. A data indicada por Jarric (1555) não é exata.

Princípio do Domínio Espanhol. Hostilidades dos Franceses, Inglezes e Holandeses.

Em 1580, o Rei da Espanha, Filipe II, assumiu a coroa de Portugal e foi aclamado em todas as províncias portuguesas. A união dos dois reinos atraiu ataques dos inimigos da Espanha contra o Brasil. Navios franceses enviados para sustentar, contra Filipe II, os direitos de Dom Antônio, prior do Crato (quatro navios em 1580, três em 1581), foram repelidos no Rio de Janeiro por Salvador Corrêa. Nas costas do Rio Grande do Norte e da Paraíba, as hostilidades entre franceses e portugueses se prolongaram até 1607. Em 1579, onze navios franceses foram queimados na Paraíba; e mais cinco em 1581. Em 1584, o almirante espanhol Flores Valdez e os portugueses de Pernambuco se apoderaram de uma fortificação que os franceses tinham construído na Paraíba, em conjunto com os índios, e destruíam sete navios franceses. Um forte português foi edificado, mas já no ano seguinte seria abandonado. Outro forte foi construído em 1586, com o nome de Cabedelo, na foz desse rio.

Em 1583 o inglês Edward Fenton, que seria mais tarde um dos vencedores da “Armada Invencível”, penetrou no porto de Santos, retirando-se depois de um combate com navios espanhóis de passagem; em 1587 Withrington arrasou os arredores da Bahia, e dois navios franceses, comandados por Pois de Mill e Goribault, foram apresados em Sergipe. Em 1591 Thomas Cavendish saqueou Santos, e em 1592 tentou um ataque contra o Espírito Santo. Em 1595 os franceses desembarcados de dez navios foram repelidos em Ilhéus; os corsários James Lancaster, inglês, e Le Noyer, francês, tomaram Recife, praticando um grande saque. Em 1596, o forte de Cabedelo, na Paraíba, repeliu um ataque dos franceses, que tinham chegado em treze navios. Naquela ocasião, sete outros navios franceses se encontravam ancorados no Rio Grande do Norte, traficando com os índios da região. Em 1599, um navio do Havre, comandado por Jacques Potel, foi apresado em cabo Frio por Martim de Sá⁽¹⁶⁾. No mesmo ano, depois de tentar em vão penetrar no Rio de Janeiro, Olivier van Noort efetuou com sua esquadra uma viagem de circunavegação. Em 1604, repellido na Bahia, Van Carden, comandante de outra esquadra holandesa, pôs-se a fazer saques no porto. Em 1615, Joris van Spilbergen fez o mesmo em Santos. Por volta de 1623, o comandante Dirck van Ruyter foi capturado por Martim de Sá, Governador do Rio de Janeiro e Vice-Almirante do Mar Meridional.

Em 1585, as colônias portuguesas do Brasil tinham aproximadamente 57.000 habitantes, dos quais 25.000 brancos (250 em Itamaracá, 8.000 em Pernambuco, 12.000 na Bahia, 1.500 em S. Vicente, 750 em cada uma das Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro), 18.500 índios civilizados (2.000 em Pernambuco,

(16)A Biblioteca Nacional de Paris possui duas cartas de 1579, por Jacques Vaudeclay, de Dieppe, uma representando o litoral brasileiro entre o Amazonas e o rio Real, a outra os arredores do Rio de Janeiro (“Vrai Pourtraict de Geneure et du cap de Frie”). Pode-se examinar também na Biblioteca Nacional de Paris (Lf 69/7) a “Remonstrance tres humble en forme d avertissement, que font au roy et à nosseigneurs de son conseil les capitaines de la marine de France”, publicação do começo do século XVII.

8.000 na Bahia, 4.500 no Espírito Santo, 3.000 no Rio de Janeiro, 1.000 em S. Vicente) e 14.000 escravos africanos (dez mil em Pernambuco, uma centena no Rio de Janeiro, de três a quatro mil na Bahia)⁽¹⁷⁾.

No Rio de Janeiro, o primeiro grande contrato para a importação de africanos tinha sido feito, em 1583, pelo Governador Sá e um certo Gutierrez Valério. Na Capitania de São Vicente (São Paulo) eram empregados escravos indígenas.

Em 1560, Braz Cubas (e Afonso Sardinha em 1590) tinha descoberto minas de ouro em São Paulo; em 1600 essas minas já estavam sendo exploradas. Em 1590, a vila e o forte de São Cristóvão foram fundados em Sergipe na margem direita do Cotindiba, por Cristóvão de Barros. Na mesma época, a cidade de Cachoeira foi fundada no Paraguaçu (Bahia), e a de Natal (1597) no Rio Grande do Norte. Em 1608, criou-se um Governo Geral para o Sul do Brasil, abrangendo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), tendo o Rio de Janeiro como capital. Em 1617, esse Governo foi extinto, voltando a Bahia a ser a única capital brasileira. Em 1610, os portugueses fundaram sua primeira colônia no Ceará.

(17)Na sua "Informação", de 1585, Anchieta indica a população de algumas Capitânicas. Com respeito a outras, dá apenas o número de moradias.

Os Franceses no Maranhão

Um fidalgo da Touraine, Charles des Vaux, que em 1594 tinha sido deixado entre os índios brasileiros pelo Capitão Jacques Riffault, em 1605 voltou à França e propôs a Henrique IV a ocupação do Maranhão, assegurando-lhe que os índios desejavam receber os franceses. Henrique IV confiou a Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardiere, que explorara recentemente as costas da Guiana⁽¹⁸⁾, a missão de confirmar, juntamente com des Vaux, a disposição dos indígenas. Mas quando os dois regressaram à França, o Rei tinha falecido. Só em 1612, com o apoio da família Razilli, pôde ser organizada a companhia que deveria custear a expedição.

Um grande número de fidalgos se juntaram ao empreendimento. La Ravardiere, François de Razilli, Senhor de Aumels, e Nicolau de Harlay-de-Sancy, Barão de la Molle e de Gros Bois, foram nomeados pela Regente Maria de Médicis “Tenentes-Gerais do Rei nas Índias Ocidentais e nas Terras do Brasil”, recebendo estandartes e divisas.

(18) Em 1604, com Jean Moquet. La Ravardiere levou à França o chefe indígena Iapoco, da Guiana.

Algumas centenas de voluntários partiram de Cancale em três navios; chegaram à ilha do Maranhão em 6 de agosto de 1612, e ali construíram a cidade de São Luís e quatro fortes. A colônia foi batizada como França Equinocial.

Logo que os portugueses tiveram notícia da ocupação francesa, começaram (em 1613) por construir um forte em Jericoacara, no Ceará, como posto de observação. No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque, que tinha construído esse forte, recebeu o comando de expedição organizada em Pernambuco para retomar o Maranhão. Nascido no Brasil, de mãe indígena⁽¹⁹⁾, Albuquerque tinha sob suas ordens o português Diogo de Campos Moreno, que foi o cronista dessa campanha⁽²⁰⁾. Chegando ao Maranhão, a expedição desembarcou (26 de outubro de 1614) na baía de São José, no continente, num lugar conhecido como Guaxenduba, hoje Vila Velha ou Aguas Boas. Trincheiras foram abertas, e alguns dias mais tarde tiveram início as hostilidades, com o apresamento de três navios portugueses pelos franceses. Em 19 de novembro, estes sofreram uma derrota, com grandes perdas, ao desembarcar em Guaxenduba⁽²¹⁾. Em 27 de novembro uma trégua foi ajustada, depois de cavalheiresca troca de cartas entre La Ravardiere e

(19)Nascido em Olinda, em 1548, falecido em 1618. Era filho de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, Senhor de Pernambuco.

(20)“Jornada do Maranhão”, no primeiro tomo das “Notícias para a Hist. das Nações Ultramarinas”, publ. da Real Academia de Lisboa, e no tomo segundo das “Memórias para a Hist. do Maranhão”, de C. Mendes de Almeida (Rio, 1874). Sobre esses acontecimentos consulte-se Claude d Abbeville, “Histoire de la Mission en l Isle de Maragnan” (Paris, 1614); Yves d Evreux, “Voyage dans le Nord du Brésil” (ed. F. Denis, Paris, 1864); De Lastre, “Histoire Veritable de ce qui s est Passé de Nouveau entre les François et les Portugois en l Isle de Maragnan” (publicado anonimamente em Paris, 1615); Berredo, “Anais Históricos do Maranhão”, Lisboa, 1749.

(21)Os franceses que desembarcaram em Guaxenduba (em número de 180, mais 1.500 indígenas) eram comandados por De Pezieux, fidalgo católico, primo de Marguerite de Montmorency, Princesa de Condé, que tinha sob suas ordens Du Prat e o Capitão de Mar e Guerra Claude de Razilli, Senhor de Launay (mais tarde Vice-Almirante e Governador Geral do Canadá). A maré baixa não permitiu que desembarcasse o próprio La Ravardiere com

Albuquerque⁽²²⁾. Dois enviados – um francês, o outro português – partiram para a Europa, mas no ano seguinte (em julho), chegaram reforços a Albuquerque, e este anunciou a La Ravardiere que acabara de receber ordens para romper a tregua. Alguns meses mais tarde, chegava uma terceira expedição procedente de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. Abandonado pelo seu Governo, La Ravardiere capitulou, em 2 de novembro. Quatrocentos franceses regressaram à Europa, e muitos permaneceram no Maranhão. Ocupada pelos portugueses, a cidade conservou o nome de São Luis do Maranhão.

uma coluna que devia atacar, do outro lado, a posição brasileira. Entre os fidalgos mortos em combate conta-se De Pezieux, Chabannes (primo de La Ravardiere), Rochefort, Logeville, Saint Gilles, La Haye, Saint Vincent, D Ambreville e La Roche du Puy. As tropas de Jerônimo de Albuquerque que lutaram em Guaxenduba se compunham de 300 soldados brancos e mestiços e 200 indígenas.

- (22) Uma carta de La Ravardiere, datada de 23 de novembro, começava assim: “A clemência do grande Capitão Albuquerque, que foi Vice-Rei de Sua Majestade Dom Manuel nas Índias Orientais, se manifesta em Vós pela cortesia que testemunhastes a meus soldados franceses, e pelo cuidado com que destes sepultura aos mortos, entre os quais há um a quem amava como irmão, que era valente e reto. Louvo a Deus, e se voltarmos a nos encontrar com as armas nas mãos, espero que ele tome sob sua proteção minha justa causa ... “ De Lastre, jovem cirurgião parisiense, foi enviado ao acampamento brasileiro para tratar os feridos dos dois lados : “Jamais vi pessoas tão boas, e tão íntegras; mas estavam muito necessitadas dos meus serviços. O Senhor de La Ravardiere obrigou-os a dar preferência aos feridos brasileiros, em vez dos franceses, mas a França não faltará nunca em cortesia.”

Ocupação da Amazônia.

Divisão do Brasil em dois Governos

Do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, Alexandre de Moura enviou Francisco Caldeira para ocupar a Amazônia, onde os holandeses do Comandante Nicolau Oudaen já possuíam os fortes de Nassau e de Orange, à margem esquerda do Xingu. Em 1616 Caldeira fundou o forte de Belém do Pará, e no mesmo ano os holandeses construíram um terceiro forte em Gurupá. As hostilidades tiveram início com o apresamento de um navio holandês por Pedro Teixeira, em 1616. Como os indígenas, aliados dos holandeses, tinham ameaçado a colônia do Pará, era preciso antes de mais nada vencê-los – ou então transformá-los em aliados. Em 1620 e 1621 algumas centenas de ingleses se instalaram na Guiana brasileira. O forte de Gurupá foi tomado, em 1623, por Bento Maciel Parente; os do Xingu em 1625, por Teixeira, que em 1629 se apossou do forte inglês de Taurege, na ilha Tocujus. Em primeiro de março de 1631, o forte Filipe, inglês, situado na mesma ilha, caiu nas mãos de Jácomo de Noronha. No ano seguinte, em 9 de

julho, a derradeira fortificação inglesa, Cumaú, comandada por Roger Frey, era tomada por Coelho de Carvalho (Francisco de Albuquerque).

Em 1624, o Brasil foi dividido em dois grandes “Estados”, com governo próprio: o Estado do Maranhão, no Norte, tendo por capital São Luís, que abrangia Pará, Maranhão e Ceará (este último território seria mais tarde anexado ao Governo de Pernambuco – em 1629, segundo Araripe; em 1663, segundo Varnhagen); o Estado do Brasil, no Sul, cuja capital era a Bahia, estendendo-se do Rio Grande do Norte (do Ceará, a partir de 1629 ou 1663) até Santa Catarina, e compreendendo os Governos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 1633, Richelieu formou uma companhia francesa, que não teve êxito, para explorar as terras do cabo Norte, nos limites do Maroni e do Oiapoque. “Cap de Nord”⁽²³⁾ era como naquela época se designava muitas vezes a região da Guiana – território que pertencia à Espanha, e que Filipe II incorporou parcialmente ao Brasil, criando em 14 de junho de 1637 a Capitania brasileira do Cabo Norte, tendo por limite setentrional o rio Oiapoque, ou Vicente Pinson. Bento Maciel Parente, donatário dessa nova Capitania, e Governador do Maranhão, em 1638 mandou construir o forte do Desterro, na embocadura do rio Uacarapi, na Guiana brasileira. A partir do Pará, e seguindo instruções recebidas de Madrid, uma expedição comandada por Pedro Teixeira explorou, em 1637-39, o rio Amazonas, subindo-o até o Peru.

(23)Caetano da Silva, “L Oyapock et l Amazone: Question Brésilienne et Française”, 2 vols. in-8o. , Paris, 1861. Esta obra é um monumento de erudição.

As Invasões Holandesas. O Brasil e a Guerra dos Trinta Anos

Em 1624, uma frota holandesa⁽²⁴⁾, sob o comando do Almirante Willekens, se apoderou da Bahia, capital do Brasil (em 10 de maio). Os habitantes da cidade e dos seus arredores não tardaram a assediar os invasores, e reforços foram recebidos de Pernambuco e do Rio de Janeiro. As operações foram dirigidas a princípio pelo Bispo Dom Marcos Teixeira e depois, sucessivamente, por Marinho d'Eça e Dom Francisco de Moura, natural de Pernambuco. Dois Governadores holandeses, Van Dorth e Albert Schot, seu sucessor, foram emboscados e mortos, nas cercanias da cidade, pelo brasileiro Capitão Padilha. No ano seguinte, em 30 de abril, uma grande expedição hispano-portuguesa, comandada por Dom Fradique de Toledo⁽²⁵⁾, reconquistou a Bahia, regressando em seguida à Europa. Dois meses antes (12-14 de março de 1625), a pequena cidade

(24)26 navios, 509 canhões, 3.300 homens.

(25)56 velas, 945 canhões, 3.200 marinheiros, 7.500 soldados. Um quadro de Castelle, no Museu de Madrid, representa o desembarque de Dom Fradique na Bahia.

de Vitória, no Espírito Santo, defendida pelo jovem Salvador Corrêa de Sá, do Rio de Janeiro, tinha repellido o Almirante Piet Heyn – o mesmo que, em primeiro de março de 1627, tentara infrutiferamente se apossar da Bahia, defendida então por Diogo de Oliveira. Padilha morreu no combate de Pitanga contra Piet Heyn, em 12 de junho.

A captura da chamada “frota da prata”, em 1628, por Piet Heyn, encorajou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Uma segunda expedição⁽²⁶⁾, sob as ordens do Almirante Lonck e do Coronel Waerdenburch, foi enviada ao Brasil e, entre 16 de fevereiro e 2 de março de 1630, conseguiu apossar-se de Olinda e Recife. Comandados pelo General Matias de Albuquerque, os brasileiros começaram então uma luta contra os invasores que durou vinte e quatro anos. Nessa luta, adquiriram justa notoriedade muitos chefes brasileiros, nascidos na colônia, dentre eles Luís Barbalho, Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias⁽²⁷⁾.

Embora tivessem recebido reforços, em 1631 os holandeses se encontravam ainda reduzidos às cidades de Olinda e Recife. Naquele ano, tendo sabido da chegada de algumas tropas, transportadas pela esquadra de Dom Antônio de Oquendo, incendiaram Olinda e se concentraram em Recife. Mas as tropas destinadas a Pernambuco não ultrapassavam a cifra de setecentos portugueses, espanhóis e napolitanos, comandados por Sanfelice, Conde de Bagnoli⁽²⁸⁾. Em 12 de setembro foi travada perto dos Abrolhos uma batalha naval sem resultado decisivo, entre

(26)61 navios, 7.300 homens.

(27)No diário da primeira parte dessa guerra (“Memórias Diárias”), publicado por Duarte de Albuquerque, Senhor de Pernambuco, lê-se uma passagem, com data de 14 de maio de 1663, contando o que fez o negro Henrique Dias, ilustrativo das dificuldades da situação. “Julgando que tínhamos necessidade da sua pessoa, veio apresentar-se ao General, que o aceitou para servir com outros homens de cor.” Pouco depois, Henrique Dias foi feito Coronel de um regimento composto de negros. Sua fama chegou a Paris, nessa época; seu nome consta de um número extraordinário da “Gazette de France”, de 3 de julho de 1648 (n. 97), no artigo “Défaite des Hollandois au Brésil par les Portugais”.

(28)Em dialeto napolitano, este nome se pronuncia Bagnolo.

os navios de Oquendo e os de Pater, que pereceu no combate.

Matias de Albuquerque tinha instalado entre os rios Beberibe e Capiberibe a praça forte conhecida como Arraial do Bom Jesus, bem como posições fortificadas nas vizinhanças de Recife. De 1630 a 1632 os holandeses tentaram vários ataques, principalmente contra o forte de Cabedelo, na Paraíba, defendido por Matos Cardoso (1631) e o cabo Santo Agostinho, defendido por Maciel Parente (1632), sendo sempre repelidos. Neste último ano, contudo, a deserção de Calabar, mulato muito corajoso, natural de Porto Calvo, que conhecia perfeitamente o teatro das operações, alterou a situação dos dois lados. Guiados por Calabar, os holandeses começaram por saquear e incendiar Iguaraçu (1632), ampliando seu território com uma série de conquistas: Rio Formoso, a despeito da resistência heróica de Pedro de Albuquerque e seus soldados; a ilha de Itamaracá; o Rio Grande do Norte (1633); o forte do Pontal (cabo Santo Agostinho); a Paraíba (1634). Do Arraial os holandeses tinham sido repelidos duas vezes em 1633, mas em 1635, após um sítio de três meses dirigido por Arciszewski, a guarnição capitulou, vencida pela fome (6 de junho). No mesmo ano, o Almirante Lichthardt se havia apoderado de Barra Grande e de Porto Calvo (março), nas Alagoas, e no dia 2 de julho, depois de cinco meses de assédio, Von Schkoppe fazia capitular o forte de Nazaré. Esses revezes forçaram Matias de Albuquerque a abandonar Pernambuco, retirando-se para Alagoas. Milhares de famílias o seguiram, preferindo a emigração ao domínio estrangeiro. Em 19 de julho, Albuquerque retomou Porto Calvo e prendeu Calabar, que foi executado.

A retirada continuou, rumo ao Sul. Tendo chegado alguns reforços, com um novo General, Rojas y Borja, este tomou a ofensiva, mas foi morto na batalha de Mata Redonda, em 18 de janeiro de 1636, na qual Arciszewski levou a melhor. Camarão cobriu a retirada dos soldados derrotados; Bagnoli, o novo Comandante, conseguiu manter-se durante algum tempo nas Alagoas, perturbando o inimigo com incursões no território sob seu controle.

A Holanda enviou a Pernambuco, com tropas frescas, o Príncipe João Maurício, Conde de Nassau-Siegen, nomeado Governador Geral do Brasil holandês. Em 18 de fevereiro de 1637 Maurício alcançou a vitória de Comendaituba sobre a vanguarda de Bagnoli, comandada por Almiron; apoderou-se de Porto Calvo e prosseguiu em marcha triunfal até o rio São Francisco. Nesse mesmo ano o Almirante Lichthardt foi repellido ao tentar um desembarque em Ilheus (27 de junho); Garstman tomou o forte do Ceará; Von Schkoppe dizimou Sergipe e forçou Bagnoli a bater em retirada para a Bahia.

Duas vezes Maurício de Nassau tentou em vão tomar a Bahia (1638), mas teve que desistir e se retirar, depois de quarenta dias de campanha, sofrendo perdas consideráveis. Bagnoli, que comandara a defesa da cidade, foi feito Príncipe por Filipe II.

Na ilha de Antônio Vaz, Maurício de Nassau fundou Mauritzstadt, que é hoje, com o nome de Santo Antônio, um dos três distritos que compõem a cidade do Recife. Atraiu ao Brasil os naturalistas Piso e Marcgraf, o cosmógrafo Ruiters, o matemático Cralitz, o erudito Herckmann, o poeta Plante, os pintores Franz Post e A. Van den Eckhoute, o arquiteto P. Post. Instalou um observatório, proclamou a liberdade de culto (com algumas restrições, impostas pouco depois, para cumprir ordens recebidas da metrópole), e obteve dos Estados Gerais a liberdade de comércio, ficando o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais limitado à importação de escravos e à exportação de madeiras para tinturaria(1638).

Em 1639 o Conde da Torre chegava à Bahia como Governador Geral do Brasil, trazendo uma frota e tropas cujo número tinha sido reduzido à metade devido a uma epidemia durante a escala dos seus navios na África. Com reforços recebidos do Rio de Janeiro e de São Paulo o novo Governador rumou para o Norte, pretendendo desembarcar perto de Recife, mas as correntes e o mau tempo deslocaram a esquadra para o cabo São Roque, seguida pelos holandeses que a atacaram quatro vezes, sem sucesso (em 13, 14 e 15 de janeiro de 1640). O rompimento entre

o Conde da Torre e o Almirante espanhol Vega Bazan privou o primeiro do apoio dos navios do segundo. Uma parte do exército desembarcou, a 7 de fevereiro, no porto de Touro, sob a chefia de Luís Barbalho. A outra parte regressou à Bahia, com o Conde da Torre e o Príncipe de Bagnoli⁽²⁹⁾, utilizando-se dos meios de transporte disponíveis, e arriscando-se à captura, uma vez que os navios de guerra espanhóis e portugueses continuaram sua navegação, rumo ao golfo do México. Nessa marcha de trezentas leguas até a Bahia, Barbalho conseguiu atravessar todo o território ocupado pelos holandeses. Começou por aprisionar, num combate no Potengi, o Governador do Rio Grande, Garstman; depois, tomou a cidade de Goiana (28 de fevereiro), e obteve outras vitórias em dois combates – em Salgado (nas Alagoas, à margem direita do Paraíba) e Unhaú (Nhuanhú na carta de Barloeus)⁽³⁰⁾.

Entre 29 de abril e 30 de maio as fazendas e plantações nos arredores da Bahia foram dizimadas pelo Almirante Lichthardt. Em 21 de junho chegava à Bahia o Marquês de Montalvão, primeiro Vice-Rei nomeado para o Brasil. Enviado ao rio Real, Luis Barbalho derrotou o inimigo (primeiro de agosto) e, depois de um combate encarniçado, conseguiu apossar-se da principal fortificação holandesa (10 de setembro). Os habitantes de Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, em 29-30 de outubro repeliram um ataque do Coronel Koen.

Pouco depois, chegou à Bahia e se difundiu por todo o Brasil a notícia da revolução havida em Portugal contra o domínio espanhol (15 de fevereiro de 1641). Aclamado Rei de Portugal com o título de João IV, o Duque de

(29) Alguns historiadores têm sustentado que o Príncipe de Bagnolo deixou então o Brasil. Na verdade ele morreu em 26 de agosto de 1640, na Bahia; segundo o atestado de óbito, foi enterrado na igreja do Convento dos Carmelitas. Esta informação se encontra na “História Militar do Brasil” (par. 407), obra inédita de Miralles, que a concluiu em 1762, na Bahia.

(30) Os relatos de L. Barbalho, do Conde da Torre e do seu sucessor até hoje não foram descobertos. Graças a documentos espanhóis e holandeses inéditos, e a cartas da Bahia interceptadas pelos holandeses, foi possível dar aqui algumas informações novas e retificar certos fatos e datas.

Bragança foi logo reconhecido nas Capitanias do Brasil não ocupadas pelos holandeses, e em todas as colônias portuguesas. Um Embaixador de João IV foi recebido na Haia, e em 13 de fevereiro os Estados Gerais ordenaram que a partir daquele momento os portugueses fossem tratados amistosamente. A 12 de junho foi assinado na Haia um tratado estipulando um armistício de dez anos entre a República e Portugal, bem como uma aliança ofensiva e defensiva contra a Espanha. Maurício de Nassau, contudo, sob o pretexto de que esse tratado não fora ainda ratificado por Portugal, aproveitou a oportunidade para ocupar Sergipe até o rio Real (abril de 1641); para enviar o Almirante Jol com a missão de tomar São Paulo de Luanda e a ilha de São Tomé, na África; e para conquistar o Maranhão (25 de novembro).

O ano seguinte, os habitantes do Maranhão se sublevaram, liderados por Muniz Barreiros e Teixeira de Mello, conseguindo expulsar os holandeses (em 1644). Quase ao mesmo tempo, os indígenas se apoderaram do forte do Ceará, que destruíram – mas os holandeses logo construíram um novo forte.

O declínio do poder holandês no Brasil começava assim no momento em que as províncias brasileiras conquistadas se viam abandonadas pela metrópole. Em 1644, Maurício de Nassau retornou à Europa.

Em 23 de maio de 1645, Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e vários outros dos mais ricos habitantes de Pernambuco, estimulados secretamente pelo Governador Geral do Brasil português, Antônio Teles da Silva, assinaram compromisso de provocar uma insurreição para “liberar sua pátria”. A revolução explodiu em 13 de junho, e os regimentos do antigo exército de Pernambuco, comandados por Vidal, Camarão e Henrique Dias, se juntaram pouco depois aos revolucionários. Fernandes Vieira ganhou a batalha de Tabocas (3 de agosto) e, reunido com Vidal, forçou à rendição o comandante holandês, Hous, na batalha de Casa Forte (7 de agosto). Para vingar-se desses revezes, Lichthardt destruiu em Tamandaré (9 de setem-

bro) uma pequena esquadra procedente da Bahia, que tinha o comando de Serrão de Paiva.

Os brasileiros se apossaram dos fortes de Serinhaem (3 de agosto), Porto Calvo e Penedo (17 de setembro); de Sergipe e da cidade de Olinda, que tinha sido reconstruída nos tempos de Nassau. Mas foram repelidos em Itamaracá (23 de setembro). Na Paraíba e no Rio Grande do Norte obtiveram as vitórias de Inhobim (11 de setembro) e de Cunhaú (23 de novembro), depois a de Guaju (26 de janeiro de 1646), devida a Camarão. Foi em 24 de abril de 1646 que ocorreu a bela defesa de Tijucopapo, por Agostinho Nunes. Aquele mesmo ano, Vidal e Vieira batiam o inimigo na ilha de Itamaracá, que precisaram contudo evacuar, ao ter conhecimento da chegada de grandes reforços comandados pelo Almirante Banckert⁽³¹⁾ e o General Sigemundt von Schkoppe. Este último sofreu uma derrota ao atacar a cidade de Olinda, em 5 de agosto. Pelo fim do ano, os holandeses voltaram a ocupar Penedo e a embocadura do rio São Francisco, mas tiveram de evacuar essas regiões quando uma das suas divisões foi destruída pelos homens de Francisco Rebelo em Urambu, perto do rio, no dia 31 de dezembro.

Em 1647, Schkoppe ameaçou a capital do Brasil, fortificando-se na ilha de Itaparica. Enviado para atacá-lo, Rebelo foi repellido e morto (10 de agosto). A 15 de dezembro Schkoppe embarcou seus homens às pressas; sete dias mais tarde chegava à Bahia a frota do Conde de Vila-Pouca, nomeado Governador Geral do Brasil, que trazia alguns soldados. De seu lado, os holandeses recebiam grandes reforços comandados pelo Almirante De With, e o General Schkoppe se decidia a atacar o exército sitiante, comandado então pelo General Barreto de Menezes. A

(31)Varnhagen o chama de Baucher. Enganou-se ao ler o nome ortografado dessa forma, e assim transformado, na obra de Moreau, a quem não se pode atribuir tal erro, pois conheceu pessoalmente Banckert. A falha deve ser imputada a uma interpretação errônea do manuscrito, quando da sua impressão. Trata-se do Almirante Joost Van Trappen, dito Banckert, que já era célebre, sobretudo depois das batalhas das Dunas (1639), entre Tromp e Oquendo.

batalha teve lugar em 19 de abril de 1648, nas colinas de Guararapes, e a vitória de Barreto de Menezes foi completa. Pouco depois, num encontro naval em frente à Bahia, entre De With e uma parte da esquadra do Almirante Luís da Silva Telles, o Comandante do galeão português “Rosário”, Pedro Carneiro, foi abordado por dois vasos inimigos. Vendo que a resistência era impossível, incendiou seu barco, que explodiu, destruindo os dois navios holandeses⁽³²⁾.

Em 1648, uma expedição organizada no Rio de Janeiro pelo Almirante Salvador Corrêa de Sá, natural dessa cidade, se apoderou dos fortes de Luanda, e tomou Angola dos holandeses.

Em 19 de fevereiro de 1649, os holandeses sofreram perdas ainda maiores do que as do ano precedente, numa nova batalha em Oitiseiro (nas mesmas colinas de Guararapes), ganha por Barreto. O assédio de Mauritzstadt e do Recife, iniciado em 1645, duraria ainda cinco anos, graças ao domínio do mar, que continuava com os invasores. Por fim, chegou uma esquadra portuguesa para bloquear o porto, comandada por Jacques de Magalhães, e Barreto começava o assalto dos fortes exteriores, dos quais se foi apossando. O General Schkoppe capitulou em 26 de janeiro de 1654, e todas as posições ocupadas ainda pelos holandeses no Brasil foram entregues ao Rei de Portugal.

(32) Relatório de 19 de dezembro de 1648, do General Schkoppe. O nome do comandante do “Rosário”, que um historiador moderno dessa guerra lamentou ignorar, pode ser encontrado em “Portugal Restaurado”, de Ericeira, II, 256 (ed. de 1751), e na obra de Santa Teresa, II, 133. Pedro Carneiro era Cavaleiro de Malta, assim como um oficial que se encontrava a bordo, e que pereceu, como toda a tripulação – Alfonso de Noronha, segundo filho do Conde de Linhares.

A Conquista do Interior, nos Séculos XVI, XVII e XVIII. As Guerras dos Paulistas. Descoberta das Minas de Ouro

De 1573 até 1578, durante o governo de Brito e Almeida, várias expedições penetraram no interior do território brasileiro. Assim, Sebastião Tourinho, que já havia chegado a Minas Gerais pelo rio Doce, em 1573 partiu de Porto Seguro chegando à serra dos Órgãos (Rio de Janeiro); depois, tomando o rumo do Noroeste, atravessou o território de Minas Gerais e desceu o rio Jequitinhonha. Dias Adorno penetrou em Minas pelo rio Caravelas. Até 1598, Bastião Álvares, de Porto Seguro; Gabriel Soares de Souza, da Bahia (autor do **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**); Domingos Martins Cão, do Espírito Santo; e Marcos de Azeredo Coutinho conduziram expedições ao São Francisco e a Minas Gerais. Saindo do Rio de Janeiro, em 1592 Martim de Sá ultrapassou a serra da Mantiqueira. Eram ainda mais numerosas as expedições que partiam de São Paulo.

Durante o domínio espanhol (1580-1640), os paulistas, que foram no Brasil os exploradores pioneiros no centro e no Sul do país, penetraram fundo no interior do país, em busca de ouro e na caça de índios, que escravizavam para trabalhar nas plantações do litoral. Atacados pelos indígenas, limitaram-se a princípio à defensiva, mas depois tomaram a decisão de se livrar dos inimigos. A primeira guerra ofensiva dos paulistas, dirigida por Jerônimo Leitão, foi dirigida contra os tupiniquins do Anhembi, hoje Tietê, que, segundo os jesuitas espanhóis, tinham trezentas aldeias e 30.000 combatentes. Essas aldeias foram quase todas destruídas, e um grande número de índios reduzidos à escravidão. A guerra durou seis anos. De 1592 a 1599, sob a direção de Afonso Sardinha, e, depois, de Jorge Corrêa e João do Prado, desencadearam uma segunda guerra de extermínio contra os indígenas do rio Jeticaí, hoje rio Grande, que, com o Paranaíba, forma o Paraná.

Já nos primeiros anos do século XVII (1601-1602), como o demonstra o itinerário de Glimmer, os paulistas chegavam a Sabará, no interior de Minas Gerais. Uma terceira grande expedição, que parece ter sido dirigida por Nicolau Barreto, Manuel Preto e vários outros habitantes de São Paulo, dirigiu-se mais para o Norte (1602), assolando durante cinco anos as vilas e acampamentos indígenas do Paraupaba, isto é, do alto Araguaia. Alega-se que em 1592 Sebastião Marinho já tinha chegado a Goiás.

Em 1606 os paulistas não podiam levantar para essas expedições mais do que 1.800 homens, sendo 300 brancos e 1.500 índios, quase todos munidos de armas de fogo e protegidos por uma couraça de couro forrado de algodão⁽³³⁾. Esse número foi aumentado com o acréscimo de

(33)“ ... Todos muy bien armados con escopetas, vestidos de escupiles, que son al modo de dalmaticas, estofadas de algodón, con que, vestido el soldado de pies a cabeza, pelea con seguridad de las saetas; a son de caxa, vanderá tendida y orden militar ... “ (Montoya, “Conquista Espiritual”, par. 75, pág. 92). No começo do século XIX, os soldados de São Paulo, empregados contra os índios, ainda conservavam esse modo de vestir. O pintor Debret assim os representou na sua “Viagem Pitoresca ao Brasil” (Tomo I, plancha 21).

aventureiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e de índios prisioneiros. Em suas terras de Expectação, perto de São Paulo, Manuel Preto⁽³⁴⁾ tinha, só ele, 1.000 combatentes indígenas. Dava-se a essas expedições ao interior o nome de “bandeiras”; aos seus membros, a designação de “bandeirantes”.

Por volta de 1620, as expedições de São Paulo começaram a se dirigir contra os indígenas que habitavam as costas meridionais do país. Vários milhares de índios patos foram trazidos para São Vicente e o Rio de Janeiro. Em 1627, os paulistas foram atacados pelo cacique Taiaobá, aliado dos jesuítas espanhóis. O ano seguinte, para se vingar dessa agressão, os paulistas dizimaram as fronteiras da província de Guaíra. Os espanhóis e os jesuítas do Paraguai davam este nome ao território compreendido entre o Paranapanema, o Itararé, o Iguazu e a margem esquerda do Paraná. Em 1630 podia-se ver duas pequenas vilas habitadas pelos espanhóis: Ciudad Real, sobre o rio Pequiri, perto da sua embocadura no Paraná; Vila Rica, sobre o Ivaí. E também muitos aldeamentos de indígenas sujeitos aos jesuítas do Paraguai. Loreto e Santo Ignacio, na margem esquerda do Paranapanema, fundadas em 1610, eram as missões mais antigas e mais importantes. As demais tinham criação recente: Angeles, formada com índios do chefe Taiaobá (1628) e San Thomé (1628), sobre o rio Corumbataí; Concepción de los Gualachos (1628), perto das fontes desse rio; San Pablo (1627) e Santo Antonio (1628), na margem direita do Ivaí; San José (1624) e San Xavier (1623), em dois afluentes da margem esquerda do Tibagi; Encarnación (1625), Jesus Maria (1630) e San Miguel, na margem esquerda desse rio; San Pedro (1627), a Leste do Tibagi. Na embocadura do

(34) Manuel Preto era português. Numa obra recente lemos que era conhecido em São Paulo como “o herói da Guaíra”. Por equívoco se lhe deu esse epíteto, pois provavelmente já não vivia no momento da conquista da província da Guaíra. Os jesuítas mencionam um certo João Preto que visitou Guaíra nessa época, e que se fixou em Assunção, mas trata-se de um charlatão, não de um herói. Manuel Preto tinha três irmãos – Inocência, Sebastião e José – e um filho, Antônio Preto.

Iguaçu, os jesuítas espanhóis possuíam a redução de Santa Maria Maior (1626); no Paraná, da confluência do Acaraig para o Sul, várias outras; mas elas formavam a província do Paraná. Desde 1620 eles tinham começado a criar seus estabelecimentos no rio Uruguai e afluentes – região designada na época como província de Uruaig.

Em 1630, dirigidos por Antônio Raposo Tavares⁽³⁵⁾, que tinha sob suas ordens Frederico de Melo, Antônio Bicudo, Simão Álvares e Manuel Morato⁽³⁶⁾, os paulistas subiram a ribeira de Iguape, cruzaram a serra de Paranapiacaba e alcançaram a parte meridional da província de Guaíra. Bicudo se apossou de San Miguel; Álvares, de Santo Antonio; Morato, de Jesus Maria. Anunciavam: “Viemos expulsá-los deste país, que nos pertence e não ao Rei da Espanha”.⁽³⁷⁾

No ano seguinte, os paulistas se apoderaram de San Pablo e de San Xavier, repeliram nesta última cidade um ataque dos espanhóis de Vila Rica, e depois se apossaram de San Pedro e de Concepción de los Gualachos. Os jesuítas reuniram em Loreto e Santo Ignacio todos os índios que haviam podido escapar a essas **razzias**, e decidiram abandonar a província de Guaíra para fixar-se

(35) Os cronistas da província de São Paulo e todos os historiadores confundem muitas vezes Raposo Tavares com Antônio Raposo, que faleceu em 1633. Seu filho, Antônio Raposo, partiu de São Paulo em 1631, levando alguns reforços para a guerra contra os holandeses. Em 1641 encontrava-se em Cartagena das Índias com muitos outros oficiais e soldados portugueses e brasileiros desembarcados da frota de Vega Bazan. Em 1651, chegava a Gurupá, no rio Amazonas. Quanto a Antônio Raposo Tavares, era natural de São Miguel de Beja, em Portugal. Chegou a São Vicente em 1622 e foi incontestavelmente o chefe das primeiras expedições contra as missões dos jesuítas no Paraguai, segundo declarações feitas em Madrid por Montoya e Lourenço de Mendonça, prelado do Rio de Janeiro.

(36) Melo era natural do Espírito Santo, segundo Paes Leme (“Nobiliarquia Paulistana”). Bicudo era paulista. Sobre os outros dois, citados por Techo (“Hist. Prov. Paraq.”), não pudemos encontrar qualquer informação.

(37) “Venimos a echarlos de toda esta region porque esta tierra es nuestra y no del Rey de Espana” (Montoya, “Cong. Esp.”, par. 35). Em uma das suas representações ao Rei, Montoya dizia: “... en aquellas villas parece no conocen a V.M. por sus cedula, que reciben con mosquetes y mechas encendidas, y nunca las ejecutan.”

entre o Paraná e o Uruguai (1631), onde já tinham várias missões. Do outro lado só retiveram as reduções de Santa Maria Maior do Iguacu e de Natividad do Acaraig, evacuadas em 1633. Logo depois da sua partida, os paulistas tomaram as cidades espanholas de Villa Rica e Ciudad Real (1631), que destruíram completamente. Graças à intervenção do Bispo do Paraguai, que se encontrava em visita pastoral na primeira daquelas cidades, seus moradores puderam partir sem ser perturbados, indo instalar-se nas margens do Jejuí (Paraguai).

Em 1632 os paulistas cruzaram o Alto Paraná e tomaram três reduções de índios itatines, que os jesuítas tinham acabado de fundar a Oeste do rio Pardo (Mato Grosso), bem como Santiago de Jerez, cidade espanhola situada num planalto da serra de Amambai, perto das nascentes do rio Aquidauana⁽³⁸⁾. Muitos espanhóis foram coniventes, indo fixar-se em São Paulo.

De 1626 a 1634, os jesuítas do Paraguai tinham conseguido estender suas missões sobre uma grande parte do território que forma hoje a província brasileira do Rio Grande do Sul. Quando houve a primeira invasão dos paulistas (1636), as reduções ou cidadelas jesuíticas eram quinze, situadas entre o Ijuí (iiuií) e a serra Geral, ao Norte; o Ibicuí (chamado então Ibicuiti) e o Jacuí (Igaí, também chamado Fasido), ao Sul; o Uruguai, a Oeste; e o Taquari (na época Tebicuari ou rio do Espírito Santo), a Leste. A parte oriental desse território foi designada como “província de Tape”⁽³⁹⁾. Essas missões foram destruídas – como as da província de Guaíra – logo depois da sua fundação.

(38) Vilas que acabam de ser fundadas. Uma cidade de Jerez tinha sido criada em 1579 por Melgarejo, sobre o Mbotetei (hoje Mondego), depois evacuada. Em 1593, Rui Diaz de Guzmán, Governador de Guaíra, fundou com os habitantes de Ciudad Real uma segunda cidade de Jerez, na margem direita do Mondego. Em 1625, seus habitantes, autorizados pelo Governador do Paraguai, foram estabelecer-se nos planaltos de Amambaí, no lugar conhecido na época como Llanos de Yaguary. As três vilas destruídas foram: San José de Itatines, Angeles e San Pedro y San Pablo.

(39) Os aldeamentos ou vilas (“pueblos”) dos jesuítas no Paraguai muitas vezes mudavam de lugar, e outras vilas de igual nome eram fundadas em lugares

Em setembro de 1636 Raposo Tavares partiu de São Paulo com seu exército e, no dia 3 de dezembro, depois de um combate de seis horas, tomou Jesus Maria de Iequi (Rio Pardo). As reduções de São Cristóvão, São Joaquim e Santana foram evacuadas, mas os paulistas fizeram grande número de prisioneiros, e repeliram um ataque dos índios, chefiados pelo Padre Romero. A redução de Natividade de Araricá foi abandonada, e no território do Tape só restou aos jesuítas sua colônia de Santa Teresa de Ibituruna, que foi tomada o ano seguinte (dezembro de 1637).

Em 1638 os paulistas completaram a destruição dos estabelecimentos espanhóis situados a Oriente do Uruguai. Vencedores em Caaro, Caazapaguaçu (onde o combate durou dois dias), Caazapamini e San Nicolás⁽⁴⁰⁾, forçaram os jesuítas a emigrar com os índios que puderam escapar à catástrofe, e que foram se incorporar às reduções entre o Uruguai e o Paraná, ou formar nessa região novas colônias, algumas das quais conservavam o nome das que tinham sido destruídas⁽⁴¹⁾.

Em março de 1641, os paulistas tentaram atacar essas missões, mas foram repelidos pelos guaranis perto do

diferentes. Eis as que existiam no Rio Grande do Sul em 1636, com a data da sua fundação: Na margem direita do rio Pardo (conhecido então como Yequi ou rio Verde), subindo aquele rio, San Cristobal (1634) e Jesus Maria (1633); na margem esquerda, perto das suas nascentes, San Joaquin (1633); no Passo de Jacuí, na margem esquerda do rio desse nome, Santana (1633); na margem direita do Ararica, Natividade (1632). Perto das nascentes do Jacuí, não longe do lugar onde hoje se encontra Cruz Alta, Santa Teresa de Ibituruna (1633). Nas nascentes do rio Ijuí Grande, San Carlos de Caapi (1631). Na margem direita do Ijuí Mirim, Apóstoles de Caazapaguazu (1631) e, descendo o mesmo rio, Martires de Caaro (1628). Entre o Ijuí e o Piratini, Candelaria de Caazapamini (1617). Na margem esquerda do Piratini, perto da sua confluência com o Uruguai, San Nicolas (1626). Na margem direita do Itu (na época, Tibiquaci), Santo Tomé (1633); na margem direita do Ibicuí, subindo esse rio, San José de Itaquatia (1633), San Miguel (1632) e Cosme y Damian (1634).

(40) Nesses combates, um certo Nicolas Nenguiru, "bello et pace bonus", comandava a ala direita dos guaranis. Talvez se trate de um antepassado do Nicolas Nenguiru que ficou célebre durante a guerra de 1754-56.

(41) Nessa época foram fundadas na região Santo Tomé, Apóstoles, San Carlos, San José, San Nicolás (transferida mais tarde novamente para o Piratini, mas em outro local), Candelaria, Mártires, San Cosme, Santana.

Mbororé, na margem direita do Uruguai. Nessa época suas expedições se dirigiam antes para o Oeste e o Norte do que para o Sul. Viu-se então prolongarem suas incursões até a parte setentrional do Paraguai, no distrito de Santa Cruz de la Sierra, e as cordilheiras do Peru. Em 1636, um dos seus chefes, Francisco Pedroso Xavier, tomou e destruiu a segunda Villa Rica, sobre o Jejuí (Paraguai), assim como vários aldeamentos indígenas das cercanias. Perseguido por Andino, antigo Governador do Paraguai, esperou-o nas montanhas de Maracaju e, depois de um combate, obrigou-o a bater em retirada.

Entre as autoridades municipais e os habitantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pará, de um lado; e os jesuítas, de outro, travou-se uma longa luta por causa dos índios. Os jesuítas defendiam a liberdade dos indígenas, mas eram acusados de explorá-los em seu benefício. No Rio, em 1632, houve uma tentativa de explodir com pólvora o quarto do primeiro prelado da cidade, Lourenço de Mendonça, que defendia a liberdade dos índios. Em São Paulo, os habitantes se apoderaram de todos os índios que trabalhavam nas plantações do colégio dos jesuítas (1633), e em 1640 expulsaram da cidade esses religiosos, que só retornaram em 1653, tendo aceito as condições que lhes foram impostas. As bulas papais e as ordens do Rei condenando a escravidão, obtidas por Ruiz de Montoya, Dias Tano e Lourenço de Mendonça, não eram obedecidas. No Rio, ocorreram distúrbios. Em 1661, alguns paulistas pretenderam separar-se de Portugal e coroar Rei Amador Bueno. Este se recusou, aclamando João IV, já reconhecido em todas as partes do Brasil não ocupadas pelos holandeses.

Em 1661, os habitantes do Pará e do Maranhão - onde o célebre padre Antônio Vieira defendia a liberdade dos índios - expulsaram também os jesuítas. Essa animosidade durou até a expulsão da Ordem, em 1759. Em 1755 (6 de junho) e em 1758 (8 de maio), Pombal obteve do Rei José I duas leis que puseram fim à escravidão dos índios, obrigando à execução, no Brasil, de uma lei de primeiro de abril de 1680.

No momento da expulsão dos holandeses (1654), a ocupação do território brasileiro pelos portugueses se estendia, pelo litoral, do rio Amazonas, no Norte, ao Paranaguá, no Sul. Na ilha de Santa Catarina, não havia então mais do que uma dúzia de colonos paulistas.

O Governo do Pará consistia apenas das pequenas cidades de Belém do Pará, Cameté e Gurupá, e do forte do Desterro, no Uacarapi, na margem direita do Amazonas. O Maranhão tinha só a cidade de São Luís e as vilas de Santa Maria de Guaxenduba ou Aguas Boas e Tapuitapera (Alcântara). Continuando pela costa, rumo ao Sul, encontrava-se no Ceará a vila e o forte desse nome. O Rio Grande do Norte consistia na cidade de Natal e em várias aldeias indígenas (Apuã, Jaraguá, Pirari, etc.); Paraíba, na cidade do mesmo nome (Frederica dos holandeses), a vila de São Pedro e São Paulo (Mamanguape) e várias aldeias indígenas: Petimbu, Nhiajereba, Ibiapuá, Pindaúna, Nhumajai, Urutagui (hoje Alhambra), Itapuã, Guiraobira (Independência). Pernambuco era mais povoado, e tinha as cidades de Olinda, Recife-Santo Antônio (Mauritzstadt) e Iguaraçu; as vilas de Goiana, São Lourenço de Tijucopapo, Conceição de Itamaracá (Vila Schkoppe), São Francisco de Pau d'Alho, Luz, Guaibipopaba, São Lourenço da Mata, Santo Amaro (Jaboatão), Muribeca, São Miguel de Ipojuca, Nazaré do Cabo de S. Agostinho, Santo Antônio do Cabo, Serinhaem, Santo Amaro (perto de Serinhaem) e São Gonçalo do Una. E algumas povoações menos importantes, entre as quais Taquara, Guia de Saracunhayã (hoje Nazaré), Prazeres (Glória de Goitá) e Santo Antão (Vitória), assim como vários aldeamentos indígenas (Caarecé, Itapecirica, etc.). Em Alagoas se encontravam as vilas de Porto Calvo, Santa Luzia do Norte, Conceição de Alagoas, Penedo (Mauritius dos holandeses) e Ajuda (hoje Anadia), bem como as povoações de São Gonçalo de Peripueira, Santo Amaro (Atalaia) e Anunciação (Pilar). Em Sergipe, a cidade de São Cristóvão e as vilas de Santo Antonio, no rio São Francisco (Porteira), e Santo Antônio da Serra de Itapuama (Itabaiana).

A Bahia contava com a capital do Brasil, São Salvador

da Bahia (provavelmente com 20.000 habitantes), a cidade de Camamu, as vilas de Cachoeira, Santo Amaro, Valença, Cairu, além de muitas povoações; ao Sul do rio das Contas, a aldeia de Barra do Rio das Contas, as cidades de Ilhéus e Porto Seguro, as vilas de Santa Cruz, Trancoso, Patatibe (Vila Verde) e Caravelas. No Espírito Santo, as cidades de Vitória e Espírito Santo e as aldeias indígenas de São Mateus, Reis Magos (Almeida), Santana (Guaraparim) e Reritigba (Benevente).

No Rio de Janeiro, em 1648 a cidade desse nome não tinha mais do que 2.500 habitantes, além da guarnição de 600 homens, consistindo apenas em três ou quatro ruas paralelas ao mar, entre as colinas do Castelo e de São Bento. Em 1654 havia também as cidades de Ilha Grande (hoje Angra dos Reis) e de Cabo Frio, e as vilas de São Cristóvão (hoje um subúrbio do Rio), Irajá, Iguaçu, Trairaponga (Meriti), Magepe (Magé), Caçarebu (Santo Antônio de Sá), Desterro (Itambi), Conceição (Itaboraí) e Gaxindiba (São Gonçalo); as vilas indígenas de São Lourenço, Icaraí, Cabuçu (Vila Nova), São Pedro de Araruama, Sepetiba, Guia (Mangaratiba) e Parati.

O território de São Vicente (hoje São Paulo) possuía, no litoral, as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente (a capital), Itanhaém, Iguape e Cananéia, e a vila de Paranaguá. No interior, as cidades de São Paulo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itaboaté (Taubaté), Jacareí, São Miguel, Santo Amaro de Ibirapuera, Ajuda (Itaquaquetuba), Jundiá (elevada a cidade em 1655), Guaratinguetá e Araçariguama, além de várias povoações ou estabelecimentos cujos proprietários tinham grande número de índios escravos ou militarizados. Em 1654 uma vila começou a se formar em Sorocaba.

De 1660 a 1662, uma expedição chefiada por Paes Leme (Fernão Dias), natural de São Paulo, atravessou a serra da Mantiqueira e explorou grande parte do interior, ultrapassando as montanhas de Serro Frio. Por volta de 1663, outro paulista, Lourenço Castanho Taques, descobriu ouro no distrito que designou como Minas dos Cataguás e pouco depois se chamaria Minas Gerais. Várias outras

expedições originadas em São Paulo penetraram no interior em busca de minas. Em 1672, Pascoal Paes de Araujo chegou às nascentes do Tocantins. Em 1682, Bartolomeu Bueno, que os índios apelidaram de Anhanguera (o diabo), e Antônio Pires de Campos avançaram na mesma direção. Manuel de Borba Gato, genro de Paes Leme, Antônio Dias Arzão e um grande número de paulistas se fixaram nas Minas Gerais, onde muitas vilas foram fundadas no fim do século XVII. Cedo apareceram aventureiros, procedentes do Rio de Janeiro e da Bahia; a imigração portuguesa, que se destinava principalmente à Bahia e Pernambuco, teve um grande desenvolvimento e começou a se dirigir, através do Rio de Janeiro, para a região das minas.

Em 1708 ocorreram conflitos entre os paulistas e aventureiros de outras partes do Brasil e de Portugal, que os primeiros chamavam de forasteiros ou “emboabas” (de **amõ**, longe, e **abá**, homem). Chefiados por Domingos da Silva Monteiro, os paulistas foram vitoriosos no rio das Mortes, onde pouco depois foram batidos por Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio, enviado por Manuel Nunes Viana, o chefe dos emboabas, e precisaram retirar-se para Pitangui⁽⁴²⁾. Chegado em 1709, o Governador Antônio de Albuquerque conseguiu pôr fim a essa guerra civil; nomeou as primeiras autoridades governamentais em Minas Gerais e organizou, com apoio dos dois partidos, os primeiros regimentos milicianos e um outro de tropas regulares.

Por ocasião da invasão holandesa, alguns negros escravos tinham abandonado seus proprietários, em Pernambuco, estabelecendo-se nas florestas de Palmares, em Alagoas. Seu número em breve se elevou a vários milhares, e conseguiram manter-se independentes durante mais de sessenta anos, repelindo em primeiro lugar os ataques dos holandeses, e mais tarde dos brasileiros-portugueses. Depois de uma guerra de alguns anos, só em 1697 foram submetidos, por um pequeno exército procedente de

(42) Guerra civil pouco estudada, sobre a qual os documentos publicados até aqui são absolutamente insuficientes.

São Paulo, chefiado por Domingos Jorge Velho. Diante da derrota definitiva, os principais chefes negros se jogaram do alto de um rochedo, preferindo a morte à escravidão.

O território do Piauí começou a ser povoado em 1674, por Domingos Afonso Mafrense, natural da margem Norte do rio São Francisco. Em 1718 e 1719, Antônio Pires de Campos Filho, Pascoal Moreira Cabral e outros paulistas fundaram os primeiros estabelecimentos portugueses em Mato Grosso.

O Comércio do Brasil nos Séculos XVI, XVII e XVIII

As possessões portuguesas do Brasil só tinham comércio direto com a metrópole. No entanto, desde o século XVI alguns comerciantes estrangeiros estabeleceram feitorias ou casas de comércio nos portos mais importantes. Os célebres Schetz, de Antuérpia, mantinham um agente em São Vicente, onde dispunham de uma usina de açúcar. Durante o período em que Portugal e Espanha estiveram reunidos (1580-1640), foram estabelecidas relações comerciais bastante regulares entre a Bahia, o Rio e o Prata.

Nos séculos XVI e XVII, a exportação brasileira consistia principalmente de açúcar, madeiras para tinturaria e construção, couros. A pecuária era praticada sobretudo na Paraíba e em São Paulo. Só nos primeiros anos do século XVIII a exportação de ouro e diamantes começou a ser importante. Nessa época, havia um considerável comércio clandestino, pela colônia do Sacramento, entre o Rio de Janeiro e as províncias espanholas do Prata.

No século XVII, durante a guerra com a Holanda, criou-se o hábito de reunir em comboio, sob a proteção de navios de guerra, os barcos mercantes que faziam o comércio entre Portugal, a Bahia e o Rio de Janeiro. O Almirante brasileiro Salvador Corrêa de Sá comandou alguns desses comboios. Em 1649, foi organizada em Lisboa uma empresa poderosa, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cujo nome foi mudado, em 1660, para Junta do Comércio. Essa companhia privilegiada teve desde o início muitos navios armados, e mantinha um regimento de infantaria e de artilharia naval. Cada ano enviava um comboio que, partindo de Lisboa ou do Porto, se dirigia a Recife, Bahia e ao Rio de Janeiro, transportando para Portugal os produtos do país. As representações feitas pelos comerciantes do Rio e da Bahia contra esse monopólio levaram a reformas, e depois à extinção da Companhia (1720). Persistiu porém o costume dos comboios comerciais, sob a proteção de navios de guerra. Em 10 de setembro de 1765, o Marquês de Pombal permitia aos navios mercantes viajar entre Portugal e Brasil fora de um comboio. Em 1775, o mesmo Ministro criou duas novas companhias privilegiadas, a do Grão Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba. As duas foram extintas em 1788.

Sob o Governo de Salvador Corrêa de Sá, no Rio de Janeiro – e na mesma época, também na Bahia (1650) – estaleiros de construção naval foram instalados nesses dois portos. Muitos vasos de grande porte e fragatas da marinha real foram construídos no Brasil. Outros estaleiros foram instalados no século XVIII e no começo do século XIX, época em que os portugueses construía regularmente no Brasil uma grande parte dos seus navios de guerra.

Guerra com os Espanhóis e Invasões Francesas nos Séculos XVII e XVIII

Em 1680 Dom Manuel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, fundou na margem esquerda do Prata, em frente de Buenos Aires, a colônia de Sacramento - longe da parte povoada do Brasil, cujo estabelecimento mais meridional estava na ilha de Santa Catarina. Sacramento foi objeto de longas querelas com a Espanha, à qual foi transferida pelo tratado de Santo Ildefonso, de 1777. No mesmo ano da sua fundação a colônia foi tomada pelos espanhóis de Buenos Aires e os guaranis das missões jesuíticas do Paraná e do Uruguai, sob o comando de Vera Mujica (em 7 de agosto). Restituída aquela colônia a Portugal pelo tratado de 7 de maio de 1681, foi reconstruída em 1683. O ano seguinte, os colonos de São Paulo fundaram a ilha de Laguna, no litoral de Santa Catarina.

Quanto aos franceses, depois de várias tentativas de colonização eles se estabeleceram em Caiena, de onde expulsaram os holandeses em 1664.

O primeiro governador francês, Le Febvre de la Barre,

regressou à França no ano seguinte, e publicou um livro⁽⁴³⁾ no qual se lêem as seguintes passagens: “A Guiana Francesa, propriamente França Equinocial, que tem um litoral de cerca de oitenta léguas francesas, começa no cabo de Orange, uma ponta de terra baixa que se projeta sobre o mar, e que se faz notar por três pequenas elevações cujo topo pode ser visto além do rio Iacopo, que se lança ao mar antes do cabo... Pode-se considerar o rio Maroni como o limite da Guiana francesa.”

Essa nova colônia foi tomada pelos ingleses em 1667, e no mesmo ano reconquistada pelos franceses. Em 1674 caiu em mãos dos holandeses, que a conservaram durante três anos. Em 1677, finalmente, voltou a ser francesa.

No território da Capitania do Cabo do Norte, criado pelo rei da Espanha, que ao instituí-la anexou-a ao Brasil⁽⁴⁴⁾, os portugueses já possuíam o forte de Gurupá, fundado em 1623 na margem direita do Amazonas; ao Norte desse rio, na Guiana Brasileira, tinham os fortes do Desterro, no Uacarapi, de 1638; e do Araguari, construído em 1660. Este último, tendo sido destruído pela pororoca, foi reformado em 1685. Em 1688 os portugueses do Pará construíram dois outros fortes, os de Toéré e Santo Antônio de Macapá, este no local do forte de Cumaú, tomado aos ingleses em 1632.

Em maio de 1637 o Marquês de Ferroles, Governador de Caiena, pretendendo que o Amazonas devia ser o limite das possessões francesas⁽⁴⁵⁾, apoderou-se dos quatro fortes portugueses da margem direita; demoliu os de Araguari,

(43)De la Barre, “Description de la France Équinoxiale Ci-Devant Appelée Guyane”. Paris, 1666.

(44)Já vimos que o limite setentrional dessa Capitania era o rio Oiapoque ou Vincent Pinson.

(45)Segundo De Ferrolles, o nome Oiapoque vem do galibi **ouepô**, ilha, e deveria aplicar-se à Amazônia, onde se encontra a ilha de Marajó, a maior da região. Mas na verdade o nome provém de duas palavras da língua dos oiampis: **Ouaia**, ponta, e **poko**, grande. O Oiapoque dos portugueses era o mesmo rio Yapoc ou Iapoco dos franceses Jean Moquet (1616), De la Barre (1669), Delisle (cartas de 1703, 1716 e 1722), Thomas Corneille (1708), De Fer (1719), Lombard (1723, 1726), D Anville (1729 e 1748), La Martiniere (1732 e 1739).

Toeré e Desterro, conservando só o de Macapá. Um mês depois (28 de junho), tropas enviadas do Pará pelo Governador Antônio de Albuquerque, comandadas por Fundão e Muniz de Mendonça, retomaram Macapá.

Durante a guerra da sucessão da Espanha, a cidade de Colônia (Sacramento) foi sitiada e bombardeada, a partir de 17 de outubro de 1704, pelos espanhóis de Buenos Aires. Seu Governador, o General Veiga Cabral, resistiu a todos os ataques, evacuando o lugar, em 15 de março de 1705, por ordem do Rei de Portugal. Para esse fim, o Capitão de Mar e Guerra Amaro José de Mendonça tinha sido enviado do Rio com alguns navios que, depois de um combate, puseram em fuga os navios espanhóis que bloqueavam o porto. Colônia foi restituída a Portugal pelo tratado de paz assinado em Utrecht em 6 de fevereiro de 1715.

Em 1710 uma expedição, cujo comando Luís XIV confiou ao Capitão de Fragata Jean François Du Clerc⁽⁴⁶⁾, partiu de La Rochelle em 10 de maio, para se apoderar do Rio de Janeiro, cidade que contava então com 12.000 habitantes⁽⁴⁷⁾. A expedição se compunha de um navio de transporte, quatro fragatas e 1400 homens, dos quais 1100 tropas navais. Em 11 de setembro Du Clerc desembarcou na praia de Guaratiba, a algumas léguas do Rio, e através de Jacarepaguá chegou às montanhas da Tijuca. O Governador Francisco de Castro Morais conseguiu reunir mais de 2.000 homens, e colocou quase todos atrás de um fosso, do lado do campo, diante da planície do Rosário. Du Clerc porém seguiu um caminho diferente do esperado: percorrendo uma trilha conhecida então como Azinhaga de Matacavalos, contornou a colina de Santo Antônio⁽⁴⁸⁾,

(46)Natural de Guadalupe, Senhor de Léogane. “Era um jovem cheio de coragem, empreendedor e intrépido; na França se havia aliado com Casse, assistente do Rei” (Labat, ed. de 1722, v. 167).

(47)Documento dos Arquivos do Rio, citado por Caetano da Silva, “L Oyapock...”, II, pág. 566.

(48)Na época a cidade do Rio ocupava o espaço entre o mar, as colinas do Castelo e de São Bento e um fosso conhecido como “vala”, que ia do lago

derrotou vários destacamentos e penetrou (em 19 de setembro) na cidade⁽⁴⁹⁾, onde encontrou a resistência dos estudantes que, sob a chefia de Bento do Amaral Gurgel, se tinham entricheirado na casa do Governador. O Coronel Gregório de Castro deslocou-se para aquele local, à testa de alguns soldados, e um combate sangrento foi travado na rua Direita, onde os franceses se haviam apossado de um armazém que dava para o mar (o trapiche da cidade). Outras tropas acorreram, com o Governador, e Du Clerc foi forçado à rendição⁽⁵⁰⁾. Alguns meses mais tarde, em 18 de

e campo de Santo Antônio (hoje largo da Carioca) até a Prainha. Esse fosso seguia a direção da rua conhecida antigamente como da Vala (hoje Uruguaiana), e que ainda não existia. Depois, no começo da rua Antônio Vaz Viçoso (hoje São Pedro), mudava de direção para alcançar o mar passando entre os morros de São Bento e da Conceição. A rua Direita ou da Cruz (hoje Primeiro de Março) era a única a se estender do Castelo a São Bento. Ali se encontrava a casa do Governador, diante da rua do Palácio (hoje da Alfândega), entre a alfândega, à direita, e o trapiche da cidade (armazém ou depósito), à esquerda. Do lado do campo, a última rua paralela à Direita era a dos Ourives; do lado de São Bento, a última rua perpendicular à Direita era a de Antônio Vaz Viçoso. Entre esta rua, a Direita e o morro de São Bento havia uma planície e um mangue. As igrejas do Rosário e de São Domingos, assim como a propriedade conhecida como Chácara do Fogo (que deu nome a uma rua hoje conhecida como dos Andradas), ficavam fora dos limites da cidade, numa planície cercada de mangues. Dali, dois caminhos levavam para o interior; um outro era chamado caminho do Desterro (hoje rua Evaristo da Veiga); mais longe, a Azinhaga de Matacavalos (hoje rua do Riachuelo), tinha início perto do lago de Santo Antônio, contornava o morro do Desterro (Santa Teresa) e, pela mata dos Porcos, chegava ao Engenho Pequeno dos Padres (hoje Engenho Velho), às montanhas da Tijuca e ao Engenho Novo. Segundo um viajante francês que visitou o Rio em 1703, com o Capitão Le Roux, do “L’Aigle”, a rua Direita representava, sozinha, mais da metade da cidade (“Journal d’un Voyage sur les Costes d’Afrique et aux Indes ...”, Amsterdam, 1723, pág. 288).

(49) Pelo caminho do Desterro, caminho da Conceição da Ajuda (hoje rua da Ajuda), rua do Parto (hoje São José), rua da Misericórdia, praça do Carmo (hoje Dom Pedro II) e rua Direita.

(50) Du Clerc não tinha mais do que 650 homens. Ele enviou à França um relatório sobre esse combate, o qual porém nunca foi publicado. Encontra-se na “Revista do Instituto Histórico do Brasil”, t. XXIII, págs. 420-2, a reimpressão de um documento da época com a lista dos oficiais franceses

março de 1711, o francês foi encontrado morto, apunhalado na casa onde residia. O Governador atribuiu esse crime, cuja autoria permaneceu ignorada, a alguma vingança particular, provocada pelas galanterias de Du Clerc.

Em 9 de junho de 1711, Duguay-Trouin partia de La Rochelle com uma esquadra poderosa, para vingar esse insucesso⁽⁵¹⁾. A despeito das representações do Governador Castro Moraes, que se queixava do pequeno número de soldados de que dispunha, e sobretudo da falta de oficiais e artilheiros, Lisboa não lhe tinha mandado reforços. Em 25 de agosto, a “frota do comércio”, que vinha todos os anos de Portugal, terminava de carregar no Rio quando um navio inglês trouxe a notícia da próxima chegada de Duguay-Trouin⁽⁵²⁾. Começou-se então apressadamente a

mortos ou aprisionados; mas a ortografia dos nomes é tão defeituosa que é quase impossível reconhecê-los. Por exemplo: De la Salle aparece como “Laffalt, ai de camp”. Entre os mortos encontramos um príncipe “ de China, Farina “ (sic); entre os prisioneiros feridos, os marqueses de Linars e de Signy, os Senhores de Préfontaine, de Saint-Leger, de Coigny, etc. Do lado português pereceram vários oficiais , entre eles o Coronel Gregório de Castro.

(51) A esquadra se compunha de 17 navios, com 740 canhões e 5.764 homens: O “Lis” e o “Magnanime” com 74 canhões cada um; “Achille”, “Glorieux”, “Brillant” e “Fidele”, com 66; “Mars”, com 56; “Argonaute”, 46; “Chancelier” e “Aigle”, 40 cada um; “Bellone”, 38; “Amazone”, 36; “Glorieuse”, 30; “Astrée”, 22 ; “Concorde”, 20; “Française” e “Patient”, galeotas. A esquadra foi ampliada com uns poucos navios tomados aos ingleses.

(52) A “frota do comércio” devia partir para a Bahia a 3 de setembro (Carta de Velho, publicada por Pizarro, “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, 53). A 27 de agosto um edital do Governador ditava providências sobre o embarque dos prisioneiros franceses, que deveriam partir nesses navios (documento do Arquivo Público, no Rio). Nas “Memórias” de Duguay-Trouin, assim como na “Relação ... “ publicada na “Gazette de France” (n. 9, 1712), fala-se em 4 navios e 3 fragatas portuguesas. A “Gazette” de 12 de dezembro de 1711, que publicou o extrato de uma carta de Lisboa, dá notícias mais exatas a respeito da composição dessa frota: “ ... com 12 navios ricamente carregados, escoltados por 3 vasos de guerra.” Com efeito, só três vasos protegiam essa frota: a capitânia, cujo nome ignoramos (os documentos da época o chamam apenas de “capitânia”), o “São Boaventura”, comandado por Gillet du Bocage, e o “Prazeres”, que pertencia à Junta do Comércio. Os dois outros eram da Marinha de Guerra.

preparar trincheiras; emissários foram enviados ao interior, solicitando reforços, que contudo não conseguiram chegar a tempo. Em 12 de setembro, protegido pela névoa, Duguay-Trouin se aproximou do litoral do Rio, forçando a entrada na baía, a despeito do bombardeio dos fortes, das baterias⁽⁵³⁾ e de seis navios fundados perto da ilha de Villegaignon. Uma explosão destruiu a bateria desta ilha, e os navios portugueses, percebendo que iam ser abordados, romperam as cadeias e encalharam perto da cidade,

Estavam também no Rio, quando Duguay-Trouin chegou, o guarda-costas “Barroquinha”, de 36 canhões, sob o comando de Amaro José de Mendonça. Segundo uma carta do Governador Albuquerque, a capitânia e o “São Boaventura” tinham, juntos, 58 canhões. É provável que o “Prazeres” não tivesse artilharia superior à dos outros. Havia portanto no Rio 3 navios do Rei e 1 da Companhia, armados com um total de cerca de 130 canhões, além de dois navios mercantes ingleses, que tinham um certo número de peças. Esses navios obedeciam ao comando do Contra-Almirante Gaspar da Costa de Ataíde, o mesmo que, reunido à esquadra inglesa, tinha comandado a de Portugal no combate de 17 de março de 1705 contra De Pointis.

- (53) Segundo documentos portugueses, estavam fundeados perto de Villegaignon, e não entre Boa Viagem e a ponte de Jurujuba, posição indicada no “Plano da Baía e da Cidade do Rio” (“Mémoires” de Duguay-Trouin). Se estivessem nesta última posição, teriam sido apresados no dia da chegada da esquadra francesa. Eis aqui os nomes e o número exato dos canhões dos fortes do Rio, na ocasião do ataque de Duguay-Trouin: na entrada do porto, bateria da praia do Fora, 6 canhões; bateria da praia Vermelha, 12; fortaleza de Santa Cruz, sob o comando do Major Miguel Alves Pereira, 44 canhões, sendo 6 de bronze; fortaleza de São João (compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio), sob o comando do Major Antônio Soares de Azevedo, 30 canhões, sendo 8 de bronze; no porto: bateria de Villegaignon, sob o comando do Capitão Manuel Ferreira Estrela, 20 canhões; bateria da Boa Viagem, 10 (a bateria de Gravatá já existia, mas não estava armada); forte e bateria da ilha das Cobras, sob o comando do Capitão Diogo Barbosa Leitão, 12. Na cidade e arredores: forte de São Sebastião, Capitão José Corrêa de Castro, 5; reduto Santa Luzia, 5; reduto São Januário, 11 (todos os três no morro do Castelo); forte Santiago (conhecido também como da Misericórdia ou do Calabouço), 1 canhão; trincheira do morro de São Bento (sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Gillet du Bocage, avô do célebre poeta português), 8 canhões; reduto da Prainha, sem artilharia. No morro da Conceição havia uma posição sem canhões, que protegia a casa do Bispo. Total: 174 canhões, sendo 14 de bronze. Varnhagen cita por engano o forte do Lage, do qual Duguay-Trouin não fala. Iniciada sua construção em 1717, esse forte ainda não estava pronto.

onde foram incendiados por ordem do Contra-Almirante Costa de Ataíde.

No dia 13, de madrugada, o Cavalheiro de Goyon tomou a ilha das Cobras, perto da cidade. No dia seguinte, Duguay-Trouin desembarcou, com 3.800 homens, 4 morteiros e 20 grandes roqueiras de ferro fundido⁽⁵⁴⁾. Sem disparar um tiro essas tropas ocuparam as colinas de São Diogo, Providência e Livramento, que não eram fortificadas, e instalaram baterias na ilha das Cobras e no morro de Pina (hoje Saúde), que abriram fogo contra as posições portuguesas em São Bento e o forte São Sebastião⁽⁵⁵⁾. O Governador Castro Moraes só tinha conseguido reunir 2.800 homens para defender a cidade e os fortes da baía⁽⁵⁶⁾; agora a resistência se tornara impossível, pois a cidade podia ser destruída facilmente das posições elevadas ocupadas pelos franceses.

Depois de várias escaramuças sem resultado, e um ultimatum, na tarde de 20 de setembro a esquadra e as baterias francesas começaram um bombardeio geral. Por volta das 11 horas o Governador ordenou às tropas que

(54) Duguay-Trouin, "Mémoires", ed. de 1740, pág. 174. Essas tropas formavam três brigadas, comandadas pelos Cavalheiros de Goyon, de Courserac e de Beauve.

(55) De acordo com Duguay-Trouin ("Mémoires"), 5 morteiros e 18 canhões na ilha das Cobras, e 10 canhões no morro da Saúde, além dos 4 morteiros que tinha consigo. Os documentos da Alçada demonstram que, para responder a esse poder de fogo, a cidade só dispunha de 8 canhões no morro de São Bento, 5 no forte de São Sebastião (Castelo) e 1 no de Santiago, onde se encontra hoje o Arsenal de Guerra. Os outros fortes da baía eram distantes, e não se prestavam à defesa da cidade. A bateria de Villegaigon, mais próxima, tinha sido destruída. Os redutos de São Januário e de Santa Luzia, situados na vertente meridional do morro do Castelo, não poderiam participar do combate de artilharia ao Norte do morro.

(56) Tropas regulares: os dois regimentos do Rio (terço velho e terzo novo), 590 homens, Coronel Francisco Xavier de Castro Morais e Coronel João de Paiva; regimento da Colônia do Sacramento (terço da Colônia), 300 homens, Major Domingos Henriques. Milícias: regimento da nobreza e privilegiados, 550 homens, Coronel Manuel Corrêa Vasques; dois regimentos de ordenanças, 780 homens, Coronel Baltasar de Abreu Cardoso e Coronel Crispim da Cunha; companhia dos moedeiros, 50 homens. Tropas da Marinha: 400 homens, dos regimentos da Armada e da Junta do

evacuassem a cidade; na manhã seguinte, esta era ocupada por Duguay-Trouin⁽⁵⁷⁾, informado da evacuação pelos prisioneiros da expedição Du Clerc.

Os fortes situados na entrada do porto se renderam à primeira intimação, logo que souberam da fuga do Governador. O Contra-Almirante Costa de Ataíde assumiu o comando das tropas reunidas no Engenho Novo, nas vizinhanças da cidade, onde uma posição fortificada tinha sido construída. Alguns reforços chegaram de Parati e da ilha Grande (Angra dos Reis)⁽⁵⁸⁾, e outros estavam a caminho. Mas Duguay-Trouin avisou os portugueses de que destruiria completamente a cidade se não lhe fosse pago sem demora um resgate, como contribuição de guerra. Aconselhado pelos jesuítas, o Governador decidiu então assinar um acordo (em 10 de outubro) prevendo o pagamento desse resgate. Três dias depois, Antônio de Albuquerque chegava a Iguaçu com 6.000 homens, procedente de Minas Gerais⁽⁵⁹⁾, mas o acordo foi honrado. Efetuado o último pagamento no dia 4 de novembro, a cidade foi evacuada pelos franceses, que no entanto continuaram ocupando os fortes da baía até o dia 13, quando sua esquadra levantou âncora. Atendendo à solicitação do Conselho Municipal, e dos moradores do Rio, Albuquerque permaneceu à frente do governo.

Comércio. Total: 2.670 homens, dos quais 600 ocupavam os fortes da baía. Precisaríamos acrescentar os artilheiros, que formavam duas companhias de 50 homens. Pela primeira vez são publicados estes números, que encontramos na exposição apresentada pelo antigo Governador do Rio à Alçada, ou comissão de magistrados encarregada do inquérito.

(57)“ ... o fogo contínuo das baterias e dos navios que, com o rimbombar de trovões de uma horrível tormenta, e os relâmpagos que se sucediam quase sem intervalo, faziam a noite medonha” (Duguay-Trouin, “Mémoires”).

(58)580 homens chefiados por Francisco do Amaral Gurgel, que não era o mesmo Amaral de que nos fala Duguay-Trouin: Bento do Amaral Gurgel, antigo Comandante dos estudantes, morto numa escaramuça perto da lagoa da Sentinela.

(59) Nove batalhões (terços) de milicianos, um de linha e um regimento de cavalaria composto de milicianos: “Perto de seis mil homens da melhor e mais luzida gente que têm as ditas Minas, assim Forasteiros como Paulistas...” (carta de 26 de novembro de 1711, dirigida ao Rei pelo Governador Albuquerque).

Em 1712, a metrópole enviou ao Brasil alguns canhões e um oficial de engenharia, o General Macé, com a missão de ampliar e aperfeiçoar as fortificações do Rio e da Bahia⁽⁶⁰⁾. O infeliz Governador Castro Morais, que não tinha podido resistir ao poderoso armamento francês, teve todos os bens confiscados, e foi condenado a terminar seus dias na prisão, numa fortaleza da Índia. O Coronel Francisco Xavier de Castro Moraes, seu sobrinho, foi condenado ao degredo perpétuo. O comandante do forte de São João tinha dispensado seus homens, e não pôde atirar contra os navios de Duguay-Trouin, quando estes forçaram a entrada na baía; temendo ser punido pela falta, desertou, deixando o Rio com os franceses. Foi declarado traidor e infame, condenado à forca; seus descendentes do sexo masculino até o segundo grau foram também considerados infames. **In absentia**, foi executado em efígie.

O Major Alves Pereira, comandante do forte de Santa Cruz, tinha cumprido seu dever no dia 12, e Duguay-Trouin confessara que a entrada no Rio lhe havia custado 300 baixas, inclusive 80 mortos. Contudo, ficou provado que Alves Pereira também tinha dispensado uma parte da guarnição, e que, depois do abandono da cidade pelos portugueses, havia capitulado, no dia 23 de setembro, sem oferecer resistência. Por isso foi deportado para Angola.

O Comandante da ilha das Cobras, que no dia 12 tinha solicitado reforços (os quais, aliás, ninguém se havia apressado a enviar), tinha perdido aquela posição e foi expulso do serviço. O Contra-Almirante Costa de Ataíde, que, sem poder bater-se no mar tinha incendiado seus navios, aumentando o número dos defensores da cidade, perdeu, na opinião geral, a reputação ganha em várias

(60) Outros fortes foram construídos, e alguns dos antigos reformados ou ampliados. Em 2 de março de 1718, o Governador Brito de Menezes enviava ao Rei uma descrição dos fortes do Rio, que se pode assim resumir: praia de Fora, 6 canhões; praia Vermelha, 12; Santa Cruz, 53, sendo 15 de bronze; São João, 42, sendo 8 de bronze; Boa Viagem, 10; Gravatá, 10; Villegaignon, 20; ilha das Cobras, 26; São Sebastião, 24; São Januário, 11; Santa Luzia, 11; Santiago, 8; Prainha, 4; Conceição (quase terminado), 36. Total: 262, isto é, um aumento de 92 bocas de fogo.

ações brilhantes. Viajou para Lisboa, onde enlouqueceu, e ali morreu em 8 de setembro de 1716⁽⁶¹⁾.

Depois da guerra da sucessão, Portugal buscou resolver com a França a questão dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Um tratado provisório e suspensivo tinha sido assinado em Lisboa em 4 de março de 1700, declarando indefinida a posse pelas duas Coroas das terras situadas entre o forte de Macapá e “o rio de Oiapoque, conhecido como Vicente Pinson”. No Congresso de Utrecht, os plenipotenciários franceses aceitaram, depois de uma discussão, o texto português e francês redigido pelo Conde de Tarouca e Dom Luiz da Cunha, Embaixadores de Portugal. O tratado foi assinado no dia 11 de abril de 1713, e declarava (art. 8) que a França renunciava a suas pretensões “à propriedade das terras conhecidas como do cabo do Norte, situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinson.”

De 3 de outubro de 1735 a 2 de setembro de 1737, Colônia foi outra vez sitiada pelos espanhóis. Dessa vez a resistência foi vitoriosa, sob o comando do General Vasconcelos, pois uma esquadra portuguesa mantinha as comunicações com o Rio de Janeiro, e importantes suprimentos e reforços foram enviados aos sitiados por Gomes Freire de Andrada, depois feito Conde de Bobadela, Governador das Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sob o comando do General Paes, tropas do Rio, da Bahia e de Minas ocuparam e fortificaram o Rio Grande do Sul (1737). Os paulistas já se haviam instalado ao Norte do Jacuí.

O limite seguindo um meridiano fixado pelo tratado de Tordesilhas, de 1494, não fora respeitado nem pelos portugueses, no Brasil, nem pelos espanhóis, nas Índias Orientais. Nos séculos XVI e XVII, os astrônomos dos dois países não tinham chegado a se entender sobre a posição da linha de partição. A Espanha se apossara das Filipinas, e havia reclamado e obtido de Portugal uma indenização pela ocupação das Molucas, sustentando que estas ilhas se

(61) “Gazeta de Lisboa” de 12 de setembro de 1716.

encontravam no hemisfério espanhol. Neste caso, se o meridiano da partição passava mais a Oeste, uma grande parte da Patagônia, das províncias de La Plata, de Tucumã e do Paraguai estariam no hemisfério português.

Procurou-se por fim regulamentar o litígio pelo tratado de Madrid de 13 de janeiro de 1750, que foi negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, embora seu nome não figure naquele documento. Adotou-se o princípio do **uti possidetis**, com uma qualificação: Portugal cedia Colônia à Espanha, em troca do território situado ao Norte de Ibicuí e a Oriente do Uruguai, ao qual tinham retornado os jesuítas espanhóis expulsos em 1638 pelos paulistas, fundando sete novas cidades, entre 1687 e 1707. Os jesuítas espanhóis tinham armado e disciplinado os indígenas, incitando-os a resistir às ordens do Rei da Espanha. Foi necessário recorrer a uma guerra para tomar posse desse território, conhecido como as Missões Orientais do Uruguai (1754-1756). Os guaranis foram vencidos na batalha de Caaibaté, em 10 de fevereiro de 1756, pelos exércitos de Buenos Aires e do Brasil, comandados por Andonaguegui e Gomes Freire de Andrada. Foi depois dessa guerra que D. José I, seguindo os conselhos de Pombal, determinou a expulsão dos jesuítas (1759).

Como não houve entendimento entre os comissários designados por Espanha e Portugal para demarcar as fronteiras, e o tratado foi objeto de muitas críticas, tanto em Madrid como em Lisboa, os dois Governos terminaram por anulá-lo (12 de fevereiro de 1761).

O chamado “pacto familiar” provocou uma nova guerra no Sul do Brasil. Comandados por Ceballos, os espanhóis bloquearam e atacaram Colônia (entre 6 de junho de 1761 e 30 de outubro de 1762), que capitulou; depois disso, se apoderaram das duas margens do rio Grande do Sul e, não obstante as estipulações do tratado de Paris (10 de fevereiro de 1763), só entregaram Colônia. Em 1767, os brasileiros, chefiados por Sá e Faria, retomaram a margem Norte do rio Grande.

Entre 1772 e 1775, Colônia esteve quase continuamente bloqueada por navios espanhóis, e a partir de 1773

várias escaramuças e combates tiveram lugar nas fronteiras do Rio Grande do Sul, nas quais se destacou o brasileiro Rafael Pinto Bandeira. Vendo que a Espanha não respondia a suas reclamações, D. José I enviou uma esquadra e vários regimentos ao Vice-Rei Marquês do Lavradio que, com esses reforços e tropas brasileiras, concentrou um exército no Rio Grande do Sul. Em 4 de abril de 1775, vários navios portugueses, sob o comando de Hardcastle, forçaram a entrada do rio Grande. No ano seguinte, em 19 de fevereiro, uma parte da esquadra portuguesa, sob o comando do Contra-Almirante Mac Doual, penetrou no rio, depois de vivo combate contra as baterias e os navios espanhóis. Em 26 de março de 1776, Pinto Bandeira tomou o forte de Santa Tecla, no interior; a primeiro de abril, o General Boehm se apossava das fortificações espanholas da margem meridional do rio Grande. Foi assim reconquistado o território detido pelos espanhóis desde 1762. Para vingar suas derrotas, a Espanha enviou contra o Brasil o General Ceballos, com uma grande frota e um exército numeroso, apoderando-se da ilha de Santa Catarina (fevereiro de 1777) e da Colônia (3 de junho de 1777). Quase ao mesmo tempo falecia o Rei D. José I (24 de fevereiro de 1777), e Pombal caía em desgraça.

Pelo tratado de Santo Ildefonso, de primeiro de outubro de 1777, a Espanha reteve a Colônia, restituiu a ilha de Santa Catarina e renunciou a suas pretensões sobre a parte oriental do território do Rio Grande do Sul, bem como sobre quase todos os territórios ocupados pelos brasileiros a Oeste da linha fixada pelo tratado de Tordesilhas.

Desenvolvimento e Progresso do Brasil desde a descoberta das minas até o princípio do Século XIX

Os Reis Dom Pedro II (1667-1706) e Dom João V (1706-1750) tinham promovido o desenvolvimento da colonização, encorajando as expedições dos paulistas rumo ao interior e o Sul, e enviando a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul alguns milhares de famílias dos Açores e da Madeira. Durante o reinado de D.João V, o brasileiro Alexandre de Gusmão tornou-se em Lisboa um conselheiro muito ouvido pelo Rei e seus ministros. Dom José I (1750-1777) e o Marquês de Pombal demonstraram a maior devoção aos interesses e à causa do progresso do Brasil, sem esquecer o Maranhão e o Pará, que até então tinham sido um pouco abandonados.

Em 1701 o Estado do Maranhão compreendia as duas Capitânicas do Maranhão e do Pará, esta última criada em 1652. O Piauí, cuja parte central começava a ser povoada por imigrantes procedentes da Bahia, era uma dependência do Governo Geral do Brasil. Alguns religiosos, sobretudo carmelitas (estes a partir de 1695), tinham começado suas missões na Amazônia. Em 16 de agosto de 1639, Pedro

Teixeira, seguindo as instruções de Filipe II, Rei da Espanha, que era também Rei de Portugal, em nome da Coroa portuguesa tomara posse da margem esquerda do Napo, ficando anexado ao Governo do Maranhão todo o vale amazônico, desde a confluência daquele rio até o oceano.

Em 1660, uma vila de índigenas civilizados, que mais tarde se chamaria de Silves, foi formada no lago Saracá. Em 1750 a alta Amazônia portuguesa contava já com 46 aldeamentos de índios e 30.000 moradias. Em 1757 foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, com um Governador subordinado ao do Pará⁽⁶²⁾. O território do Piauí foi anexado ao Estado do Maranhão em 1715, e a partir de 1750 passou a formar uma Capitania cujo Governador era subordinado ao do Maranhão. Em 1775, o Estado do Maranhão foi extinto, e seu território dividido em duas Capitanias Gerais: a do Pará, com a Capitania subalterna do Rio Negro; e a do Maranhão, tendo como dependência a Capitania do Piauí.

A Companhia Geral do Comércio do Maranhão e do Grão Pará, criada em 1755 pelo Marquês do Pombal, prestou os maiores serviços ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e colonização nessa vasta região (1755-1788). Uma parte da imigração portuguesa, dirigida para o Maranhão e o Pará, criou ali novas cidades e ampliou as povoações existentes, compostas quase inteiramente de índios. O antigo forte de Santo Antônio de Macapá, ou Cumaú, perto do cabo do Norte, que os portugueses tinham demolido, não foi reconstruído, a despeito do tratado de Utrecht. Assim, em 1764 Pombal mandou levantar o forte de São José de Macapá, na margem esquerda do Amazonas, quase sobre a linha equatorial (3 minutos de latitude Norte).

No Estado do Brasil, o território foi subdividido, e vários Governos foram criados no curso do século XVIII,

(62) A cidade de Barcelos (originalmente vila de Mariuá) foi a capital da nova Capitania. Barra do Rio Negro (hoje Manaus) foi temporariamente a capital (1791-99), seguida de Barcelos (1799-1804). Por fim, Barra ficou como capital a partir de 1804. Em 1823 a Capitania foi extinta, e incorporada à província do Pará.

à medida que a população aumentava e se difundia. Em 1701, esse “Estado”, que continuava a ter a Bahia por capital, começava, no Norte, no Piauí; depois de 1715, quando este território foi anexado ao Maranhão, tinha início no Ceará. Seu limite meridional, disputado com a Espanha, era a margem esquerda do Prata, onde os portugueses só detinham uma posição – Colônia (Sacramento). O território do Ceará, a Capitania do Rio Grande (do Norte) e o território de Alagoas dependiam do Governador Geral da Capitania de Pernambuco. Desde 1684 a Paraíba era uma Capitania independente; em 1755 foi subordinada ao Governador Geral de Pernambuco. O Sergipe e o Espírito Santo dependiam diretamente do Vice-Rei, na Bahia.

O Governador Geral do Rio de Janeiro tinha sob sua dependência todos os territórios meridionais, até o Prata, bem como uma grande parte do interior, que começava a se povoar. Em 1709, foi criada a Capitania Geral de São Paulo e Minas. Em 1720, Minas passou a ser uma Capitania Geral independente. Outros Governos foram criados sucessivamente : Santa Catarina (1738), Goiás e Mato Grosso (1748), Rio Grande do Sul (1760). Em 1798, os Governos do Ceará e da Paraíba do Norte se tornaram independentes de Pernambuco, e o Espírito Santo formou uma Capitania subordinada ao Governo da Bahia. As outras divisões do território brasileiro datam do século XIX: o Piauí se fez uma Capitania independente em 1811, Alagoas em 1817, Sergipe em 1820⁽⁶³⁾.

No século XVI, em todo o Brasil havia um único Bispo, na Bahia, e um prelado no Rio de Janeiro (a partir de 1577). Em 1676 a Diocese da Bahia foi transformada em Arquidiocese. O Rio de Janeiro e Olinda (em 1676), bem como São Luís do Maranhão (em 1677), foram feitas sede de três novas dioceses. Outras ainda foram criadas, no século XVIII, em Belém do Pará (1720), São Paulo (1746)

(63) Depois da Independência, só duas províncias foram criadas: Amazonas (antiga Capitania do Rio Negro, extinta em 1823) e Paraná. Projetos para a criação de várias outras províncias já foram submetidos às duas Casas legislativas, mas até aqui nenhuma decisão foi tomada.

e Mariana, em Minas Gerais (1746). Em 1776, Goiás e Mato Grosso passaram a ser prelações.

Durante o reinado de D. João V, muitos brasileiros acusados de heresia foram processados, enviados a Lisboa e ali queimados pela Inquisição. O Bispo do Rio de Janeiro, Francisco de São Jerônimo, ganhou notoriedade nesses processos. Um brasileiro, residente em Lisboa, Antônio José da Silva, nascido no Rio de Janeiro, era nessa época o maior poeta dramático português. Suas óperas cômicas se tornaram muito populares, mas esses êxitos de espírito lhe valeram ser queimado pela Inquisição, em Lisboa, em 18 de outubro de 1739.

Os primeiros sinais de rivalidade entre os naturais do Brasil e os portugueses metropolitanos se evidenciaram no princípio do século XVIII. Em 1704, na cidade do Rio de Janeiro, os naturais do lugar venceram os metropolitanos, nas eleições municipais. Em Minas Gerais, tinha ocorrido em 1708 e 1709 a “guerra dos emboabas”, de que já falamos. Em Pernambuco, houve a “guerra dos mascates” (1710-1711), entre os habitantes de Olinda e os de Recife. Na mesma época ocorreram distúrbios na Bahia (1711) e em 1720 houve em Vila Rica (Ouro Preto) uma rebelião, prontamente reprimida, contra o Governador, o Conde de Assumar, que acusou os rebeldes de querer instalar um governo republicano, a ser presidido pelo General da reserva Veiga Cabral, antigo defensor de Colônia. Veiga Cabral foi mandado para Lisboa, onde morreu na prisão. Um dos tribunos da revolução, Filipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado em Vila Rica.

As leis de 6 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 proclamaram a completa liberdade dos indígenas do Brasil. Quase ao mesmo tempo, D. José I e Pombal proibiam a introdução de escravos em Portugal, nos Açores e na Madeira (19 de setembro de 1761; 1767, 1776) e declaravam livres os filhos de escravas (16 de janeiro de 1773). Mas essas leis não se destinavam ao Brasil, onde o número dos escravos continuou a aumentar, devido ao tráfico e aos nascimentos, a despeito das idéias generosas e humanitárias pregadas num livro publicado em 1758 pelo Abade

Manuel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia⁽⁶⁴⁾. Em 1794 e em 1798, o Bispo Azeredo Coutinho publicava obras em que procurava demonstrar a justiça e a necessidade do tráfico.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de todas as colônias portuguesas. Apesar das dificuldades que tinham provocado ultimamente ao Governo de Lisboa, notadamente quando os comissários portugueses e espanhóis se ocuparam da execução do tratado de limites de 1750, não se pode deixar de reconhecer que esses religiosos prestaram os maiores serviços ao Brasil. A conquista e a colonização da América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, é em grande parte sua obra. Como missionários, conseguiram ganhar à civilização milhares de índios; graças ao seu devotamento, a raça indígena se transformou num fator importante no processo de formação do povo brasileiro. Defenderam sempre a liberdade dos indígenas e educaram a juventude brasileira que desejava instruir-se. O Brasil deve às escolas fundadas pelos jesuítas quase todos os grandes nomes da sua história literária dos séculos XVI, XVII e XVIII – os poetas Gregório de Matos, Basílio da Gama, autor do belo poema **Uruguay**, Durão, autor do **Caramuru**, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto; os oradores sacros Antônio de Sá e Eusébio de Matos; os historiadores Vicente do Salvador e Rocha Pita; o diplomata e estadista Alexandre de Gusmão.

Em 1762 o General Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, que desde 1733 governava o Rio de Janeiro e as Capitanias do Sul (além disso, a partir de 1735, a de Minas Gerais; entre 1737 e 1739 tinha sido simultaneamente Governador de São Paulo) foi nomeado Vice-Rei do Brasil. A partir desse momento a cidade do Rio de Janeiro,

(64)“Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído, e libertado, pelo Padre Manuel Ribeiro Rocha, lisbonense, domiciliário da cidade da Bahia, e nela advogado, e bacharel formado na Universidade de Coimbra”. Lisboa, 1758. Nesse livro, Rocha sustentava que todo escravo devia ser liberado após o tempo de serviço necessário para indenizar o dono, e que os filhos de escravas, nascidos livres (“ingênuos”), só tivessem que servir os donos das suas genitoras até atingir a idade de 14 ou 15 anos.

que tinha então cerca de 30.000 habitantes⁽⁶⁵⁾, passou a ser a capital do Brasil.

A longa administração do Conde de Bobadela foi uma das mais fecundas e esclarecidas da época colonial. O Conde escolheu no Rio colaboradores inteligentes e devotados, dentre os quais os Generais José da Silva Paes e J.F.Pinto Alpoim. O primeiro foi o fundador e organizador dos estabelecimentos portugueses na parte meridional do Rio Grande do Sul (1737) e apoiou energicamente os esforços do Rei João V e de Bobadela para desenvolver a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi Bobadela que terminou, no Rio de Janeiro (1750), o aqueduto da Carioca, a única obra arquitetônica verdadeiramente monumental que os portugueses deixaram no Brasil; com seus dois andares de arcadas, ligando as montanhas de Santa Teresa à colina de Santo Antônio, tinha o aspecto grandioso de uma construção romana, antes de ser quase inteiramente ocultada pelo casario, como acontece hoje.

Bobadela morreu, no Rio, a primeiro de janeiro de 1763, pouco depois do recebimento da notícia da capitulação da Colônia do Sacramento, que dessa vez não tinha podido municiar e defender. Aproveitando a oportunidade da chegada de duas fragatas inglesas comandadas por John MacNamara, para retomar Colônia organizou uma expedição sob o comando de Vasco Alpoim, amigo do poeta Basílio da Gama. Uma fragata e um transporte portugueses foram acrescentados aos navios ingleses, e em 5 de janeiro de 1763 essa esquadra atacou Colônia, mas foi repelida por Ceballos. MacNamara pereceu com quase toda a tripulação no incêndio da sua fragata.

Vários dos sucessores do Vice-Rei Bobadela, sobretu-

(65) Em 1711 a cidade do Rio só tinha 12.000 habitantes. Em 1749, contava com 3.723 moradias, e 24.397 habitantes, sem contar as crianças abaixo dos cinco anos (Baltasar Lisboa, "Anais", I, 176). Em 1808, a população era de 46.944 habitantes, sem contar a guarnição, composta de 2.400 homens (Pizarro, "Memórias hist.", VII, 145, 146). Em 1821, 80.000 habitantes (10.063 moradias), mais os 5.000 homens da guarnição. A população era de 137.078 habitantes em 1838, e 205.206 em 1849.

do o Marquês do Lavradio (1769-1779) – embora empenhado na guerra contra os espanhóis – e Dom Luís de Vasconcelos e Souza, favoreceram, como ele, a colonização, assim como a prospecção e exploração de minas de ouro, a agricultura e os estudos literários. Data dos tempos de Bobadela a introdução no Pará (1727) do cafeeiro, importado pelo Major Palheta, graças a um presente da Senhora Claude d Orvilliers, esposa do Governador de Caiena. A planta foi depois introduzida no Maranhão (1770), e começou a ser cultivada no Rio de Janeiro. Alguns pés tinham sido levados a esta cidade por João Alberto Castelo Branco, do Pará, Chanceler da Corte de Apelação, e forneceram as sementes para as primeiras tentativas de cultivo, em Resende e São Gonçalo, de onde a cultura se propagou por todos os distritos da Serra do Mar, na província do Rio, e depois pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

O Brasil se desenvolvia, e contava já nessa época com homens ilustres que figuravam entre os primeiros sábios e literatos de Portugal. Várias sociedades literárias foram estabelecidas: na Bahia, a Academia dos Esquecidos (1724), sob os auspícios do Vice-Rei César de Menezes, da qual Rocha Pita foi o membro mais ilustre; também na Bahia a Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos (1752), que teve curta duração devido à prisão do seu diretor, acusado de alta traição; no Rio de Janeiro, a Academia dos Felizes (1736) e a dos Seletos (1752), fundadas por Bobadela; a Academia Científica (1772-1779), protegida pelo Marquês do Lavradio; a Sociedade Literária (1786), criada sob o Governo do Vice-Rei Vasconcelos. Esta última foi dissolvida pelo Conde de Rezende (1794), e seus principais membros – o poeta Silva Alvarenga, o helenista Marques Pinto, o moralista Mariano da Fonseca (depois do império, Marquês de Maricá) e o doutor Jacinto Silva – foram presos, processados e liberados só em 1797. Vila Rica (Ouro Preto), capital de Minas Gerais, se tornara, como o Rio e a Bahia, um dos centros da vida intelectual brasileira. Essa província tinha produzido os dois maiores poetas épicos do Brasil, Basílio da Gama e Durão, os

primeiros de inspiração autenticamente americana e nacional.

A imprensa ainda não existia; uma única gráfica tinha sido estabelecida no Rio, por volta de 1747, por Isidoro da Fonseca, sob os auspícios de Bobadela, mas foi fechada por ordem da metrópole.

Em 1789, foi descoberta em Minas Gerais uma conspiração que visava à independência. Entre os chefes do movimento se encontravam os poetas Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, o Tenente-Coronel Freire de Andrade, vários padres e os doutores Alvares Maciel e Vidal Barbosa. Este último tinha estudado em Montpellier e em Bordeaux, na França, e pertencera a um grupo de estudantes brasileiros do qual participava José Joaquim da Maia, do Rio de Janeiro, falecido na Europa, e que em 1786 tinha conversado sobre a independência do Brasil, em Nimes, com Thomas Jefferson.

Os chefes da conspiração foram condenados à morte, mas a Rainha Dona Maria I comutou sua pena para a de degredo perpétuo na África. Houve uma só execução, a do Alferes Silva Xavier, o Tiradentes, cujo nome por isso se popularizou no Brasil. Cláudio da Costa se suicidou durante o processo, no Rio de Janeiro.

Em 1800, o Brasil contava com cerca de 3.200.000 habitantes, a metade dos quais eram negros escravos. Em 1817-1818 o país tinha 3.758.400 habitantes (sem contar as crianças com menos de dez anos), sendo: 1.043.000 brancos; 259.400 índios civilizados; 526.500 mulatos, ou negros livres; 1.930.000 escravos. A dificuldade das comunicações entre as diferentes províncias impedia a eclosão das aspirações à independência. As províncias do extremo Norte se comunicavam diretamente com a metrópole, e quase não mantinham relações com a Bahia, o Rio de Janeiro e as províncias meridionais. A influência portuguesa era mais considerável em Belém do Pará, São Luís do Maranhão e na Bahia do que nas outras cidades do litoral.

Em 1800, o montante da exportação brasileira era de 56.120.000 de francos; a da importação, de 53.400.000.

Hostilidades dos Franceses. A Guerra de 1801 entre a Espanha e Portugal

Durante as guerras da Revolução, houve alguns combates entre franceses e portugueses, nas costas do Brasil. Em 1726 (11 de agosto), a divisão naval do Comandante Riviere tentou um desembarque perto da cidade de Santa Cruz, na Bahia, o qual foi repellido pelos milicianos de Porto Seguro, protegidos em posição vantajosa e chefiados pelo Capitão Antônio Mariano Borges (66). Em julho de 1800 outra divisão naval francesa, sob o comando do Capitão Landolph, bloqueou durante alguns dias o porto do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o navio português “Minerva”, comandado pelo Capitão Luís da Cunha Moreira, afundou em combate contra uma fragata francesa. Em 1801, a corveta “Andorinha”, comandada por Costa Quintela, resistiu a um ataque da fragata “La Chiffone”, comandada por Guyeisse.

(66)Cf. Jurien de la Graviere, “Souvenirs d’un Amiral”, I, 335 e Accioli, “Memórias Hist. da Bahia”, I, 271.

Em 1801, com a guerra entre Espanha e Portugal, o Governador do Paraguai, Lázaro de Rivera, atacou sem êxito (16-25 de setembro) o forte de Nova Coimbra, em Mato Grosso, defendido por Almeida Serra. Em primeiro de janeiro de 1802 o Capitão brasileiro Rodrigues do Prado tomou uma posição fortificada espanhola no rio Apa. O General Veiga Cabral, Governador do Rio Grande do Sul, tinha reunido nas fronteiras um pequeno exército; apoderou-se da margem esquerda do Jaguarão e do Chui, enquanto um dos seus oficiais, Manuel Marques de Souza, em 30 de outubro forçava o forte espanhol de Cerro Largo a capitular. Alguns voluntários brasileiros, comandados por Santos Pedroso e Borges do Canto, conquistavam ousadamente as missões espanholas da margem esquerda do Uruguai e de toda a parte ocidental do Rio Grande do Sul, ao Norte de Quarai

Como os tratados de Badajoz, de 6 de junho de 1801, e de Amiens, de 25 de março de 1802, não estipulavam qualquer restituição territorial, a Espanha anexou Olivença, na Europa, que havia tomado, e Portugal conservou as importantes conquistas feitas no continente americano.

Chegada da família Bragança. O Reino do Brasil

Desde 10 de fevereiro de 1792, Portugal era governado pelo Príncipe do Brasil, Dom João, Regente em nome da sua mãe, a Rainha Dona Maria I. Em 1807, Napoleão, aliando-se à Espanha, impôs a Portugal o rompimento com a Inglaterra. O Príncipe Regente cedeu, esperando assim ganhar a amizade e a aliança do vencedor da Europa. Por dois decretos, datados de 25 de outubro e de 8 de novembro de 1807, Dom João aderiu ao “bloqueio continental” e ordenou a apropriação dos bens dos ingleses em Portugal. O Visconde Strangford, Ministro britânico em Lisboa, pediu seus passaportes e embarcou (17 de novembro) em um dos navios da esquadra do Contra-Almirante Sir Sidney Smith, que acabava de chegar e começou logo o bloqueio do Tejo. Quase todo o exército português havia sido postado no litoral, para se opor aos ataques ingleses⁽⁶⁷⁾,

(67)O que provam vários documentos portugueses e ingleses. Eis uma passagem do despacho de primeiro de dezembro de 1807 dirigido por Sir Sidney Smith a W.W.Poolle: “The distribution of the Portuguese force was made wholly on the coast, while the land side was left totally unguarded” (Barrow, “Life and Correspondence of Adm. Sir Sidney Smith”, Londres, 1848, t. II, pág. 266).

quando o Governo do Príncipe Regente soube que os espanhóis e os franceses tinham atravessado a fronteira, e Junot marchava rapidamente na direção de Lisboa⁽⁶⁸⁾. Ignorava-se ainda que em 27 de outubro a França e a Espanha tinham assinado o tratado de Fontainebleau, prevendo a partilha de Portugal e suas possessões. Lord Strangford e Sir Sidney Smith entraram então em correspondência com o Governo português, e o Príncipe Regente, seguindo o conselho que os ingleses lhe tinham dado já no ano precedente, e agindo de acordo com os seus Ministros, que consideravam a resistência à invasão impossível naquele momento, decidiu-se a partir para o Brasil. Uma frota numerosa, acompanhada até o Rio de Janeiro por alguns navios ingleses, partiu do Tejo no dia 29 de novembro, transportando a família real, a corte, os membros do Governo e os funcionários das principais repartições governamentais. No dia seguinte, Junot entrava em Lisboa.

A família real chegou à Bahia em 22 de janeiro de 1808, permanecendo ali mais de um mês. No dia 7 de março, chegava finalmente ao Rio de Janeiro.

Assim se fez, por força das circunstâncias, a transferência para o Brasil da corte portuguesa, tantas vezes projetada: por D. João IV, desde o século XVII; por Dom Luís da Cunha, em 1736; pelo Marquês do Pombal, em 1761. Os brasileiros souberam compreender toda a importância desse acontecimento, que marcava o fim do regime colonial e o início da sua independência comercial e política. Foi grande o entusiasmo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, o Príncipe Regente passou a ouvir, desde o dia do desembarque, entusiastas que o aclamavam "Imperador do Brasil". Ele próprio dizia, no manifesto de primeiro de maio, dirigido às potências

(68)Notícia levada a Lisboa pelo Tenente-Coronel Charles Frédéric Lecór, que tinha mandado destruir a ponte sobre o Zezere, o que retardou de dois dias a marcha de Junot. Promovido a Coronel, e depois a General, Lecór comandou uma divisão no exército de Wellington. Em 1815 veio para o Brasil, onde prestou grandes serviços durante as guerras do Prata e da Independência. João VI o fez Barão de Laguna, e Pedro I lhe concedeu o título de Visconde.

amigas, que elevava a voz do seio “do novo Império” que viera criar.

Um decreto de 28 de janeiro, datado da Bahia, tinha aberto os principais portos brasileiros ao comércio das nações em paz com Portugal. Essa medida, já decidida em Lisboa, nos conselhos do Príncipe, foi vivamente apoiada pelo sábio economista brasileiro José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, que era então professor na Bahia, e mais tarde a defendeu das queixas dos negociantes e armadores portugueses, descontentes com a extinção do seu monopólio comercial. Outro decreto, de primeiro de abril, declarava a liberdade da indústria, revogava a lei de 5 de janeiro de 1785 que tinha obrigado ao fechamento das instalações de indústria têxtil, bem como de várias outras fábricas que começavam a se instalar no Brasil. Foi permitida a compra de imóveis pelos estrangeiros, favores foram acordados aos industriais e agricultores, fundou-se no Rio um banco de depósitos, desconto e circulação.

Dom João instalou no Brasil os departamentos, tribunais e conselhos da antiga metrópole; criou escolas superiores, no Rio e na Bahia, bem como a imprensa régia, o diário oficial, a biblioteca real, o museu de história natural e vários jardins botânicos. Em 16 de dezembro concedeu ao Brasil o título de Reino – a monarquia portuguesa assumindo o do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. O Regente fez as primeiras experiências de colonização estrangeira, tendo em vista a abolição do tráfico; convocou vários brasileiros para funções importantes na administração; favoreceu as explorações científicas no interior⁽⁶⁹⁾; protegeu as letras e as artes; estendeu os limites do Brasil à margem esquerda do Prata, com a anexação da Banda Oriental do Uruguai; começou a obra de unificação do país estabelecendo vínculos de comunicação entre o Rio de Janeiro e as províncias, que em sua maioria tinham estado até então apartadas umas das outras.

(69) Explorações feitas por Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, o Príncipe Maximiliano de Neuwied, Pohl, Mawe, Eschwege e muitos outros sábios estrangeiros.

No dia 20 de março de 1816, tendo-se transformado em Rei pela morte da mãe, o Regente assumiu o título de João VI. Vários dos seus Ministros, entre eles o Marquês de Aguiar, o Conde de Linhares, o Conde da Barca e Vilanova Portugal, o apoiaram firmemente nessa política ampla e inteiramente brasileira, mostrando-se orgulhosos pela colaboração dada à fundação do império sulamericano. Embora a imprensa não fosse livre, lia-se em quase todos os rincões do Brasil o "Correio Braziliense", publicação muito liberal editada em Londres, entre 1808 e 1822, pelo brasileiro Hipólito da Costa Pereira.

Entre 1808 e 1814, um grande número de negociantes ingleses se estabeleceram nas principais cidades marítimas do país. Com a paz geral, o decreto determinou, em 18 de novembro de 1814, que os portos brasileiros estariam abertos aos navios franceses.

Em 1815, os primeiros franceses desembarcados no Rio foram aclamados pelo povo. Em 1816 chegavam os artistas convocados por D. João VI para criar no Rio a Escola de Belas Artes: entre outros, os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, o escultor Auguste Taunay, o gravador Zéphérin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny, sob a chefia de Joachim Lebreton, do Instituto.

Pelo tratado de Amiens, de 25 de março de 1802, Portugal tinha abandonado seus direitos sobre a margem direita do Oiapoque, aceitando como limite entre o Brasil e a Guiana francesa o curso do rio Araguari e uma linha reta tirada da nascente desse rio até Rio Branco. Quando Napoleão rompeu esse tratado, e invadiu Portugal, o General Magalhães de Menezes, Governador do Pará, proclamou, em primeiro de outubro de 1808, que restabeleceria a fronteira fixada pelo tratado de Utrecht, no rio Oiapoque ou Vicente Pinson. Depois, seguindo novas instruções recebidas do Rio, declarou que a expedição destinada ao Oiapoque seria dirigida contra Caiena.

Tropas brasileiras, sob o comando do Tenente-Coronel (logo General) Manuel Marques d Elvas, partiram do porto do Pará e da ilha de Marajó numa flotilha organizada

pelo Governador, à qual se juntaram, no cabo Norte, dois navios de guerra portugueses e uma corveta inglesa, comandada por James Lucas Yeo (mais tarde Sir James)⁽⁷⁰⁾. Em primeiro de dezembro de 1808 os aliados ocuparam a baía do Oiapoque e no dia 15 tomaram a posição fortificada de Approuague, na confluência do Courrouaie. Depois, 550 soldados brasileiros, 20 marinheiros portugueses e 80 ingleses desembarcaram, a 7 de janeiro, antes do nascer do dia, na entrada do Mahury, na costa oriental da ilha de Caiena, e tomaram naquele mesmo dia as baterias de Diamant, Dégras des Cannes e Trio, esta última na entrada da Crique Fouillée, bem como uma quarta bateria que protegia a casa de campo do Governador Victor Hugues, no canal Torcy⁽⁷¹⁾. À noite, Victor Hugues tentou sem êxito retomar a posição de Dégras des Cannes, defendida por Marques d'Elvas; no dia seguinte o Capitão Yeo retomou e incendiou a casa do canal Torcy, que durante a noite tinha sido ocupada por um destacamento francês.

Em 8 de janeiro os aliados marcharam na direção de Legrand Beau Regard, antiga casa dos jesuítas, situada em posição elevada, e de lá enviaram um emissário a Victor Hugues, que se havia retirado a princípio para o moinho de Loyola, e em seguida para Caiena. As negociações entre os dois lados levaram à capitulação, assinada em Bourda, no dia 12 de janeiro, estipulando que a guarnição francesa deixaria Caiena com honras militares, e que seria transpor-

(70) Corveta inglesa "Confiance", 20 canhões. Os navios portugueses eram: brigues "Voador" (Capitão de Fragata J.A. Salgado) e "Infante Dom Pedro" (Capitão L. da Cunha Moreira), com 18 canhões cada um; galeota "General Magalhães", 12 canhões; cúteres "Vingança" e "Leão", 8 cada; smack "Paquete", 2; três canhoneiras, com 1 canhão cada; e vários navios de transporte. Em 23 de dezembro o "Paquete" (Cap. J.M. Pereira Pinto) apresou a galeota "La Petite Adele", de 4 canhões.

(71) Fortificações pouco importantes: em Approuague havia um só canhão; e três na bateria de Diamant, cujo Comandante, o Capitão Chevreuil, perdeu a vida; dois canhões em Dégras des Cannes (ou Degrad-Cannes); dois em Trio; dois no canal Torcy, no dia 7 de janeiro, e duas pequenas peças de campanha no dia seguinte. Havia 37 homens em Dégras des Cannes e 50 em cada uma das outras posições. Os aliados perderam cerca de quarenta homens, entre mortos e feridos.

tada para a França, com todos os empregados e familiares, em barcos portugueses. No dia 14, os aliados entraram em Caiena⁽⁷²⁾, e foi um oficial brasileiro, Cunha Moreira, Capitão do brigue “Infante Dom Pedro”, que levou para a França o Governador Victor Hugues⁽⁷³⁾. A administração militar da Guiana foi confiada a Marques d’Elvas, e a administração civil primeiramente ao Tenente-Coronel Pinto de Souza, e depois, a partir de 19 de julho de 1810, a um magistrado brasileiro, Maciel da Costa. Este, segundo Ternaux-Compans, “deixou na colônia uma grande reputação de capacidade e integridade.” Segundo aquele historiador, “fez com que nela reinasse perfeita ordem e introduziu notáveis aperfeiçoamentos em todos os ramos da administração⁽⁷⁴⁾.”

No Congresso de Viena, enquanto a Inglaterra mantinha suas conquistas coloniais⁽⁷⁵⁾, Portugal, que tinha sofri-

(72)Relatórios de Marques d’Elvas, de 29 de dez. de 1808, datado de Approuague; de 21 de janeiro (dois), datados de Caiena; do Capitão Yeo, de 26 de dezembro e 15 de janeiro; ratificação condicional da capitulação pelo General Magalhães de Menezes com data de 17 de fevereiro; vários manuscritos brasileiros (por L. da Cunha Moreira, Cláudio Luiz da Costa, etc.); Baginski, “Ephémérides Historiques de la Guyane Française”. Segundo os documentos portugueses e ingleses, no momento da capitulação Victor Hugues tinha 593 homens de tropas regulares, 100 milicianos e perto de 50 escravos armados. De acordo com o Capitão de Fragata Bouyer (“La Guyane Française”, Paris, 1861, p[ag. 62], Victor Hugues tinha sob suas ordens 511 soldados europeus, 200 milicianos e 50 negros armados.

(73)Cunha Moreira, depois Visconde de Cabo Frio, Almirante e Ministro da Marinha do Brasil, era natural da Bahia.

(74) Ternaux-Compans, “Notice Historique de la Guyane Française”, Paris, 1843. “A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do Governo Português”, afirma Vignal. A passagem em que esse autor elogia a administração brasileira é longa demais para que possamos reproduzi-la aqui. Vide “Coup d’Oeil sur Cayenne”, de Vignal, Paris, 1823, pág. 40 e segts. João Severiano Maciel da Costa, nascido em Minas Gerais, foi um dos redatores da Constituição do Brasil, e um dos seus estadistas mais ilustres. O Imperador Dom Pedro I o nomeou Conselheiro de Estado e Senador do Império, concedendo-lhe o título de Marquês de Queluz. Foi várias vezes Ministro de Estado, e faleceu em 1833.

(75)No que diz respeito à Guiana francesa, a Inglaterra reclamou da França a soma de 74.523 libras esterlinas, a despeito da venda de vários navios franceses que Yeo aprendeu e despachou para a Inglaterra. Mediante um arranjo com Luís XVIII, essa soma foi reduzida para 250.000 francos

do tanto durante as guerras da República e do Império franceses, e que tomara uma parte tão considerável nas campanhas que levaram à queda de Napoleão I⁽⁷⁶⁾, se obrigava, pelo artigo 107 da Ata Final do Congresso, de 9 de junho de 1815, a “restituir à dita Majestade (o Rei da França) a Guiana Francesa, até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o quarto e o quinto graus de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre o que fora fixado pelo tratado de Utrecht.” Os plenipotenciários franceses aceitaram a restituição nesses termos, que precisavam de forma tão clara o limite marítimo do Oiapoque, mas a questão não ficou decidida, como acreditavam os diplomatas portugueses. Os Governos franceses da Restauração, de Julho e do Segundo Império retomaram as antigas controvérsias, e até o presente esta controvérsia entre o Brasil e a França não pôde ser ajustada.

A Guiana foi restituída à França , pelas autoridades brasileiras, em 21 de novembro, com a chegada do General Carra Saint-Cyr, nomeado Governador por Luís XVIII.

Logo depois de instalado no Brasil, o Governo português tinha pretendido ocupar a margem esquerda do Prata, em concerto com os ingleses, que deviam enviar nova expedição contra Buenos Aires para vingar as duas derrotas que tinham sofrido ali; mas a insurreição dos espanhóis contra o domínio francês, e sua aliança com a Inglaterra e Portugal, fizeram com que o projeto fosse abandonado. A Princesa Dona Carlota (depois Rainha), esposa de D. João VI – então Príncipe Regente – e irmã de Fernando VII da

(76) Durante as campanhas peninsular e do Sul da França (1808-1814), a força do exército português variou muito. Em 1811 Portugal contava com “335.439 homens em armas, uma massa verdadeiramente enorme para sua população” (Balbi, “Essai Statistique sur le Royaume de Portugal”, Paris, 1882, vol. 1, pág. 360). Entre os brasileiros que se tornaram conhecidos nessa guerra pela independência de Portugal citaremos o sábio mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva e os poetas Luiz Paulino Pinto da França e Joaquim José Lisboa. O primeiro, que seria mais tarde o grande Ministro da Independência brasileira, foi Major, depois Tenente-Coronel, de um batalhão formado com professores e estudantes da universidade de Coimbra e das escolas do país. Pinto da França morreu General do exército português.

Espanha, entabou negociações com autoridades espanholas e com vários líderes dos movimentos de independência sulamericanos: negociações que muitas vezes não se coadunavam com a política do Gabinete do Rio de Janeiro.

Em 1810 começava em Buenos Aires a revolução da independência, tendo sido depostas em 25 de maio as autoridades espanholas. Iniciava-se longo período de distúrbios, revolução e guerras civis nas províncias do Prata. Dom João reuniu nas fronteiras do Rio Grande do Sul um exército de observação, composto de tropas regulares e milicianos daquela província, assim como alguns regimentos de Santa Catarina e de São Paulo. Dom Diogo de Sousa, Capitão Geral do Rio Grande do Sul, depois Conde de Rio Pardo, espírito esclarecido e homem de rara energia, elevou esse exército ao grau mais elevado de instrução e disciplina, preparando-o para o êxito que teria nas campanhas seguintes.

Em 1811 só restava aos espanhóis, no Prata, a cidade de Montevideu, sitiada por um exército de Buenos Aires e por soldados uruguaios ou orientais, estes últimos chefiados por José Artigas. Para atender à solicitação do Governo espanhol e de Dona Carlota, Dom João VI decidiu-se a intervir para combater a revolução da independência. O General Sousa invadiu a Banda Oriental do Uruguai (1811) e o sítio de Montevideu foi rompido. Os argentinos se retiraram para Buenos Aires e Artigas foi forçado a se refugiar, com suas tropas, em Entre Rios e Corrientes. As tropas brasileiras já se encontravam na margem esquerda do Uruguai, prestes a cruzar o rio, quando um armistício ilimitado foi assinado em Buenos Aires, em 26 de maio de 1812, entre um enviado especial de D. João VI e o Governo revolucionário. Lord Strangford, Ministro inglês no Rio de Janeiro, tinha obtido a neutralidade de D. João na luta dos povos do Prata contra a Espanha, e o General Sousa, cujas tropas haviam vencido em toda parte os bandos indisciplinados de Artigas, recebeu a ordem de seguir essa nova linha de conduta, retornando imediatamente ao Rio Grande do Sul.

O exército de Buenos Aires voltou então a sitiá-lo Montevideu, que capitulou em 1814. Artigas, porém, muito popular entre os “gaúchos” da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, sublevou-se, conseguiu repelir as tropas de Buenos Aires e formou, com as províncias do Uruguai, uma confederação, de que assumiu a chefia absoluta, com o título de “Protetor”. A própria existência do Governo argentino passava por perigo, pois Artigas obteve que dele se desligassem duas outras províncias – Santa Fé e Córdoba. Era o começo de uma longa luta entre os unitários argentinos, partidários de uma “pátria grande” fortemente estruturada, e os federalistas, cuja propaganda tendia à dissolução nacional, mobilizando contra a hegemonia de Buenos Aires as rivalidades e os ódios das províncias.

Dois políticos emigrados, Nicolas Herrera, do Uruguai, e o General Carlos de Alvear, argentino, pediram a intervenção do Brasil contra Artigas e a ocupação da Banda Oriental do Uruguai. O representante de Buenos Aires no Rio de Janeiro, Manuel J. Garcia, aprovava essa intervenção, que o Marquês de Alegrete, Capitão Geral do Rio Grande do Sul, também aconselhava. Uma divisão portuguesa, sob a chefia do Tenente-General Charles Frédéric Lecór, foi convocada para reforçar o exército brasileiro já reunido no Rio Grande do Sul. As hostilidades começaram ao mesmo tempo em quatro pontos diferentes: a fronteira do distrito das missões brasileiras (capital: São Borja), onde comandava o General Chagas Santos; a de Quaraí, defendida pelas tropas brasileiras do General Curado; e as fronteiras de Cerro Largo e Santa Teresa.

O exército do General Lecór, composto por tropas portuguesas e brasileiras, e destinado a ocupar Montevideu, foi desdobrado em duas colunas: a principal, sob as ordens de Lecór, penetrou por Santa Teresa, avançando quase sempre paralelamente à costa; a outra, sob o General Silveira, marchou por Cerro Largo para se reunir a Lecór perto de Maldonado.

O principal esforço de Artigas, para impedir o movimento ofensivo dessas duas colunas, foi dirigido contra o distrito das Missões e a fronteira do Quaraí. Suas tropas

indisciplinadas invadiram por ali o território brasileiro, mas antes de se concentrarem foram batidas e repelidas diante de São Borja (3 de outubro de 1816), por José de Abreu; no Ibiracoiá (19 de outubro), pelo General João de Deus Mena Barreto; em Carumbé (27 de outubro), pelo General Oliveira Álvares – todos os três pertencentes ao exército de Curado.

Entrementes, tendo recebido reforços de Entre Rios e Corrientes, Artigas reuniu o que pôde salvar dos vencidos nesses combates, reorganizou seu exército e mandou-o outra vez, sob o comando de Andrés Latorre, atacar Curado, que acampara perto de Catalan. No dia 3 de janeiro de 1817, Artigas, que pretendia juntar-se a Latorre, foi atacado por Abreu no Arapeí, e teve que fugir. No dia seguinte, o Marquês de Alegrete, Capitão Geral do Rio Grande do Sul, e Curado, impunham a Latorre a derrota de Catalan. Esta batalha reduziu Artigas à defensiva, evitando durante dois anos qualquer novo encontro com os brasileiros e portugueses.

O General Sebastião Pinto, que comandava a vanguarda do exército de Lecór, tinha ganho a batalha de India Muerta (19 de novembro de 1816) contra Fructuoso Rivera. De seu lado, a coluna do General Silveira, tendo repellido os ataques da divisão de Otorgués, em Pablo Paez (4 de dezembro) e da de Rivera, em Calera de Santa Lucia (3 de janeiro), juntava-se, em Pan d Azucar, com as tropas de Lecór, que continuava sua marcha sobre Montevideú. A cidade foi evacuada pelos soldados de Artigas, e Lecór a tomou em 20 de janeiro de 1817, sendo recebido como libertador pelos habitantes e as autoridades locais. A cidade de Maldonado já se havia rendido à esquadra portuguesa, mas todo o interior continuava sob o controle de Artigas, que enviou algumas tropas, sob o comando de Rivera, para bloquear Montevideú. Uma vitória alcançada contra este último por Lecór, em Paso de Cuello (18 de março de 1817), em nada alterou a situação, já que a força principal de Artigas consistia na sua numerosa cavalaria. Do lado das Missões, o General Chagas Santos dizimou uma parte de Corrientes, mas fracassou num ataque contra

Andrés Tacuary, conhecido como Andrés Artigas ou Andresito, que se havia entricheirado em Apostoles (2 de julho). Esta derrota foi vingada por Bento Manuel Ribeiro, do exército de Curado, que surpreendeu em Belém, a 15 de setembro, a divisão do Coronel Berdun, o vencido de Ibiracoiá, tomando prisioneiros o Coronel e quase todos os seus oficiais.

No interior, estourou em Pernambuco, em 1817, uma revolução republicana e separatista, dirigida por Domingos Martins, natural do Espírito Santo, que não conseguiu muitos partidários e foi prontamente controlada por um pequeno exército composto principalmente de milicianos da Bahia e Alagoas. Treze dos chefes revolucionários foram executados.

Em fins de 1817 fez-se um acordo secreto entre os Governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, para uma campanha contra o General Artigas. Novas tropas foram enviadas a Montevideú, do Rio, São Paulo e Pernambuco; duas expedições partiram de Buenos Aires para submeter a província de Entre Rios, mas ambas foram derrotadas por Ramírez, oficial de Artigas (em 25 de dezembro de 1817 e 25 de março de 1818). O exército brasileiro de Curado saiu então de Quaraí (1818) para operar na margem esquerda do Uruguai, ao Norte do rio Negro. A 7 de abril, uma divisão deste exército, chefiada por Mena Barreto, alcançava a vitória de Guabiju, forçando Artigas a abandonar a vila de Purificação, onde tinha sua capital, pois Bento Manuel Ribeiro cruzava o Uruguai, tomava as baterias instaladas em Entre Rios para impedir a passagem de navios portugueses (Calera de Barquin, Perrucho-Verna e Paso de Vera) e punha em fuga a cavalaria de Ramírez, em Arroyo de la China.

Nas Missões de Corrientes, Chagas Santos tomou San Carlos (31 de março a 3 de abril) e, na margem esquerda do Prata, a 3 de maio os portugueses ocupavam Colônia. Houve muitos encontros de cavalaria na Banda Oriental. Em 4 de julho de 1818 Bento Manuel Ribeiro caiu de surpresa sobre o acampamento de José Artigas em Quegay Chico, dispersando completamente seu exército. Mas logo

em seguida o General Artigas organizava novos bandos armados em Entre Rios e Corrientes, para invadir o Rio Grande do Sul.

À frente de alguns milhares de índios guaranis e de tropas de Corrientes, onde ele tinha vencido os partidários de Buenos Aires e resistido ao ataque de uma flotilha paraguaia, Andrés Artigas cruzou o rio Uruguai (em 25 de abril de 1819) e tomou facilmente as pequenas vilas (“povos”) do distrito brasileiro das Missões, exceto São Borja. O Coronel Arouche, o mais popular e o mais instruído de todos os jovens oficiais do exército brasileiro, tentou tomar a vila de São Nicolau, mas não conseguiu, e morreu combatendo (9 de maio). Chegaram reforços, comandados por José de Abreu (depois Barão de Serro Largo), que conseguiu esmagar os invasores no combate de Itacorubi, em 6 de junho de 1819. Alguns dias mais tarde, Andrés Artigas era feito prisioneiro. Muitos outros comandantes, dentre eles Otorgués, foram aprisionados em combates menos importantes, e em 28 de outubro Bento Manuel Ribeiro conquistava a vitória de Arroyo Grande sobre Fructuoso Rivera.

José Artigas tinha enviado contra Buenos Aires o Governador de Entre Rios, Ramírez, e Estanislás Lopez, Governador de Santa Fé. Os dois “caudillos” conseguiram derrotar seus adversários e derrubar o Governo da República, entrando na capital; ao mesmo tempo, invadiram pela terceira vez a província brasileira do Rio Grande do Sul, vencendo uma batalha contra Abreu perto de Ibirapuitã (14 de dezembro de 1819), mas foram por fim repelidos pelo mesmo Abreu, reunido ao General Câmara, em Santa Maria (17 e 27 de dezembro).

O Conde de Figueira, Capitão Geral do Rio Grande do Sul, chegou com tropas frescas, que se reuniram às de Abreu e Câmara; perseguiu o exército inimigo, destruindo-o completamente na batalha de Taquarembó (22 de janeiro de 1820). Artigas esperava ainda continuar a resistência em Entre Rios e Corrientes, mas Ramírez, orgulhoso com sua vitória em Buenos Aires, rebelou-se e, depois de vários combates, obrigou-o a buscar refúgio no Paraguai,

onde ele foi detido e internado em Curuguatí pelo ditador Francia⁽⁷⁷⁾.

Em 31 de julho de 1821, a Banda Oriental se uniu por federação com o Reino do Brasil, com o nome de Estado Cisplatino.

(77) Artigas foi posto em liberdade alguns anos mais tarde, porém não quis retornar ao seu país. Faleceu em Assunção, no dia 23 de setembro de 1850 (e não em 1826, como afirma uma grande obra em vias de publicação em Paris). Artigas nasceu em 19 de janeiro de 1764 (e não 1746), em Montevideu.

A Independência e o Reinado do Imperador Dom Pedro I

Em 1820 os portugueses proclamaram o regime constitucional, e as Cortes Constituintes foram convocadas, em Lisboa. No Rio, D. João VI aceitou a nova situação (26 de fevereiro de 1821), depois da adesão do Pará e da Bahia à Constituinte; em quase todas as províncias brasileiras os antigos Capitães Gerais foram substituídos por juntas governativas. Convocado à Europa pelas Cortes, o Rei finalmente se resignou à partida mas, ao deixar o Rio de Janeiro, em 26 de abril, designou seu filho mais velho, Dom Pedro, Regente do Reino do Brasil, com um Ministério cujo membro mais influente era o Conde dos Arcos.

Com respeito ao Brasil, as Cortes de Lisboa adotaram uma política contrária à do Rei: votaram a supressão das escolas e tribunais superiores; a dissolução do Governo central, no Rio; a convocação de Dom Pedro a Portugal. Procuraram romper a unidade brasileira vinculando as províncias diretamente à metrópole – a despeito da oposição dos Deputados de várias dessas províncias, sobretudo as de São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco, tendo à sua

frente Antônio Carlos de Andrada, Vilela Barbosa (depois Marquês de Paranaguá) e Lino Coutinho. A desunião das províncias já tinha sido alcançada em parte com a instalação das juntas provinciais. Em breve a autoridade do Regente só se estendia sobre o Rio de Janeiro e as províncias meridionais e centrais; e em algumas delas o Regente encontrava alguma resistência nas juntas, pois quase todas queriam ter um papel independente.

Contudo, os decretos das Cortes terminaram por produzir um movimento quase geral em favor da autonomia brasileira, que se pensava conciliável com a união dos dois Reinos, mediante a criação de um parlamento com sede no Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, respondendo a uma solicitação do povo do Rio e de São Paulo, Dom Pedro declarou que permaneceria no país (o “fico”); forçou as tropas portuguesas que se opunham a essa decisão a embarcar para Portugal e formou um novo Ministério (16 de janeiro), com José Bonifácio de Andrada, ao qual se associou, alguns meses mais tarde, seu irmão Martim Francisco. A 13 de maio aceitou o título de “Defensor Perpétuo do Brasil” e, seguindo o conselho de Ledo, chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro, Cunha Barbosa e Clemente Pereira (os dois primeiros, redatores do “Reverbero Constitucional”), convocou no Rio de Janeiro uma Assembléia Constituinte, por decreto de 3 de junho.

O Regente estava viajando quando, na planície do Ipiranga, perto da cidade de São Paulo, o alcançou um correio, despachado do Rio por José Bonifácio, com cartas que anunciavam as discussões tormentosas havidas nas Cortes de Lisboa, e várias decisões tomadas, notadamente a que ordenava a abertura de processo contra os membros do Gabinete do Rio de Janeiro. Cercado de pessoas da sua comitiva, oficiais e soldados da sua guarda de honra, o Regente afirmou então a Independência do Brasil (em 7 de setembro de 1822) e, depois de chegar ao Rio, foi proclamado Imperador Constitucional (12 de outubro).

Já em 1821 as tropas portuguesas tinham sido obrigadas a deixar Pernambuco. Na Bahia, o General Madeira, tendo sob suas ordens um exército e uma esquadra impor-

tantes, resistiu durante vários meses ao assédio dos brasileiros - comandados a princípio pelo General Labatut, depois por J.J. de Lima e Silva. Dois ataques portugueses foram repelidos, contra as posições de Pirajá (8 de novembro de 1822) e a ilha de Itaparica (6 de janeiro de 1823). A penúria na cidade já era grande quando a esquadra brasileira, sob o comando de Lord Cochrane, chegou para bloquear o porto. Em 2 de julho Madeira embarcava para Lisboa, mas uma parte dos navios que transportavam suas tropas foram capturados pela esquadra imperial. Os portugueses que ocupavam as cidades de São Luís do Maranhão e do Pará se renderam depois da chegada de alguns navios de Lord Cochrane (28 de julho e 11 de agosto de 1823). No interior, depois de longa resistência, Fidié capitulou em Caxias (a primeiro de agosto). No Prata, o General Macedo, português, sitiado na cidade de Montevideu por Lecór, comandante dos brasileiros, capitulou em 18 de novembro, depois que seus navios foram repelidos, em 21 de outubro, num ataque contra a divisão naval brasileira comandada por Pedro Nunes, que tinha vindo bloquear o porto.

O Ministério Andrada, que por sua energia prestou grandes serviços à causa da Independência, reprimiu com rigor todos os que eram suspeitos de se opor à monarquia e à união das províncias; de fato, suprimiu todos os jornais da Oposição e perseguiu ou exilou um certo número de liberais, dentre eles Ledo, eleito Deputado à Constituinte, Cunha Barbosa e Clemente Pereira⁽⁷⁸⁾. Na Constituinte, que se reuniu em 3 de maio de 1823, essa política foi criticada por vários Deputados. No dia 2 de julho o Ministério sofreu uma derrota na eleição da mesa da assembléia, e dois dias mais tarde a Justiça absolvía os acusados políticos do Rio. Como o Imperador manifestou a intenção de interromper os processos políticos em São Paulo, os

(78) Ledo se refugiou em Buenos Aires; Clemente Pereira, Cunha Barbosa e o General Nóbrega foram deportados para a França e deixaram o Rio em 20 de dezembro de 1823, num navio francês tendo por destino o Havre.

Andradas pediram demissão⁽⁷⁹⁾, e foi organizado (17 de julho de 1823) o Ministério Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas).

Mas a discussão do projeto de Constituição se arrastava, a Oposição aumentava, e a maioria decidiu, contra o voto do Ministério, que todas as leis votadas pela Assembléia seriam promulgadas sem a sanção do Imperador. A liberdade de imprensa tinha sido restabelecida, e vários jornais da Oposição começaram a incitar a população contra os naturais de Portugal que tinham aderido à Independência. As Sessões da Constituinte se tornaram tormentosas e Dom Pedro I, formando um novo Ministério com Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá)⁽⁸⁰⁾, em 12 de novembro pronunciou a dissolução da Constituinte, medida já aconselhada por José Bonifácio de Andrada que, agora na Oposição, tinha sido exilado com os irmãos e alguns partidários.

Com a assistência do Conselho de Estado (que incluía J.J. Carneiro de Campos⁽⁸¹⁾, Vilela Barbosa, Maciel da Costa, Carvalho e Melo e outros), D. Pedro preparou uma Constituição, que as autoridades dos municípios queriam ver adotada sem uma segunda Constituinte. Em consequência, em 25 de março de 1824 foi prestado o juramento de obediência a essa Constituição.

Em julho de 1824 uma insurreição republicana e federalista explodiu nas províncias do Norte, de Pernambuco ao Ceará, no momento em que se preparava uma grande expedição portuguesa contra o Brasil. A revolta foi prontamente subjugada (setembro-novembro) pelo General F. de Lima e Silva e os partidários da união. Em Pernambuco, estes últimos eram chefiados por Paes Barreto, que recebeu o título de Marquês de Recife. Dezesseis

(79)Porto Seguro, "História da Independência", manusc. (pormenores fornecidos a seu Governo pelo Encarregado de Negócios da Áustria).

(80)Nascido no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1769; falecido no Rio em 11 de setembro de 1846.

(81)Nascido na Bahia em 4 de março de 1768; falecido no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836.

revolucionários, entre eles o Padre Caneca, foram condenados e executados.

Pelo tratado de 29 de agosto de 1825, entre o Brasil e Portugal, concluído com a mediação da Inglaterra, e graças aos conselhos de Canning, a independência do Brasil foi reconhecida.

Em 1825, na Banda Oriental, que com a Constituição do Império passara a ser a província cisplatina, houve uma revolução organizada em Buenos Aires por Lavalleja. Os brasileiros, que haviam deixado ali poucas tropas, tiveram inicialmente uma vitória pouco importante em Arbolito (3 de setembro), mas logo em seguida uma grande parte da sua cavalaria foi destruída num ataque de surpresa em Rincón (24 de setembro) e no combate de Sarandi (12 de outubro), em que Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves se empenharam imprudentemente contra todo o exército dos uruguaios revoltados. Os brasileiros ficaram assim reduzidos a Montevideu e Colônia, e o Governo de Buenos Aires declarou a incorporação dessa província ao território da República.

A esquadra imperial abriu as hostilidades com o bloqueio da costa de Buenos Aires. O Almirante argentino Brown foi repellido em 9 de fevereiro de 1826 pelo Almirante brasileiro Rodrigo Lobo, e mais tarde sofreria grandes perdas ao atacar Colônia (26 de fevereiro-3 de março), defendida pelo General Rodrigues⁽⁸²⁾. Vários outros encontros tiveram lugar, em 1826, entre as forças navais brasileiras e as argentinas, alguns sem resultado, outros favoráveis ao Brasil. O mais importante foi o de 30 de julho, em que Brown foi derrotado por Norton, o comandante brasileiro. Em 1827, duas expedições enviadas pela Marinha imperial ao rio Uruguai (sob o comando de Sena Pereira) e à Patagônia (sob o comando de Shepherd), foram aquiquiladas perto da ilha do Juncal (8-9 de fevereiro) por Brown, e no rio Negro de Patagones (7 de março), por

(82) Manuel Jorge Rodrigues, que em 1840 recebeu o título de Barão de Taquari, o qual lembra a batalha desse nome contra os separatistas do Rio Grande do Sul.

corsários comandados por Bysson. Em terra, o General brasileiro Marquês de Barbacena, tendo atacado com inferioridade de tropas o exército do General Alvear, foi derrotado na batalha de Ituzaingó, em 20 de fevereiro.

Pouco depois, o Almirante brasileiro Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, impunha a Brown uma derrota em Monte Santiago (7-8 de abril). Essa guerra, impopular no Brasil devido às falhas do Governo e dos generais, e sobretudo o partidarismo de grande número de membros da Oposição, terminou com o acordo de 27 de agosto de 1928, feito por mediação da Inglaterra: o Brasil e a República Argentina renunciaram à província que disputavam, e criaram a República Oriental do Uruguai, que mais tarde o Brasil defenderia contra a ambição do ditador Rosas.

Com a morte de D. João VI, em 1826, o Imperador Dom Pedro I se tornara também o Rei de Portugal. Outorgou uma Carta constitucional a esse Reino, e depois se apressou a abdicar da coroa portuguesa em favor da sua filha, Dona Maria II.

Criadas pela Constituição, as Casas Legislativas brasileiras se reuniram pela primeira vez em 1826, e durante todo o reinado de Dom Pedro I a Oposição – composta de liberais monarquistas, partidários do parlamentarismo inglês, de alguns federalistas e republicanos, teve maioria na Câmara dos Deputados. Faziam-se no Brasil os primeiros ensaios do sistema representativo, e se de um lado o Imperador era jovem, impetuoso e inexperiente, os partidos e a imprensa precisavam ainda educar-se politicamente. O Ministério Paranaguá, que esteve no poder depois de 1823, e o do Visconde de São Leopoldo, que o sucedeu (em 16 de janeiro de 1827) se compunham somente de Senadores ou de pessoas que não pertenciam ao Parlamento. Em 20 de novembro de 1827 o Imperador instituiu por fim um Ministério parlamentar, com o Deputado Araújo Lima (Marquês de Olinda). Contudo, quando Dom Pedro exonerou o Ministro da Guerra, depois de uma revolta de alguns regimentos estrangeiros, no Rio de Janeiro – revolta suprimida energicamente –, os Deputados que pertenciam ao Ministério apresentaram sua demissão.

Como dois dos membros mais influentes da Câmara, Costa Carvalho e Vasconcelos, se recusaram a organizar um novo Gabinete, essa missão foi confiada ao Deputado Clemente Pereira (15 de junho de 1828), que os liberais logo abandonaram. Esse Ministério, e o de Paranaguá, que o sucedeu (4 de dezembro de 1829), receberam viva oposição na Câmara e na imprensa. A chegada da esquadra do Barão Roussin (1828), enviada por Carlos X para reclamar alguns navios franceses que os brasileiros tinham capturado durante o bloqueio do Prata, e a necessidade em que se encontrava o Governo imperial de ceder a essa injunção, prejudicaram muito a posição do Imperador, e aumentaram consideravelmente a irritação popular. A revolução de 1830 na França viria apaixonar a opinião pública, e a queda de Carlos X foi celebrada no Brasil, em quase toda parte, por demonstrações públicas. Alguns novos jornais, no Rio e nas províncias, começaram a pregar o federalismo ou a república. Nas eleições de 1830 esses dois partidos conseguiram eleger vários dos seus candidatos. Em 1831, quarenta e quatro novos jornais foram instituídos no Rio de Janeiro. Todos os Ministros e Senadores que se mostravam devotados ao Imperador eram apresentados como partidários do absolutismo. “Aurora Fluminense”, fundado em 1827 por Evaristo da Veiga, era o mais influente e o melhor escrito de todos os jornais oposicionistas.

Em 19 de março de 1831, Dom Pedro I, cujo maior defeito era o de ter nascido em Portugal, tentou governar com um Ministério liberal (F. Carneiro de Campos). Mas o ódio entre brasileiros e portugueses era nessa época demasiadamente vivo para que se pudesse estabelecer a concórdia. Os portugueses tinham promovido manifestações em favor do Imperador, e conflitos sangrentos tiveram lugar nas ruas. O Imperador formou então um Gabinete composto só de Senadores (Paranaguá). Eclodiu então um movimento popular, apoiado pela defecção de parte das tropas. Reclamava-se o retorno do Ministério exonerado (6 de abril de 1831). Cansado dessa oposição, e desejando sustentar, na Europa, os direitos da sua filha contra o usurpador

Dom Miguel, Dom Pedro I, que há alguns dias já tinha anunciado a seus Conselheiros de Estado a decisão de abdicar⁽⁸³⁾, não quis ceder diante dos revoltosos. Abdicou em favor do filho, a 7 de abril de 1831, e partiu para a Europa, onde conseguiu – antes de morrer, aos 36 anos, em 1834 – estabelecer o governo constitucional garantindo o trono de Portugal para sua filha, depois de luta da qual participou pessoalmente com um heroísmo que se tornou legendário entre os portugueses.

(83)Visconde de São Leopoldo, “Memórias”.

Reinado do Imperador Dom Pedro II

Dom Pedro II, seu filho e sucessor no trono brasileiro, tinha apenas cinco anos, e uma Regência governou o Império até 1840. Compunha-se inicialmente de três membros: os Senadores Marquês de Caravelas (J.J. Carneiro de Campos) e Vergueiro, bem como o General Francisco de Lima e Silva, que formaram a Regência provisória até 17 de junho de 1831. Este último, com os Deputados Costa Carvalho e Braulio Muniz, formou a Regência definitiva, que governou até 12 de outubro de 1835. Depois do Ato Adicional, passou a haver um Regente único (1835-1840).

Foi uma época tormentosa, em que correligionários do federalismo e reacionários, partidários de Dom Pedro I, agitaram as províncias e tentaram muitas vezes derrubar a Regência. A guerra civil ensanguentou o Ceará (1831-32), Pernambuco (1832-35), o Pará (1831-33, 1835-37), a Bahia (1837-38), o Maranhão (1838-41), o Rio Grande do Sul (1835-45) e várias outras províncias. O Partido Liberal Monarquista (liberal moderado), de que Evaristo da Veiga

e Vasconcelos⁽⁸⁴⁾ eram os principais dirigentes, esteve no poder de 1831 a 1837, e precisou lutar contra os federalistas, quase todos republicanos (partido liberal exaltado) e os reacionários (partido restaurador, ou Caramuru), de que se tornaram os principais conselheiros os irmãos Andrada, retornados do exílio em 1828 e reconciliados com D. Pedro I. Este último partido exigia o retorno de D. Pedro I como Regente, mas D. Pedro, procurado em Lisboa em 1833 por Antônio Carlos de Andrada, recusou-se a cooperar⁽⁸⁵⁾. O Deputado Feijó⁽⁸⁶⁾, nomeado Ministro em 4 de julho de 1831, reprimiu energicamente todas as revoltas provocadas no Rio pelos dois partidos oposicionistas. Às tropas indisciplinadas que tinham seguido o mau exemplo de alguns dos seus chefes, e que não podiam mais ser contidas, ele opôs a Guarda Nacional criada pela lei de 18 de agosto de 1831; aos clubes federalistas, Evaristo da Veiga opôs a Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional (“Sociedade Defensora”), vasta organização que exerceu grande influência sobre a marcha dos acontecimentos políticos brasileiros.

Nessa época (1832), Auguste de Saint Hilaire descreveu num quadro sombrio os males produzidos pela discórdia nas fronteiras do Uruguai: “Era há pouco tempo um dos países mais belos da América meridional. Seus habitantes quiseram federar-se e começaram por se separar; cada vila, cada lugarejo pretendia ter uma pátria à parte; chefes ignóbeis se armaram em todas as partes; a população foi dispersada, ou aniquilada”. Sobre o Brasil, que “amava quase tanto quanto o seu próprio país”, e que comparava aos Estados Unidos, próspero sob o regime federalista, o mesmo Saint Hilaire escrevia: “A união americana, e sobretudo o espírito que anima os americanos, tendem a

(84)Nascido no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1799, Evaristo da Veiga faleceu nessa cidade em 12 de maio de 1837. Bernardo de Vasconcelos nasceu em Ouro Preto em 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro em primeiro de maio de 1850.

(85)Porto Seguro, “História da Indep.”, manusc.

(86)Diogo Feijó nasceu em São Paulo em 1784 e faleceu nessa mesma cidade em 10 de novembro de 1843.

fazer cada dia mais compacta a sociedade formada por esse povo ou, pelo menos, a que se forma em cada província. Os brasileiros, ao contrário, não poderiam estabelecer o sistema federativo sem começar pelo rompimento dos frágeis vínculos que ainda os unem. Impacientes diante de qualquer superioridade, muitos chefes altivos dessas aristocracias patriarcais de que o Brasil está coberto apelam sem dúvida para o federalismo com todo empenho; mas que os brasileiros se defendam contra o desapontamento que os levaria à anarquia e às afrontas de uma multidão de pequenos tiranos, mil vezes mais insuportáveis do que um único déspota.”⁽⁸⁷⁾

Para satisfazer os liberais monarquistas, defensores da autonomia provincial, uma reforma constitucional foi votada em 1834 (o Ato Adicional). Os federalistas exigiram, então, que os Presidentes das províncias fossem designados pelas próprias províncias, ou então escolhidos pelo Governo central em listas tríplices submetidas pelas assembleias provinciais. Mas a maioria⁽⁸⁸⁾ teve a sabedoria de recusar essas propostas (12 de julho), que teriam destruído a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas como as que entravaram o progresso de muitos Estados hispano-americanos.

Depois da reforma constitucional, Feijó foi eleito Regente do Império, que governou a partir de 12 de outubro de 1835. Antes da sua eleição, o Ceará tinha sido pacificado, em 1832, depois do combate de Missão Velha, e Pernambuco, em 1835, graças à intervenção do Bispo Perdigão. De seu lado, o Regente Feijó conseguiu restabelecer a ordem no Pará pela ação enérgica do General Andrea (1836); mas em 20 de setembro de 1835, sob a chefia do Coronel Bento Gonçalves, explodiu uma revolu-

(87) Aug. de Saint-Hilaire, “Précis de l’Histoire des Révolutions de l’Empire du Brésil”, que segue seu “Voyage dans le District des Diamants”, Paris, 1832.

(88) 62 votos contra 25. A maioria era formada sobretudo por Deputados do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas. Entre aqueles que rejeitaram essas propostas estavam Evaristo da Veiga, Vasconcelos, Carneiro Leão (Paraná), Araújo Lima (Olinda), Custódio Dias, Álvares Machado, Rodrigues Torres (Itaboraí).

ção no Rio Grande do Sul, onde o movimento federalista degeneraria em guerra separatista.

A morte do Duque de Bragança (Dom Pedro I), em Lisboa, no dia 24 de setembro de 1834, provocou a transformação dos partidos políticos brasileiros. O maior número dos reacionários se juntaram à Oposição parlamentar formada em 1836 dentro do Partido Liberal Monarquista, cujos membros mais influentes eram Araujo Lima, Bernardo de Vasconcelos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Paulino de Souza e Calmon. Essa fusão gerou o partido que tomou o nome de Conservador, e triunfou nas eleições de 1836.

Em 19 de setembro de 1837, Feijó pediu exoneração e passou a Regência ao chefe da Oposição, Araújo Lima⁽⁸⁹⁾ – que os eleitores, alguns meses depois, confirmaram no cargo. Cinco Ministérios conservadores se sucederam, entre 19 de setembro de 1837 e 23 de julho de 1840: os de Vasconcelos (19 de setembro), Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (16 de abril de 1839), Alves Branco, depois Visconde de Caravelas (primeiro de setembro de 1839), Lopes Gama, depois Visconde de Mamanguape (18 de maio de 1840), e Vasconcelos (22 de julho de 1840), que durou apenas algumas horas.

Uma revolta militar separatista, que explodiu na Bahia em 7 de novembro de 1837, foi reprimida pela Guarda Nacional e os voluntários daquela província, que sitiaram imediatamente a capital, e por tropas chegadas de Pernambuco e do Rio, sob o comando do General Calado. A cidade foi tomada depois de combate sangrento (13 a 15 de março de 1838), e a ordem foi mais ou menos restaurada em todas as partes, exceto no Rio Grande do Sul, onde os separatistas ganharam muitas vantagens em 1838 e, comandados por Canavarro e Garibaldi, se apoderaram (em julho de 1839) de uma parte de Santa Catarina, de onde foram expulsos alguns meses depois, em novembro, pelo

(89) Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, nasceu no engenho Antas, perto de Serinhaem, em Pernambuco, em 22 de dezembro de 1793; faleceu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1870.

General Andrea e por Mariath, Comandante da flotilha imperial em operação nessa região do Império.

A partir de 1836, a história política do Brasil se resume na luta entre os dois grandes partidos constitucionais, o Conservador e o Liberal. De acordo com a doutrina defendida por Vasconcelos, a Câmara dos Deputados se tornou preponderante a partir de 1831. Um projeto de Lei interpretativa do Ato Adicional, tendo por objetivo fixar mais precisamente as atribuições das legislaturas provinciais, para pôr fim às usurpações do poder central, ou da autonomia comunal, por essas assembleias, foi debatido no parlamento de 1838 a 1840, e adotado somente neste último ano – a lei de 12 de maio de 1840.

Em 1840, a Oposição liberal começou a reclamar a declaração da maioridade do jovem Imperador, que tinha apenas quinze anos. Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), os dois irmãos Andrada (Antônio Carlos e Martim Francisco)⁽⁹⁰⁾ e Alvares Machado se puseram à frente dessa agitação; muitos conservadores, como o Marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa), adotaram essa posição, que com a incapacidade dos Governos eleitos em manter a ordem pública e a união das províncias, se tornara a da grande maioria da nação. Assim, em 23 de julho, o Imperador foi declarado maior de idade pelas duas Câmaras, reunidas em Assembleia geral.

Dom Pedro II começou seu Governo com os liberais (Holanda Cavalcanti e os Andrada); depois, de 23 de março de 1841 a 2 de fevereiro de 1844, governou com os Ministérios conservadores do Marquês de Paranaguá (23 de março de 1841) e de Carneiro Leão (20 de janeiro de 1843). O Maranhão foi pacificado pelo General L.A. de Lima e Silva (1841) – feito Barão, depois Conde, Marquês e Duque de Caxias. Mas outra revolução explodiu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais (1842). A ordem

(90) O mais velho, José Bonifácio de Andrada e Silva, morreu em S. Domingos, um subúrbio de Niterói, em 6 de abril de 1838. Tinha nascido em Santos em 13 de junho de 1763.

foi restabelecida por esse mesmo General depois da batalha de Santa Luzia, em 20 de agosto.

Como o Gabinete Carneiro Leão pediu demissão devido a desentendimento com o Imperador, e um outro dirigente conservador, Costa Carvalho, desistiu de formar novo Ministério, esta missão foi confiada, em 2 de fevereiro de 1844, ao liberal Almeida Torres, Visconde de Macaé.

Os liberais governaram até 29 de setembro de 1848 com o Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 e os de 5 de maio de 1846 (Visconde de Albuquerque), 22 de maio de 1847 (Alves Branco, Visconde de Caravelas), 8 de março de 1848 (Visconde de Macaé) e 31 de maio do mesmo ano (Paula e Souza). A guerra civil no Rio Grande do Sul, que tinha durado dez anos, foi encerrada em primeiro de março de 1845, por Caxias. Este mesmo ano, tendo pacificado todo o país, o Governo imperial poderia começar a ocupar-se da repressão do tráfico dos negros, que se fazia nas costas do Império como contrabando, já que a Lei de 4 de novembro de 1831 tinha proibido o odioso comércio. Com a votação do “Bill Aberdeen”, a Inglaterra tornara a situação ainda mais difícil, humilhando o Brasil. De acordo com essa nova lei inglesa, os navios negreiros e aqueles suspeitos de praticar o tráfico deviam ser capturados pela marinha real, mesmo em águas territoriais do Império, e seus responsáveis seriam processados em tribunais ingleses. A aplicação do “Bill Aberdeen” e as violências exercidas, nas costas brasileiras, pelos cruzadores ingleses, criaram no país um sentimento geral de indignação, de que se beneficiaram os negreiros : de 1846 a 1850, triplicou o número de africanos introduzidos anualmente no Brasil⁽⁹¹⁾.

Em 27 de setembro de 1848, os conservadores voltaram ao poder, com o Ministério do Marquês de Olinda.

(91) Africanos desembarcados no Brasil durante os cinco anos que precederam o “Bill Aberdeen”: 1840, 30.410; 1841, 16.000; 1842, 17.435; 1843: 19.095; 1844, 22.849; 1845, 19.453. Depois do “Bill Aberdeen” e antes da Lei Eusébio de Queirós: 1845: 50.324; 1847: 56.172; 1848: 60.000; 1849: 54.000; 1850: 23.000. Depois da Lei Eusébio de Queirós: 1851: 3.287; 1852: 2.700; 1853-6 (as duas últimas tentativas de introdução de escravos): 512.

Uma nova revolução estourou em Pernambuco, dirigida pelos Deputados liberais daquela província. Houve muitos combates, e em 2 de fevereiro de 1848 os revolucionários, num movimento rápido, tentaram apoderar-se da capital, Recife, que o enérgico Presidente Tosta, Marquês de Muritiba, soube defender com voluntários e a Guarda Nacional, apoiados por tropas da Marinha. A chegada de um pequeno exército, sob o comando do General Coelho, assegurou a vitória do Governo.

Essa foi a última revolução tentada no Brasil. Seu efeito foi aumentar enormemente, em todas as províncias, a força dos conservadores, pois as classes esclarecidas, e a população em geral, estavam cansadas de todas essas agitações e guerras intestinas.

Durante o reinado de Dom Pedro II, a repressão das revoltas foi sempre seguida por uma anistia⁽⁹²⁾.

Em 6 de outubro de 1849, o Marquês de Olinda, por ter idéias divergentes de todos os colegas, e do próprio Imperador, a respeito da política a seguir com o ditador argentino Rosas, deixou o Gabinete e foi substituído na Presidência do Conselho pelo Marquês de Monte Alegre (Costa Carvalho). A pasta dos Negócios Estrangeiros foi confiada ao Conselheiro Paulino de Souza, depois Visconde do Uruguai⁽⁹³⁾. Foi nessa ocasião que o Brasil assinou com a República Oriental do Uruguai, cujo representante no Rio era Andrés Lamas, e os Estados de Entre Rios e Corrientes,

(92)Um republicano francês, Charles Ribeyrolles, emigrado do 2 de dezembro, escrevia em 1859: "No Brasil, há anos não há mais processos políticos, prisioneiros do Estado, processos contra a imprensa, conspiração ou deportação. As opiniões não são mais sujeitas à ação policial, à apreensão aduaneira, objetos de suspeita ou de marcação. O espírito é livre em todas as suas confissões, o cidadão em todos os seus movimentos. A razão de Estado não é aplicada. E por que ? Porque Dom Pedro colocou a "Majestade" não nas suas prerrogativas, na sua pessoa, mas no seu caráter, e em obras; porque o espírito geral do país é a tolerância, a conciliação, a sociabilidade; porque o próprio catolicismo, embora tenha privilégio oficial, não ousa mais brincar de anátema e excomunhão" (Ribeyrolles, "Le Brésil Pittoresque", Rio de Janeiro, 1859, tomo I, pág. 141).

(93)Nascido em Paris em 4 de outubro de 1807, falecido no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1866.

os tratados de aliança de 1851, que asseguraram a vitória dos liberais das repúblicas do Prata, a liberdade de navegação nos afluentes desse rio e a independência do Uruguai e do Paraguai. Carneiro Leão, depois Marquês do Paraná, foi enviado ao Prata pelo Imperador, como seu representante junto aos Governos aliados.

O Governo do Uruguai estava reduzido à cidade de Montevideu, assediada desde 1842 por um exército argentino sob o comando do General Oribe. Em 1851, o Marechal de Caxias, à frente de 20.000 brasileiros, e Urquiza, comandando o exército de Entre Rios, invadiram o Uruguai, enquanto a esquadra imperial, dirigida pelo Almirante Grenfell, ameaçava Buenos Aires e protegia a passagem das tropas do exército aliado. Oribe capitulou em 19 de outubro; Grenfell forçou as baterias de Tonelero, no Paraná (17 de dezembro) e o principal exército aliado marchou para Buenos Aires. A batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, pôs fim à tirania de Rosas, que havia vinte e três anos oprimia os povos do Prata. Expulso do seu país, o ditador argentino se refugiou na Inglaterra⁽⁹⁴⁾.

(94)O "Anuário da Revista dos Dois Mundos", de 1852, apreciou nos seguintes termos o papel do Brasil: "Não se poderia ignorar a habilidade e o vigor postos pelo Gabinete do Rio de Janeiro na condução deste assunto. É para ele um êxito incontestável, ainda mais lisonjeiro para o espírito nacional porque o Brasil pode dizer que conseguiu o que não puderam os governos mais poderosos da Europa." Sabe-se que o ditador Rosas tivera suas disputas com a França e a Inglaterra. A França bloqueou Buenos Aires pela primeira vez de 28 de março de 1838 a 29 de outubro de 1840 (Almirantes Leblanc, Dupotet e de Mackau); protegeu o Governo de Montevideu e o General Lavalle, Comandante do exército unitário argentino em luta contra Rosas; apoderou-se da ilha de Martin Garcia. Em 1845, depois da missão do Marquês de Abrantes (Calmon), enviado pelo Brasil à Europa, a França fez nova intervenção, dessa vez em concerto com a Inglaterra; mas Lord Aberdeen e Guizot cometeram o erro de dispensar a cooperação das tropas brasileiras. O bloqueio de Buenos Aires foi feito em 18 de setembro de 1845 pelos Almirantes Lainé e Inglefield. No mesmo ano os comandantes Tréhouart e Hotham alcançavam a vitória de Obligado. Dois anos mais tarde, em 15 de julho de 1847, vendo que não chegava a nenhum resultado, a Inglaterra negociava com Rosas, e retirava sua esquadra. O Almirante francês Leprédour continuou só o bloqueio, até 11 de junho de 1848. A

Em 1850, por proposta do Ministro da Justiça Eusébio de Queirós, as Câmaras votaram quase por unanimidade meios mais seguros que os da lei de 1831 para reprimir o tráfico (lei de 4 de setembro de 1850). A firmeza do Imperador e a energia com que Eusébio de Queirós se pôs a aplicar com rigor a nova lei quebraram a resistência dos negreiros, que eram então muito poderosos no Rio de Janeiro, e a importação de escravos cessou completamente⁽⁹⁵⁾.

Reduzido a um só Deputado, pelo ingresso de vários dos seus membros no Senado, em 1852 o Ministério Monte Alegre pediu demissão. O Ministro das Finanças, Rodrigues Torres (depois Visconde de Itaboraí), foi incumbido da Presidência do Conselho e reconstituiu o Gabinete, em 11 de maio de 1852, com dois dos seus colegas e três novos Ministros. Mas esse Ministério se exonerou no ano seguinte, e o Marquês do Paraná (Carneiro Leão), nomeado Presidente do Conselho em 6 de setembro de 1853, inaugurou a política de “conciliação”, formando um Ministério composto de conservadores e liberais.

Os grandes progressos feitos pelo Brasil datam verdadeiramente de 1850, fim do período de guerras civis — e sobretudo do Ministério Paraná.

Com a morte desse estadista, em 3 de setembro de 1856⁽⁹⁶⁾, o Marechal Caxias, Ministro da Guerra, se tornou Presidente do Conselho, mantendo a política de apaziguamento. Veio depois o Ministério do Marquês de Olinda (4 de maio de 1857), durante o qual a separação dos dois

partir desta data, a França se limitou a conceder ao Governo de Montevideu uma subvenção, que foi reduzida em 1850, tornando-se insuficiente. O Brasil começou então a fornecer os recursos necessários para a defesa do lugar (primeiro de julho); no ano seguinte, decidiu-se a tomar a ofensiva.

(95) Quando essa questão foi discutida no Conselho de Ministros, o Imperador, diante das objeções levantadas por um dos membros do Gabinete — que considerava perigosos para a ordem pública os meios de repressão solicitados por Eusébio de Queirós — declarou que preferia perder a coroa a sofrer a continuação do tráfico (J. Nabuco, “O Abolicionismo”, Londres, 1883, pág. 2).

(96) O Marquês do Paraná nasceu em Jacuí (Minas), em 11 de janeiro de 1801.

partidos se fez sentir de novo, pela passagem para a Oposição de grande número de conservadores⁽⁹⁷⁾.

Em 1857, o Brasil se preparava para a guerra contra o ditador Carlos López, que se obstinava em recusar a livre comunicação, pela via fluvial do Paraguai, entre a província brasileira de Mato Grosso e o litoral do Império. O tratado de 12 de fevereiro de 1858, assinado em Assunção⁽⁹⁸⁾, assegurava a liberdade de navegação no Paraguai não só ao Brasil mas a todos os outros países.

De 12 de dezembro de 1858 a 24 de maio de 1862, sucederam-se três Gabinetes conservadores: Abaeté (12 de dezembro), Ferraz (10 de agosto de 1859) e Caxias (3 de março de 1861). Durante este último período, muitos conservadores – entre eles Zacarias de Vasconcelos, Olinda, Nabuco e Saraiva – se aliaram à Oposição e asseguraram a ascensão dos liberais, que ocuparam o poder de 24 de maio de 1862 a 16 de julho de 1868, sob os Ministérios de Zacarias de Vasconcelos (24 de maio de 1862), do Marquês de Olinda (30 de maio de 1862), de Furtado (31 de agosto de 1864), Olinda (12 de maio de 1865) e Zacarias (3 de agosto de 1866). Nessa época produziu-se nova intervenção brasileira no Uruguai; transcorreu a guerra do Paraguai; houve lutas entre as duas facções do Partido Liberal: os liberais históricos chefiados por Teófilo Otoni e seus novos aliados; e começou a propaganda em favor da abolição gradual da escravidão. Em 7 de setembro de 1867 o Brasil abriu ao comércio estrangeiro o rio Amazonas e uma parte dos seus afluentes, bem como o rio São Francisco até Penedo (decreto de 7 de dezembro de 1866).

Em 1864, como as reclamações do Governo imperial – apresentadas em 4 de agosto pelo Ministro Saraiva – fossem rejeitadas pelo Governo da República Oriental do

(97) Disse Charles de Ribeyrolles em 1859: “A primeira parte do programa executado nos últimos vinte anos foi uma obra útil: era preciso realizar a unidade do país, e não recair em satrapias federalistas ou marítimas. Se se quisesse um povo, antes de mais nada é preciso ser uma pátria” (Ribeyrolles, “Le Brésil Pittoresque”, Rio, 1859, t. III, pág. 140.)

(98) Plenipotenciários: do Brasil, o Conselheiro Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco; do Paraguai, o General Francisco Solano López.

Uruguai, que estava nas mãos do Partido “Blanco”, o Brasil reconheceu como beligerante o General Venâncio Flores, chefe do Partido “Colorado”, que desde 1862 dominava uma grande parte dos Departamentos do interior, e impedia o acesso das tropas do Governo. Sob o comando do General João Propício Mena Barreto, o exército brasileiro, e o de Flores, tomaram de assalto Paissandu (2 de janeiro de 1865) e assediaram Montevideu, que foi simultaneamente bloqueada pela esquadra imperial do Almirante Tamandaré.

Pelo tratado de pacificação de 20 de fevereiro, entre o Governo de Montevideu e o General Flores, tratado redigido pelo Ministro do Brasil, Silva Paranhos, o General foi reconhecido como Governador provisório da República, e as forças aliadas entraram em Montevideu. A República do Uruguai tornou-se uma aliada do Brasil contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano López⁽⁹⁹⁾, que, sem uma decla-

(99) Seu pai, o ditador Carlos López, o tinha designado, em testamento, Vice-Presidente do Paraguai. Com a morte de Carlos López, em 10 de setembro de 1862, assumiu o Governo e convocou um congresso, que o nomeou Presidente da República. Sabe-se que, com o nome de República, o Paraguai era um país governado despoticamente, e que seu povo tinha sido habituado à obediência passiva pelos jesuitas – desde os primeiros anos da conquista espanhola – e depois pelo célebre Doutor Francia e por Carlos López. O novo ditador, Solano López, militarizou o país. Seu projeto era a expansão do Paraguai, às custas da República Argentina, pela conquista das províncias de Corrientes e Entre Rios, bem como da ilha de Martin Garcia, que domina a entrada no Paraná e no Uruguai. Depois da vitória, contava fazer-se aclamar Imperador, como aconteceu com Napoleão I. Em 1865 foi encontrado na alfândega de Buenos Aires o modelo da coroa imperial que seu Ministro em Paris lhe remetia. Em 1864, o Ministro Carreras, enviado ao Paraguai pelo Governo de Montevideu, conseguiu desviar Lopez da linha política que tinha traçado, persuadindo-o de que uma aliança secreta fôra assinada entre o Brasil e a Argentina para a conquista e a partilha do Paraguai e do Uruguai. Carreras pagou caro por essa invenção, pois, tendo-se refugiado no Paraguai depois da queda do partido “Blanco”, em 1868 foi preso, torturado e fuzilado, no dia 27 de setembro. Milhares de estrangeiros e paraguaios foram executados por ordem de Lopez. Só a loucura pode explicar a conduta do ditador paraguaio depois das suas primeiras derrotas. Por decreto de 8 de agosto de 1865, criou a Ordem Nacional do Mérito, cujo grande colar só podia ser outorgado a Presidente da República.

ração de guerra, tinha capturado um navio mercante brasileiro, em 12 de novembro de 1864, aprisionando a tripulação e todos os passageiros, e invadira a província brasileira de Mato Grosso⁽¹⁰⁰⁾. Pouco depois os paraguaios se apoderaram de duas canhoneiras argentinas e invadiram, também sem declaração de guerra, a província de Corrientes (13 de abril de 1865). Uma “tríplice aliança” foi então assinada em Buenos Aires (primeiro de maio), entre o Brasil, a República Argentina e o Uruguai⁽¹⁰¹⁾, que empreenderam uma guerra longa e difícil cujo peso, na verdade, recaiu quase todo sobre o Brasil⁽¹⁰²⁾.

O General Bartolomeu Mitre, Presidente da República Argentina, teve o comando em chefe dos exércitos aliados durante os primeiros anos da guerra⁽¹⁰³⁾.

No princípio do conflito os brasileiros obtiveram a vitória naval de Riachuelo, em que o Almirante Barroso derrotou a esquadra paraguaia (11 de junho de 1865). Uma divisão paraguaia que avançava pela margem direita do rio Uruguai foi dizimada em Yataí (17 de agosto) pelos alia-

(100) Mato Grosso só dispunha então de uma guarnição de 875 homens, espalhados num vasto território, e de 5 pequenas canhoneiras, além da sua Guarda Nacional – que não tinha sido mobilizada, já que não se esperava uma invasão. A parte meridional da província foi atacada por 9.000 paraguaios e uma numerosa esquadra. As comunicações entre o litoral brasileiro e essa província longínqua se faziam então, como ainda hoje, pela via fluvial do Paraná e do Paraguai.

(101) Plenipotenciários: do Brasil, o Conselheiro F. Octaviano; da República Argentina, R. Elizalde; do Uruguai, C. de Castro.

(102) O Governo uruguaio não podia empregar um número maior de combatentes nessa guerra distante, pois se temia a sublevação do partido “Blanco”, o que, por outro lado, obrigava o Brasil a manter tropas de observação nas fronteiras dessa República. A Argentina não era ainda a nação florescente que é hoje; a grande prosperidade dessa República data precisamente da guerra do Paraguai e da administração esclarecida do General Mitre. Em 1869 sua população era de 1.877.000 habitantes, e a influência de alguns governos provinciais fazia sombra ao governo central. Assim, o General Urquiza, todo poderoso em Entre Rios, não forneceu um só soldado para a luta contra Lopez. De modo geral, os federalistas argentinos esperavam que a vitória do ditador paraguaio representasse uma vitória para o seu partido; assim, durante toda a guerra os governantes de Buenos Aires tiveram pouco apoio das províncias.

dos, sob o comando de Flores. Outro corpo do exército paraguaio, que penetrara por São Borja (10 de junho) na província brasileira do Rio Grande do Sul, foi cercado na cidade de Uruguaiana e obrigado à rendição (18 de setembro). O Imperador Dom Pedro II se encontrava então na chefia das forças aliadas, e foi no seu acampamento que recebeu o Ministro Thornton, enviado pela Inglaterra para solicitar a retomada das relações diplomáticas, interrompidas em 1863⁽¹⁰⁴⁾. López, que se tinha deixado bater em combates isolados, sem saber tirar partido da superioridade numérica das suas forças, evacuou a província de Corrientes para esperar, em território paraguaio, os inimigos que tinha criado, aos quais deixava assim o tempo e a liberdade necessários para organizar suas tropas e preparar-se para o ataque.

Em 1866 os aliados se encontravam diante do Paso de la Patria, no rio Paraná, com um exército que acreditavam suficiente para a ofensiva, mas que era inferior em número

(103) No início da guerra (1864), de acordo com o General Resquin, seu Chefe de Estado Maior, e o Tenente Coronel Thompson, um dos seus engenheiros ("War in Paraguay", cap. V), Lopez tinha um exército de 80.000 homens. Em 1865, depois do apresamento de duas canhoneiras argentinas, sua marinha de guerra se compunha de 39 navios e várias chatas. Em 1864, o Brasil tinha um exército de apenas 15.000 homens, e uma frota de 45 navios. Atendendo ao apelo do Imperador, em 1865 57 batalhões de voluntários foram organizados: 13 na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, 8 em Pernambuco, 4 no Rio Grande do Sul, 3 em cada uma das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Maranhão, 2 no Pará, 2 no Piauí, 1 em cada uma das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Goiás e Mato Grosso; 1 composto de voluntários do Ceará, Piauí e Sergipe; 1 só de estrangeiros. A Guarda Nacional do Rio Grande do Sul forneceu quase toda a cavalaria do exército imperial. Em 1866 a esquadra brasileira contava com 62 navios, dois quais 4 couraçados. Em 1867, os couraçados eram 10 (um tinha sido perdido no bombardeio de Curuzu, pela explosão de um torpedo). Em fevereiro de 1868 a esquadra em operações tinha 13 couraçados, 28 canhoneiras, 4.500 homens e 155 canhões. Em abril de 1869, a frota brasileira contava com 85 navios, dos quais 16 couraçados, além de numerosos transportes; tinha 277 canhões e 6.447 homens.

(104) O naufrágio de um navio inglês nas costas do Rio Grande do Sul e a prisão de alguns marinheiros ingleses no Rio tinham provocado um conflito entre o Governo Imperial e o Ministro inglês. Escolhido como árbitro, o Rei dos Belgas, Leopoldo I, pronunciou uma sentença favorável ao Brasil.

ao do adversário⁽¹⁰⁵⁾. Os brasileiros começaram bombardeando as posições inimigas e ocupando a ilha de Itapiru, onde, sob o comando de Vilagran Cabrita, em 10 de abril resistiram a um ataque paraguaio. Alguns dias mais tarde, protegido pela esquadra imperial, o General Ozório (Marquês do Herval) desembarcou com 10.000 brasileiros na margem esquerda do Paraguai (16 de abril), obteve duas vitórias, em Confluencia, sobre as tropas que vieram atacá-lo (em 16 e 17 de abril), e ocupou o forte de Itapiru. De outro lado, os canhões da esquadra brasileira forçaram López a evacuar as posições de Paso de la Patria, e todo o exército aliado pôde desembarcar livremente na área conquistada por Ozório.

O ditador transferiu seu quartel-general para Paso Pucu, no centro de várias linhas fortificadas que encerravam uma vasta região entre as baterias de Humaitá e Curupaiti, no rio Paraguai, e as posições de Sauce, Rojas e Espinillo. Linhas que eram em quase toda a sua extensão inabordáveis, pois haviam sido construídas atrás de pântanos e pequenos lagos. A batalha de Estero Bellaco (2 de maio), uma vitória de Ozório e Flores, e a de Tuiuti (24 de maio), ganha pelo Presidente Mitre, que tinha sob seu comando esses dois generais, asseguraram aos aliados a posse do Sudoeste do Paraguai, que tinham ocupado, e forçaram López à defensiva, mas os soldados permaneci-

(105) López aguardava os aliados com 47 ou 48 mil homens nas trincheiras de Paso de la Patria e Humaitá. Dispunha ademais de um corpo de observação em Itapua (3.000 homens) e tropas de ocupação na parte meridional de Mato Grosso. Na mesma época (março de 1866), os aliados contavam com as seguintes forças: I Corpo brasileiro, 33.078 homens (General Ozório); exército argentino, 11.500 homens (chefiados pelo Presidente Mitre, Comandante em Chefe aliado); exército uruguaio, 1.580 homens (General Flores). Total, diante de Paso de la Patria, 46.258 homens, mais a esquadra brasileira. Na mesma data, 13.000 brasileiros formando o II Corpo (General Porto Alegre) se encontravam no Uruguai; 8.498 nas fronteiras meridionais do Rio Grande do Sul; 6.367 na província de Mato Grosso. Total dos brasileiros: 60.943 homens; dos argentinos e uruguaio, 13.000. Estes números resultam do exame dos documentos dos aliados e dos de López, bem como das declarações de muitos oficiais paraguaio.

am inativos diante das trincheiras inimigas, à espera de reforços.

Em 16 de julho os aliados tomaram Potrero Piriz e Boquerón, mas foram repelidos em Sauce, no dia 18. Tendo chegado os primeiros reforços, o General brasileiro Conde de Porto Alegre (Marques de Souza), apoiado pelos navios imperiais, tomou Curuzu, posição avançada de Curupaiti (2 de setembro). Solicitou reforços para continuar avançando, o que provocou discussões entre os Generais aliados; enquanto isso, López aumentou as fortificações de Curupaiti. Por fim, o Presidente Mitre reuniu quase todo o exército argentino em Porto Alegre, mas em 22 de dezembro fracassava o ataque a Curupaiti.

Foi então que D. Pedro II concentrou o comando das suas forças de terra e de mar nas mãos de Caxias, e que a maior parte do exército argentino se retirou para reprimir revoltas e resistências dos governadores provinciais. Em 22 de julho de 1867, depois de muitos meses de inação forçada (o cólera tinha dizimado os acampamentos, e fazia ainda muitas vítimas), Caxias, que continuava na posição de Comandante em Chefe dos aliados, depois da partida de Mitre para Buenos Aires, começou suas operações entre Humaitá e as linhas de Paso Pucu. Partiu do campo entrincheirado de Tuiuti, cujo comando foi confiado a Porto Alegre, e, mediante uma marcha de flanco, foi colocar-se a Nordeste das posições inimigas, do lado de Tuiu-Cuê. Mas o exército aliado não era bastante poderoso para investir completamente contra um sistema de fortificações tão amplo⁽¹⁰⁶⁾. Os navios couraçados brasileiros,

(106) Era a seguinte a composição do exército aliado em 22 de julho de 1867: Comandante em Chefe, Marechal Marquês (depois Duque) de Caxias. **Marchando sobre Tuiucuê com o Comandante em Chefe:** do Brasil, o I e o III corpos do exército, sob a chefia dos Generais Argolo (Visconde de Itaparica) e Ozório (Marquês de Herval); 21.521 homens, 48 canhões. Da Argentina: 6.016 homens, 13 canhões (isto é, quase toda sua força em operações), sob o mando do General Gelly y Obes. Do Uruguai: 500 homens, 6 canhões, General E. Castro (que representavam todo o contin-

sob o comando do Almirante Ignacio, Visconde de Inhaúma, forçaram a passagem de Curupaiti (15 de agosto) e começaram o bombardeio de Humaitá, aguardando a chegada de alguns monitores de pouco calado que o Ministro da Marinha, Afonso Celso, tinha mandado construir no arsenal do Rio.

Nos arredores de Humaitá e dos acampamentos aliados ocorreram muitos encontros bastante vivos entre brasileiros e paraguaios. No dia 20 de setembro a divisão de cavalaria do General Andrade Neves, brasileiro, alcançava a vitória de Pilar. Pouco depois, Porto Alegre resistia (24 de setembro) em Estero Rojas a um ataque do inimigo, sob o comando de Valois Rivalora, e a cavalaria brasileira conseguia destruir quase completamente a do inimigo, nos combates de Pare-Cuê (3 de outubro) e de Tataiibá (21 de outubro). Os brasileiros estavam chefiados no primeiro desses combates pelos Generais José Luís Mena Barreto e Andrade Neves, e pelo General Victorino Monteiro no segundo. O General João Manuel Mena Barreto se apossou de Potrero Obella (27 de outubro) e de Taií (2 de novembro). Percebendo a importância dessa operação, que lhe fechava as comunicações fluviais entre Humaitá e o resto do país, López enviou os homens que pôde reunir, sob o comando do General Barrios (3 de novembro) num ataque contra Tuiuti, a base de operações dos aliados. Os paraguaios começaram a ação apoderando-se facilmente das trincheiras ocupadas por um batalhão de artilharia brasileiro e

gente de um dos três aliados). Total das forças aliadas em marcha sobre Tuiucuê: 28.037 homens. **Trincheiras em Tuiuti e Paso de la Patria:** do Brasil, II corpo do exército, General Conde de Porto Alegre (Marques de Souza), 10.331 homens e 72 canhões. Da Argentina, sob o comando do Coronel Baez, paraguaio, 700 homens e 12 canhões (fazia parte dessa força uma "legião" de 300 paraguaios). **Trincheiras do Chaco** (margem direita do rio Paraguai), perto das posições ocupadas pelos navios brasileiros: do Brasil, 1.098 homens, sob o Coronel (depois General) Gurjão. **Acampamento de Aguapeí** (província argentina de Corrientes): do Brasil, 2.600 homens, sob o General Portinho. **Guarda dos depósitos e hospitais** (Corrientes, Cerrito, etc): do Brasil, 4.499 homens. Além das forças acima indicadas, o Brasil tinha, nessa época, 10.557 doentes. **Província de Mato Grosso:** do Brasil, 7.000 homens.

algumas tropas argentinas, mas fracassaram no ataque à posição central, onde se encontrava Porto Alegre, e sofreram perdas muito grandes, quando este General pôde tomar por sua vez a ofensiva⁽¹⁰⁷⁾.

Em 19 de fevereiro de 1968, antes do amanhecer, seis pequenos barcos couraçados brasileiros, sob o comando de Delfim de Carvalho, forçaram as baterias de Humaitá, enquanto toda a esquadra do Almirante Inhaúma bombardeava as fortificações inimigas, e Caxias tomava de assalto Reducto Cierva (Establecimiento). A partir desse momento, López deixou de se sentir seguro em Humaitá, e havendo tentado em vão uma abordagem dos grandes couraçados brasileiros, ancorados diante do rio de Oro, a jusante de Humaitá (2 de março), cruzou o rio com uma parte dos seus homens diante dessa fortaleza, para organizar outras defesas no Tebicuari. Caxias se apossou das linhas de Curupaiti, Sauce, Rojas e Espinillo (21 de março), e depois forçou a guarnição de Humaitá a refugiar-se na margem direita do Paraguai, onde, depois de vários dias de luta na laguna Vera, ela depôs as armas em Isla Poi (5 de agosto). Marchando em seguida rumo ao Norte, apoderou-se das fortificações de Tebicuari, e chegou a Palmas, em frente a novas linhas de defesa construídas pelo inimigo na margem direita do Piquisiri, protegidas por mangues, que Caxias não pôde atacar frontalmente, nem contornar. Mandou então construir na margem direita do Paraguai (Chaco), uma espécie de calçada que atravessava as florestas inundadas pelo rio; deixando em Palmas os argentinos e uru-

(107)O sábio Agassiz assim se exprime em sua "Voyage au Brésil" : "A potência do Brasil se afirma, neste momento, na condução da guerra mais importante de que a América do Sul já foi teatro. Com efeito, a luta sustentada pelo Brasil não é absolutamente egoísta: no seu conflito com o Paraguai o povo brasileiro deve ser considerado o porta-estandarte da Civilização. Tudo o que sei dessa guerra me deixou convencido de que foi empreendida por motivos honrados e que, deixando de lado as mesquinhas introigas individuais, que acompanham inevitavelmente esses grandes movimentos, ela é feita num espírito de completo desprendimento. Nessa luta o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é uma organização tirânica semi-clerical e semi-militar que, adotando o título republicano, desonra o belo conceito que usurpou."

guaios, assim como uma divisão brasileira, conduziu por essa passagem 18.000 brasileiros⁽¹⁰⁸⁾ que, transportados pelos couraçados, desembarcaram na retaguarda das posições inimigas.

Dez dias depois de ganhar as batalhas da Ponte do Itororó (6 de dezembro) e Avaí (11 dezembro), travadas contra o General Caballero, Caxias iniciou o ataque às trincheiras de López em Lomas Valentinas, nome pelo qual são conhecidas as colinas de Ita Ibaté e Cumbariti. O mesmo dia (21 de dezembro), ele tomou a linha do Piquisiri, uma parte das posições do quartel general inimigo e quase todos os seus canhões. As tropas que tinham ficado em Palmas puderam então cruzar o Piquisiri e unir-se a Caxias. No dia 27 de dezembro os aliados conquistavam Lomas Valentinas.

López conseguiu escapar na direção de Cerro León, acompanhado por cerca de cinquenta oficiais e soldados. Seu exército fôra completamente destruído nessa campanha, a mais sangrenta da guerra do Paraguai. Os brasileiros também perderam, entre mortos e feridos, uma grande parte dos seus efetivos⁽¹⁰⁹⁾.

A fortaleza de Angostura, comandada pelo inglês Thompson, rendeu-se aos aliados (30 de dezembro), que marcharam sobre Assunção. A cidade estava deserta, pois López tinha obrigado os habitantes de toda a margem esquerda do Paraguai a se retirar para o interior. Durante sua fuga ele encontrou algumas tropas de reforço que vinham ao seu encontro, e foi fortificar-se na cordilheira de Ascurra, onde conseguiu organizar um novo exército⁽¹¹⁰⁾.

(108) Efetivo do exército aliado em 5 de dezembro de 1868: brasileiros, 24.666 (sem contar 911 em Humaitá); argentinos, 4.300; uruguaios, 300. Total: 29.266. Efetivos do exército de López: corpo do General Caballero, 6.600 homens; trincheiras de Lomas Valentinas e do Piquisiri, 13.000; Angostura, 1.300; reforços recebidos, 1.600. Total: 22.500 homens.

(109) Efetivo do exército aliado em 31 de dezembro de 1869: brasileiros, 17.857 (16.455 em marcha sobre Assunção, 922 em Villeta, 480 em Humaitá); argentinos, 4.000; uruguaios, 300.

(110) O novo exército organizado por López para esta última campanha se compunha de 16.000 homens. O dos aliados era formado por 25.000 brasileiros, 3.000 argentinos e 300 uruguaios.

Doente, Caxias precisou passar o comando do exército (janeiro de 1869), e partir para o Rio. A campanha final foi dirigida pelo Conde d'Eu, entre 16 de abril de 1869 e primeiro de março de 1870. Ele tomou a vila de Piribebuí (12 de agosto), na batalha de Campo Grande (18 de agosto) esmagou a maior parte do exército remanescente de López, conduzido por Caballero, e mandou perseguir os vencidos em todas as direções, pelos desertos e florestas do Leste e do Norte do Paraguai, apesar das imensas dificuldades implicadas no abastecimento dos seus homens. Finalmente, depois de vários encontros parciais, um dos seus oficiais, o General Câmara, conseguiu descobrir e surpreender (em primeiro de março de 1870) o acampamento de López em Cerro Corá, num afluente do Aquidabã, perto da fronteira da província brasileira de Mato Grosso. O ditador não tinha mais do que um milhar de homens, que se dispersaram com a chegada dos brasileiros. López foi morto durante a fuga, e sua morte pôs fim à guerra do Paraguai⁽¹¹¹⁾.

Em primeiro de fevereiro de 1869, depois das vitórias de Caxias, o Chanceler brasileiro, Silva Paranhos, tinha sido enviado ao Paraguai para tratar da reorganização do país. Em 15 de agosto de 1869, foi instalado em Assunção, sob os auspícios dos aliados, um governo provisório, composto por três paraguaios⁽¹¹²⁾. Por exigência do Conde d'Eu, esse Governo decretou a abolição da escravidão no

(111) A guerra custou ao Brasil um bilhão e meio de francos. Eis a estatística, tão exata quanto possível, das perdas em combate dos aliados e de Lopez: Brasileiros: 5.858 mortos (563 oficiais), 24.804 feridos (2.051 oficiais), 1.592 prisioneiros e desaparecidos (39 oficiais). Total: 32.254 baixas. Argentinos: 1.572 mortos (105 oficiais), 4.026 feridos (374 oficiais), 343 prisioneiros (16 oficiais). Total: 5.944 baixas. Uruguaios: 488 mortos (40 oficiais), 704 feridos (73 oficiais). Total: 1.192 baixas.

Total geral: 39.390 baixas.

Os paraguaios tiveram cerca de 85.000 baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros.

(112) Foi com os prisioneiros de guerra liberados pelos aliados, além dos velhos, mulheres e crianças salvos da tirania de López pelas expedições brasileiras enviadas às florestas do interior que o Brasil pôde fazer renascer o Paraguai e seu povo, que o ditador procurara aniquilar.

Paraguai (2 de outubro de 1869), e assinou com os aliados a convenção preliminar de paz de 20 de junho de 1870. O tratado definitivo, assim como o de limites (9 de janeiro de 1872) foram negociados em Assunção pelo Barão de Cotegipe. O Brasil se contentou com as fronteiras que já tinha desde o século XVIII, e manteve no Paraguai um pequeno exército e alguns navios para defender o novo Governo e garantir a independência desse Estado, que já tinha protegido anteriormente contra a ambição de Rosas, o ditador argentino (1845-1852). As últimas tropas brasileiras evacuaram o Paraguai em 22 de junho de 1876, depois de resolvida a questão de limites entre o Paraguai e a Argentina.

No Brasil, os conservadores tinham retornado ao poder, em 16 de julho de 1868, com o Ministério presidido pelo Visconde de Itaboraí, que, como o Gabinete precedente, de Zacarias de Vasconcelos, se empenhou com a maior energia no encerramento da guerra do Paraguai, ocupando-se também em melhorar a situação financeira do Império.

A abolição da escravatura se tornara uma das grandes preocupações de Dom Pedro II e dos estadistas brasileiros, sobretudo depois da guerra sangrenta de que foram palco os Estados Unidos. Em 23 de janeiro de 1866 o Imperador acolheu com favor o plano de abolição gradual apresentado pelo Senador Pimenta Bueno, que recebeu pouco depois o título de Visconde e Marquês de São Vicente⁽¹¹³⁾. O projeto, que respondia plenamente à visão do Imperador, foi estudado pelo Conselho de Estado (1867-68) e adotado

(113) O Deputado Joaquim Nabuco, que E. Levasseur, do Instituto, chamou com razão de "Buxton brasileiro", escreveu o seguinte num livro editado em Londres em 1883: "É certo que a ação pessoal do Imperador se exerceu, sobretudo entre 1845 e 1850, no sentido da supressão do tráfico; e, entre 1866 e 1871, em favor da emancipação das crianças nascidas de mães escravas. Foi essa influência que produziu a Lei Eusébio de Queirós, em 1851, e a Lei Rio Branco, em 1871. Este é um fato que, se o soberano quisesse escrever suas memórias ou contar a história de seus diversos Ministérios, poderia provar com um grande número de documentos. A parte que cabe ao Imperador, em tudo o que se fez pela causa da abolição, é muito grande, é essencial."

com algumas modificações, mas sua execução foi adiada devido à guerra. Essa era para o Brasil uma questão difícil, pois todo o trabalho agrícola estava em mãos dos escravos, que formavam então uma quinta parte da população total do Império.

Em 1870, após o restabelecimento da paz, a Câmara nomeou, por proposta do Deputado Teixeira Júnior, depois Visconde de Cruzeiro, uma comissão cuja maioria era de abolicionistas, a qual redigiu um projeto (15 de agosto) idêntico ao sistema proposto pelo Marquês de São Vicente. Depois disso, divergências de opinião entre os Ministros levaram à demissão do Gabinete Itaboraí. São Vicente, que era também um dos dirigentes do Partido Conservador, e a quem cabe a honra da iniciativa dessa reforma, foi encarregado pelo Imperador de organizar o novo Ministério (29 de setembro de 1870); contudo, antes do reinício da sessão legislativa, esse sábio jurisconsulto e estadista se retirou, desencorajado pelos ataques dos jornalistas da Oposição. O Visconde de Rio Branco (Silva Paranhos) formou outro Gabinete conservador (7 de março de 1871) que, depois de uma luta parlamentar de cinco meses, conseguiu aprovar a primeira lei de emancipação gradual (28 de setembro), a despeito da forte oposição. A lei foi sancionada no mesmo dia pela Princesa Imperial Dona Isabel, Regente do Império durante a primeira viagem de Dom Pedro II à Europa⁽¹¹⁴⁾. A lei declarava livres, a partir daquele momento, todas as crianças nascidas no Brasil, facilitava a manumissão e criava um fundo especial destinado a liberar cada ano um certo número de escravo⁽¹¹⁵⁾.

(114) 65 Deputados se pronunciaram em favor da emancipação, 45 contra (7 Deputados estavam ausentes, e havia 2 cadeiras vagas). No Senado, a maioria foi grande: 33 a favor da reforma, 7 contra (16 Senadores estavam ausentes e havia 2 cadeiras vagas).

(115) Vide, sobre essa lei, Michaux-Bellaire, "Considérations sur l'Abolition de l'Esclavage au Brésil", Paris, 1876, e L. Couty, "L'Esclavage au Brésil", Paris, 1881. Já mencionamos um dos precursores da causa da

O debate sobre a reforma tinha provocado a cisão do Partido Conservador. Um grande número de Deputados e alguns Senadores se separaram do Gabinete e, dirigidos pelo antigo Ministro Paulino de Souza, continuaram a combatê-lo até 1875. Nessa época o Visconde do Rio Branco se demitiu e o Duque de Caxias⁽¹¹⁶⁾ formou um novo Ministério (25 de junho), que conseguiu restabelecer a união dos conservadores.

Uma reforma eleitoral, nesse mesmo ano, mantinha a eleição em dois turnos, que existia desde a fundação do Império, estabelecendo o voto incompleto com o escrutínio de lista; mas a Oposição liberal e muitos conservadores, dentre eles o Barão de Cotegipe e o Conselheiro Paulino de Souza, reclamavam há algum tempo a eleição direta. De 5 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885, o Governo esteve em mãos dos liberais. Seu primeiro Ministério, presidido pelo Conselheiro Cansanção de Sinimbu, tentou essa reforma e fracassou diante da Oposição dos conservadores no Senado. Seu sucessor, o Conselheiro Saraiva (28 de março de 1880), pôde realizá-la com o apoio do Barão de Cotegipe, que se tornara o líder conservador. Assim, a Lei de 9 de janeiro de 1881 estabeleceu finalmen-

emancipação no Brasil, o Abade Manuel Ribeiro Rocha (1758). Em 1810, na província de São Paulo, um magistrado, Veloso de Oliveira, em memória dirigida a D. João, então Príncipe Regente, pedia a liberdade das crianças que viessem a nascer de mães escravas. No "Correio Braziliense" (1802-22), Hipólito da Costa Pereira assinalava a emancipação gradual dos escravos como uma necessidade para o Brasil. Em 1822, um Deputado da Bahia, Borges de Barros (depois Visconde de Pedra Branca), propôs em vão às Cortes Constitucionais de Lisboa um projeto de emancipação gradual. Em 1825, José Bonifácio de Andrada e Silva publicava outro projeto de emancipação progressiva. Em 18 de maio de 1830, Antônio Ferreira França apresentava à Câmara dos Deputados um projeto no mesmo sentido, prevendo o fim da escravidão em 25 de março de 1881. Três anos depois, em 8 de junho de 1833, propôs a liberdade de todos os recém-nascidos. Mas a Câmara se recusou a debater essas duas propostas.

(116) Nascido em Estrela, na província do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1803, Caxias faleceu em Santa Mônica, naquela mesma província, em 7 de maio de 1880. Alguns meses depois (primeiro de novembro), morria no Rio de Janeiro o Visconde do Rio-Branco (nascido na Bahia em 16 de março de 1819).

te o voto direto e, para a eleição dos Deputados, o escrutínio distrital.

Sob este último Ministério, um grupo de homens de todos os partidos, a princípio pouco numeroso, começou a agitar a opinião pública exigindo que se fixasse uma data para a abolição completa da escravatura. O grupo se compunha de alguns raros parlamentares, entre outros o Deputado Joaquim Nabuco, e de vários jornalistas, entre os quais é preciso citar, em primeiro plano, Ferreira de Meneses e José do Patrocínio. A agitação cresceu sob os Ministérios Martinho Campos (21 de janeiro de 1882), Paranaguá (3 de julho de 1882) e Lafaiete Pereira (21 de maio de 1883).

Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas libertaram seus escravos; no mesmo ano, o Ministério Dantas (de 6 de junho), vivamente apoiado pelo Imperador e os abolicionistas, exigiu do Parlamento a liberação dos escravos com mais de sessenta anos. A coalizão de alguns liberais e de quase todos os Deputados conservadores rejeitou essa proposta com uma moção contra o Ministério⁽¹¹⁷⁾, e o Imperador dissolveu a Câmara. Mas as eleições gerais não modificaram de forma notável a relação de força dos partidos, e o Ministério precisou demitir-se, depois de sofrer uma segunda derrota⁽¹¹⁸⁾.

O debate no parlamento e na imprensa tinha dado um grande impulso à idéia abolicionista. Em 6 de maio de 1885 o Conselheiro Saraiva formou um novo Ministério liberal; com o apoio dos conservadores, conseguiu aprovar na Câmara um projeto que declarava livres os escravos com sessenta anos, desde que continuassem a servir seus donos por mais três anos; fixava tarifas para os escravos de valor decrescente com os anos; aumentava os fundos destinados à liberação de escravos; aplicava certos impostos para encorajar a imigração européia. A discussão desse

(117) Moção adotada por 59 votos (42 Deputados conservadores e 17 liberais) contra 52 (48 liberais e 4 conservadores).

(118) Cinquenta Deputados votaram em favor do Gabinete, dos quais 43 liberais, 3 conservadores e 2 republicanos; cinquenta e dois votaram contra (43 conservadores, 9 liberais).

projeto continuou no Senado sob a direção de um Ministério conservador organizado no dia 20 de agosto pelo Barão de Cotegipe, e a nova lei foi promulgada em 28 de setembro de 1885.

O número de escravos, que era de aproximadamente 1.800.000 em 1870; 1.584.000 em 1873; e 1.050.000 em 1885, encontrava-se reduzido a 743.419 em 1887. Havia além disso (em março de 1887) mais de 500.000 filhos de escravos⁽¹¹⁹⁾, nascidos livres em virtude da Lei de 1871, e 18.946 sexagenários que deviam ainda anos de serviço.

Esse mesmo ano os Senadores João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antônio Prado, dois líderes conservadores, pronunciaram-se pela necessidade de uma nova lei, e este último encabeçou na província de São Paulo a propaganda nesse sentido. Muitos fazendeiros, entre eles quase todos os membros da família Prado, começaram a liberar seus escravos, e esse movimento de generosidade se espalhou por todo o país. Em 10 de março de 1888, o Ministério Cotegipe pediu demissão, e a Princesa Regente incumbiu o Conselheiro Corrêa de Oliveira de formar um novo Ministério; esse estadista associou-se ao Conselheiro Antônio Prado. Por fim, depois de quatro dias de debate, em clima de entusiasmo geral as duas Câmaras aprovaram quase por unanimidade a lei de 13 de maio de 1888 que aboliu completamente a escravidão no Brasil, sem qualquer restrição⁽¹²⁰⁾

Durante o atual reinado, e devido às viagens do Imperador fora do país, a Princesa Imperial Dona Isabel foi três vezes Regente do Império: de 25 de maio de 1871 a 30 de

(119) A 30 de junho de 1885 havia 439.831 filhos de escravos, nascidos livres, mas que prestavam serviços aos donos das suas mães.

(120) Em 1889 a Câmara dos Deputados está composta de 125 membros, mas havia 3 cadeiras vagas, e faltaram à votação 22 conservadores e 7 liberais. Oitenta e quatro votaram em favor da abolição (64 conservadores, 19 liberais e 1 republicano); nove conservadores votaram contra. No Senado, composto por 60 membros, quarenta e três (19 conservadores e 24 liberais) votaram em favor, 6 conservadores votaram contra. Cinco conservadores e quatro liberais estiveram ausentes, e havia 3 cadeiras vagas.

março de 1872; de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877; e de 30 de junho de 1877 a 21 de agosto de 1888.

Nos últimos quarenta anos, pacificado no interior, o Brasil fez grandes esforços, sob a direção do Imperador Dom Pedro II, para difundir a instrução, melhorar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, tirando partido das riquezas naturais do solo pela construção de ferrovias, o estabelecimento de linhas de navegação e a concessão de estímulos aos imigrantes. Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida.

